

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O FUNCIONAMENTO DA NOÇÃO DE LÍNGUA EM  
INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS DE DIVULGAÇÃO  
LINGUÍSTICA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Ivanise Jurach**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

**O FUNCIONAMENTO DA NOÇÃO DE LÍNGUA EM  
INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS DE DIVULGAÇÃO  
LINGUÍSTICA**

**por**

**Ivanise Jurach**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Verli Fátima Petri da Silveira**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

---

© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Ivanise Jurach. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.

Fone: (0xx) 55 3220 8956; End. Eletr: [ivanisejurach@hotmail.com](mailto:ivanisejurach@hotmail.com)

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação Em Letras  
Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**O FUNCIONAMENTO DA NOÇÃO DE LÍNGUA EM INSTRUMENTOS  
MIDIÁTICOS DE DIVULGAÇÃO LINGUÍSTICA**

elaborada por  
**Ivanise Jurach**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Letras.**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Simone Pires de Assumpção, Dr. (UNIPAMPA)**  
1ª arguidora

---

**Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)**  
2ª arguidora

Santa Maria, 04 de março de 2011.

*Dedico este trabalho*

*Aos meus pais, Zeli e Ignacio, por terem me ensinado a lutar e a nunca desistir, enfrentar as dificuldades, contornar os obstáculos e seguir sempre adiante.*

*Ao Gleidson, meu querido amor, pelo carinho, compreensão e paciência em momentos difíceis.*

## AGRADECIMENTOS

A minha querida família: meus pais (Zeli e Ignacio), minha irmã (Ivanete) e sobrinha (Alana), pelo apoio, pela confiança e pelo carinho.

Ao meu namorado, Gleidson, pela compreensão de minha ausência em alguns momentos, pelo carinho, pelas palavras de incentivo e por tudo o mais que tem feito para me ajudar.

A minha orientadora, Professora Dr. Verli Petri, pela paciência, dedicação, leituras, disponibilidade e exigências necessárias para a realização de um bom trabalho. Também, pelo incentivo à continuidade deste estudo em um futuro projeto de tese de doutorado.

Às Professoras Dr. Amanda Eloina Scherer, Graziela de Ângelo e Eliana Sturza, pelas sugestões de leitura e discussões levantadas em sala de aula, as quais foram muito importantes para o desenvolvimento dessa dissertação.

À Professora Dr. Simone Silva Pires de Assumpção, pelo aceite em compor a minha banca de defesa, por ter realizado uma leitura assídua desse trabalho e sugerido pequenas modificações a fim de dar “maior clareza” ao meu leitor.

Aos colegas de jornada, Vanessa e André, pela amizade, troca de experiências, angústias, leituras e ajuda em momentos de apuro.

Aos colegas do Laboratório Corpus, pelas discussões teóricas e contribuições às minhas investigações.

Aos colegas de trabalho do projeto: “A Viagem de Kemi”, pelo aprendizado desenvolvido em equipe, pela disposição e aos momentos de alegria.

Aos colegas de profissão, com quem muito aprendi, Eliane, Irinês, Luciana e Antônio, pelo incentivo e pela constante torcida para o sucesso na minha jornada de mestranda.

À Gionara e à Maria S., diretoras da escola em que trabalhei no período de elaboração desta dissertação, pela compreensão de minhas faltas e pelo apoio a minha jornada tanto de trabalho quanto de estudos.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### O FUNCIONAMENTO DA NOÇÃO DE LÍNGUA EM INSTRUMENTOS MIDIÁTICOS DE DIVULGAÇÃO LINGUÍSTICA

AUTORA: IVANISE JURACH  
ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA  
Local e Data de Defesa: Santa Maria, 04 de março de 2011.

A presente dissertação tem por objetivo compreender a noção de língua que circula em instrumentos midiáticos de divulgação linguística. Para isso, organizamos um arquivo composto por alguns destes instrumentos divulgadores do ensino/aprendizagem de línguas em cursos de idiomas e/ou de movimentos linguísticos, tais como: *folders*, cartazes ou divulgações eletrônicas na internet. Optamos por investigar este assunto em função de a língua se destacar por diferentes designações; o que nos inquieta são os diferentes modos de referir-se à língua inglesa e ao esperanto, sendo estas duas línguas, em especial, que nos interessam. As reflexões deste trabalho têm como referencial teórico a Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Investigaremos a movimentação de sentido nas definições de língua atribuídas nestes materiais de divulgação a fim de desconstruir as evidências pelas quais circulam as duas línguas em questão. A partir dessas considerações, mobilizaremos as noções de político e de política linguística que determinam a produção e a circulação dos efeitos de sentido sobre a(s) língua(s). Dividimos a pesquisa em três partes, assim nomeadas e constituídas: na **Parte I**, “*Algumas noções destacadas durante o percurso teórico*”, apresentamos as noções que serão desenvolvidas ao decorrer do percurso teórico, dentre as quais ressaltamos as de sujeito, ideologia e discurso, mobilizando também as formações imaginárias que são constitutivas da tomada de posição-sujeito, para, depois disso, compreendermos a movimentação de sentidos da globalização à mundialização, tendo em vista que estas noções são determinantes no espaço imaginário que ocupam as línguas na atualidade, século XXI. Feito isso, tratamos também da passagem do sujeito religioso ao sujeito jurídico no período histórico da Idade Média, pois é esta passagem que identificamos enquanto um dos discursos fundadores do capitalismo em torno da noção de língua. Na **Parte II**, “*Língua e história: efeitos de sentido*” operamos com a historicidade constitutiva da língua inglesa e do esperanto tentando visualizar a materialidade sócio-histórica pela qual estas línguas circulam em divulgações midiáticas. Em última instância, na **Parte III**, “*O funcionamento político-ideológico da(s) e sobre as línguas*”, investigaremos o político e a ideologia que regem a produção dos efeitos de sentido em relação à(s) língua(s), tentando explicitar as diferentes designações que circulam nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística para o ensino/aprendizagem da língua inglesa e do esperanto.

Palavras-chave: língua inglesa; esperanto; ideologia; designação; política de divulgação linguística.

## ABSTRACT

Master's Dissertation  
Post-Graduation Program in Languages  
Federal University of Santa Maria

### THE LANGUAGE NOTION FUNCTIONING IN MEDIA INSTRUMENTS OF LINGUISTICS DIVULGATION

AUTHOR: IVANISE JURACH  
COUNSELOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA  
Place and Date of Defense: Santa Maria, March, 04th, 2011.

This master's dissertation aims to understand the language notion that circulates in media instruments of linguistics disclosure. To do so, we organized a file composed by some of these publisher instruments of teaching/learning languages of Idioms' Course and/or of linguistics movements, such as: *folders*, posters or electronic publish on the internet. We chose to investigate this subject because of the fact the language is distinguished by different designations; what trouble us were the different ways of refereeing to the English Language and the Esperanto; being these two languages, in special, that interested us. The reflections of this work has as theoretical reference the Discourse Analysis (DA) of French line. We are going to investigate the meanings movement about the language' definitions awarded in these materials in order to deconstruct the evidences which circulate these two languages in question. From this considerations, we'll try to operate with the politic and linguistic political notions that determine the productions and circulation of the meanings' effects about the language(s). Thereby, we divided the research in three parts named and constituted by the following way: in the **Part I**, "Some pointed notions during the theoretical way", we presented the notions that will be developed at the long of our theoretical way, among which we pointed the subject, ideology and discourse; also mobilizing the imaginary formations, which are constitutive of the position-subject' taken so, after it, to understand the ways' movement from globalization to the world in view of these notions are determiners to the imaginary space that take up the languages in present times, XXI century. Have it done, we also approaches the religious' subject passage to juridical subject in the Middle Age, because, this is the passage we identify as one of capitalism' discourses founders around the language notion. In the **Part II**, "Language and history: meanings effects", we operate with the constitutive historicity of English Language and of Esperanto trying to visualize the social-historical materiality by which these languages circulate media releases. At a last moment, in the **Part III**, "The politic-ideological functioning of and about the languages", we'll investigate the politic and the ideology that rule the meanings effects in relation production on the languages, trying to explicit the different designations that circulate in the media instruments of linguistic disclosure to teaching/learning English Language and Esperanto.

Keywords: english language; esperanto; ideology; designation; disclosure policy language.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 .....	49
Ilustração 2 .....	50
Ilustração 3 .....	99
Ilustração 4 .....	102
Ilustração 5 .....	105
Ilustração 6 .....	109
Ilustração 7 .....	112
Ilustração 8 .....	115

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO - Em busca de um objeto a ser investigado</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO - Já definimos o que estudar. E, agora...?</b> .....	16
<b>PARTE I</b>	
<b>1 ALGUMAS NOÇÕES DESTACADAS DURANTE O PERCURSO TEÓRICO</b> .....	26
<b>1.1 Sujeito, ideologia e a circulação de discursos</b> .....	27
<b>1.2 Formações imaginárias</b> .....	40
<b>1.3 Da globalização à mundialização</b> .....	44
<b>1.4 Do sujeito religioso ao sujeito jurídico: ruptura discursiva e um novo assujeitamento</b> .....	52
<b>PARTE II</b>	
<b>2 LÍNGUA E HISTÓRIA: EFEITOS DE SENTIDO</b> .....	57
<b>2.1 Considerações sobre a língua inglesa: um breve levantamento histórico dos EUA</b> .....	59
<b>2.2 Considerações sobre o esperanto: a invenção de uma língua para o mundo</b> .....	70
<b>PARTE III</b>	
<b>3 O FUNCIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA(S) E SOBRE A(S) LÍNGUA(S)</b> .....	81
<b>3.1 O político e/ou a política de língua(s)</b> .....	82
<b>3.2 A movimentação dos sentidos em torno da língua</b> .....	93
<b>3.3 Designações para a língua inglesa</b> .....	97
<b>3.4 Designações para o esperanto</b> .....	107
<b>3.5 Língua x idioma: questões ideológicas</b> .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	127

## **PRÓLOGO**

### **Em busca de um objeto a ser investigado**

Início o presente trabalho com algumas reflexões acerca do meu objeto de estudo: a noção de língua. É importante tecer alguns comentários sobre a trajetória desta investigação, uma vez que, enquanto inscrita no campo de estudos sobre a língua e, em particular, na Análise de Discurso, compreendo que a elaboração de um trabalho escrito jamais terá o seu fim, sempre haverá considerações a serem feitas. Reconheço, hoje, que não dei conta da complexidade que a noção de língua engendra... talvez esteja faltando em minha dissertação uma descrição mais minuciosa do que seja a língua. O fato é que optei por delimitar o estudo acerca da designação de língua universal e gastei muito tempo perseguindo esta noção, refletindo sobre a sua “real” existência. Interessou-me trabalhar com este funcionamento ideológico, perguntando-me qual é o movimento de sentidos que permite compreender este desejo de universalização via língua.

Em concomitância à busca pelo meu objeto de análise, preciso proceder, ainda, a um breve retrospecto da minha história mais recente, pois ao término de minha graduação acreditava que compreendia muito bem a Análise de Discurso; estava tomada por essa ilusão tendo em vista o período em que trabalhei na iniciação científica. Decidi, então, investir em um projeto de dissertação de mestrado. Conversei com a Professora Verli a respeito do meu interesse. Mesmo ainda não estando certa sobre o tema que gostaria de desenvolver, elaboramos um projeto que dava continuidade ao tema da minha monografia, o qual estava voltado à identidade do sujeito aprendiz de língua estrangeira.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Letras, entrei em contato com colegas que trabalham com a análise de imagens. Esse tema chamou minha atenção e levou-me a buscar referências bibliográficas sobre a imagem na Análise de Discurso. Acreditava que seria possível encontrar respostas às minhas perguntas. Já que o tema do projeto estava voltado ao sujeito aprendiz de línguas, fui em busca de imagens que operam com uma noção de sujeito aprendiz de línguas. Em um primeiro momento, passei a observar a imagem divulgada em

propagandas que circulam nas ruas sobre o ensino/aprendizagem de línguas. Para minha surpresa, estas imagens divulgavam não apenas o sujeito ou a língua bem como destacavam o ensino de uma determinada língua no *Curso de Idiomas "x"*. O que estava em jogo era o ensino de uma língua vinculado à instituição onde este ensino é ofertado.

Nesse momento, a partir de uma observação empírica, reformulei, junto com minha orientadora, o projeto de pesquisa. Passei a investigar a imagem do sujeito aprendiz de línguas que é divulgada em instrumentos midiáticos de divulgação linguística. Essa troca do foco do tema levou-me a visitar os cursos de idiomas para que pudesse organizar o arquivo de pesquisa. Nesse sentido, coletei *folders* de diferentes lugares, pois eles representam um meio de atração do sujeito para o aprendizado de uma língua estrangeira específica em um lugar específico. Neste momento, estava certa de que seria esta a abordagem. Por isso, selecionei alguns destes instrumentos midiáticos para compor o *corpus* de pesquisa, tendo como critério de escolha a divulgação de uma língua que se aproxima do desejo da universalização linguística: a língua inglesa.

Nesse caso, compreendi que, em vez de operar a noção de sujeito aprendiz, o que me interessava, na verdade, era investigar a noção de língua divulgada em tais instrumentos. O percurso de leitura e o movimento de análise estavam produzindo efeitos de sentido no que tange ao meu olhar para o *corpus* que eu havia selecionado. Inquietou-me a divulgação dos cursos de idiomas pelo modo como designam a(s) língua(s) que ensinam. Visualizei uma aproximação com o desejo de implantação de uma única língua para o mundo. Novamente, estava face a um funcionamento ideológico que suscitava novos questionamentos. Em particular, esta alteração do nosso objeto de investigação, passando da noção do sujeito para a de língua, permitiu-me levantar a seguinte pergunta: o que é língua na perspectiva do século XXI?

Ao definirmos, por fim, investigar a noção de língua, observei que a forma designativa também produz efeitos em movimentos linguísticos que defendem a implantação de uma língua universal para o mundo. Esta língua pode ser tanto a língua inglesa, que me interessou inicialmente, mas, paralelamente a ela, também o esperanto, a língua artificial que promoveria a paz mundial, logo a universalização. Comecei, então, a analisar divulgações midiáticas da língua inglesa e do esperanto, o que promoveu novas alterações em minha dissertação, tendo em vista que ampliei o *corpus* acrescentando a ele outras ilustrações que dão destaque à divulgação do ensino/aprendizagem do esperanto, para além da língua inglesa. Foi a partir deste momento que optei por investigar as designações da língua inglesa e do esperanto

considerando que são estas duas línguas que operam com o imaginário de uma possível língua universal, destacando a institucionalização de uma língua em detrimento das demais.

Quanto à escolha deste tema, também ressalto a importância da disciplina “Política de línguas”, ministrada pela Professora Dr. Amanda Scherer, no PPGL/UFMS, por meio da qual tive a oportunidade de ampliar os horizontes de pesquisa. Posso afirmar que foi o movimento de leituras desta disciplina que me despertou para o tema política linguística. Quanto mais o tempo passa, mais eu reconheço a importância das discussões levantadas em sala de aula, onde tive a oportunidade de perguntar e também de ser questionada. Essa troca de reflexões possibilitou compreender a língua sob outra perspectiva. Lembro-me que, durante uma das aulas dessa disciplina, veio à tona a discussão sobre o mito da Torre de Babel, o que me instigou a trabalhar com a representação deste discurso de ordem religiosa no que concerne à política de divulgação do esperanto. Para mim, a palavra-chave que estava faltando em meu trabalho de investigação era justamente esta: política linguística.

Por esse viés, também posso dizer que a disciplina “Seminário Avançado em Pêcheux”, ministrada por minha orientadora, Professora Dr. Verli Petri, veio a complementar o nosso trabalho de investigação teórica. Um dos textos que lemos e discutimos em aula, **A língua inatingível**, de Gadet e Pêcheux (2004), permitiu-nos compreender o funcionamento do discurso do estado jurídico no que se refere à política linguística. Agradeço à minha orientadora por ter-nos exigido ler, compreender e suscitar discussões em torno dos estudos de Pêcheux. Claro, este foi apenas um recorte das noções propostas pelo autor, mas me ajudaram a traçar um paralelo entre os discursos de ordem da igreja e os discursos de ordem do estado jurídico. Minhas reflexões permitem afirmar que estes dois discursos são aparentemente diferentes e não tão distantes um do outro; acredito que são eles os fundadores da noção de língua que atualmente circula nos instrumentos midiáticos divulgadores do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras dos cursos de idiomas e/ou de movimentos linguísticos. A partir desse funcionamento discursivo, pude observar que são várias as tomadas de posição concernentes à noção de língua pelo fato de a historicidade estar em funcionamento e pela singularidade que assume o sujeito com a ideologia que o interpela. Na verdade, este trabalho se propõe a discutir noções teóricas, tantas vezes ganhando maior destaque na dissertação em detrimento de um *corpus* e de uma análise propriamente dita...

Conforme tentei relatar brevemente nesta minha caminhada de mestranda, pode-se ver que a tarefa não foi fácil! Exigiu-me muita leitura e, acima de tudo, disposição para continuar surpreendendo minha orientadora e a mim mesma pelas próprias descobertas. A cada etapa de

elaboração do texto, deparava-me com novas perguntas; o processo de análise instigou-me a explorar a noção de língua vinculada à história.

A noção de língua é muito abrangente, ela remete a vários campos de saber, ou seja, ela não é tema exclusivo de preocupação da linguística; a partir da materialidade sócio-histórica e discursiva que a constitui, podemos dizer que os estudos em torno dela são bíblicos, lendários e históricos. Língua e sujeito se constituem concomitantemente, de modo que não se pode pensar em sujeito sem abordar a língua bem como não se pode trabalhar com a movimentação de sentidos em torno da língua sem levar em conta que o sujeito é interpelado em ideologia e reflete a sua tomada de posição naquilo que tange à designação atribuída a uma língua “x”. Nesta dissertação, as noções de língua, sujeito e história foram mobilizadas enquanto processos constitutivos dos discursos que agregam os diferentes saberes acerca da língua, especialmente no que se refere à divulgação midiática para o ensino/aprendizagem da língua inglesa e do esperanto.

A língua inglesa foi investigada pelo fato de ser a língua do movimento da globalização/mundialização, por ser exigida pelo mercado de trabalho e por ser uma das mais divulgadas pelos cursos de idiomas enquanto possibilidade de sucesso. Já o esperanto foi suscitado pelo efeito de aproximação com a língua inglesa no que diz respeito à dominação capitalista; foi criado por um propósito específico, o de instituir a paz no mundo, e, no entanto, acabou “perdendo” este objetivo no decorrer do percurso sócio-histórico que o constitui, tendo em vista a política linguística que lhe dá sustentação na atualidade e que nos remete ao desejo de alcançar uma posição dominadora. Embora essa política do esperanto seja ainda recente, ressalto que as presentes investigações permitiram compreender que o funcionamento ideológico do esperanto, em vez de operar pela reconstrução de Babel, na verdade tenta construir o efeito do diferente; não pretende recuperar o que está perdido; mesmo que o discurso esperantista esteja voltado ao desejo de homogeneizar, não quer dizer que ele funcione dessa maneira.

Nesse sentido, entendo que as designações da língua inglesa estão voltadas ao desejo de comandar o mundo através da língua, ou seja, divulga-se a possibilidade de sucesso a fim de dominar o sujeito para o capitalismo, enquanto que as designações do esperanto são de ordem religiosa, mas funcionam pelo viés capitalista. Pelo efeito da evidência, parece que o seu objetivo é disseminar a paz mundial e, no entanto, também há o desejo de tornar-se a língua dominante. Isso é o que foi tratado em minhas investigações como “disfarce”, como “máscara”, pois levanto a hipótese de que tanto a língua inglesa quanto o esperanto são objeto

de um desejo por uma língua dominante no mundo capitalista, o que exige o controle da produção dos efeitos de sentido, em outras palavras, a utopia da língua universal.

É curioso o fato de ter sido traçado um paralelo entre a divulgação e a circulação de uma língua natural e uma língua artificial. Parece uma relação impossível pelo modo de origem de ambas as línguas. As investigações acerca do esperanto foram suscitadas devido à invenção de uma língua neutra para o mundo. Quais seriam as razões de criação de uma língua comum a todos? E até que ponto ela seria para todos? É importante salientar que esta trajetória foi desenvolvida a fim de desconstruir as evidências que circulam em divulgações midiáticas para o ensino/aprendizagem da língua inglesa e do esperanto. Os cursos de idiomas foram selecionados enquanto divulgadores da política da língua inglesa, por meio da qual se trabalha para consolidar um processo de dominação ideológica, como que num efeito de obrigação de o sujeito aprendê-la para ingressar ao mercado de trabalho e, com isso, obter sucesso. No caso dos movimentos linguísticos, entendo que eles também desenvolvem uma política voltada ao capitalismo, via efeitos da mundialização, e que, em alguns momentos, o esperanto é divulgado como proposta de institucionalização de língua da Igreja; o seu discurso é religioso, mas o objetivo está de acordo com relações de poder, o desejo é também chegar à posição de uma língua dominante.

## INTRODUÇÃO

### Já definimos o que estudar. E, agora...?

*A intervenção humana na língua ou nas situações lingüísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria (CALVET, 2007, p. 11)<sup>1</sup>.*

Desde os primórdios, os homens demonstram preocupação em relação à existência das línguas. Isso pode ser observado não só por estudos desenvolvidos pelos gramáticos ou filósofos que se interessavam por este campo de saber, mas também por um dos principais registros conhecidos e de grande circulação entre os sujeitos de todos os tempos por se tratar de um livro religioso, a Bíblia, ou, como a designam em alguns lugares, a Escritura Sagrada (cf. AUROUX, 2008). Nela, deparamo-nos com questionamentos em relação à perda da língua que teria dado origem ao mundo, ou seja, há uma constante insistência de que Deus havia deixado apenas uma língua para a comunicação entre os povos, e num dado momento a divindade instaura a coexistência de diferentes línguas, o que constitui o conhecido mito da Torre de Babel (GÊNESIS, 11, 01-09). A homogeneidade promovida pela fé se desfaz, a diversidade linguística é o pivô da instauração de uma nova ordem mundial.

Comprendemos que os discursos referentes a esta passagem bíblica são retomados com frequência recuperando uma memória, sobretudo no momento em que o objetivo é institucionalizar uma língua como superior em detrimento de outras, seja para dominação linguístico-cultural, seja para dominação econômica. Este mito, retomado em diferentes discursos, funciona como fundador da noção de língua que hoje conhecemos, tendo em vista a diversidade. O homem não consegue dominar todas as línguas que passaram a existir e, por isso, as diferenças representam a iminência do caos; a tentativa de reconstrução desta Torre

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, adotamos a nova ortografia da língua portuguesa, respeitando, contudo, as grafias originais em citações e títulos de textos e obras que precedem ao Acordo Ortográfico [1991], vigente desde janeiro de 2009.



seria resgatar a língua de origem. Segundo Orlandi (2009, p. 151), “não há como não fazer um paralelo com a representação da diversidade das línguas e a Torre de Babel. Se ela é o início da confusão, provavelmente terá efeitos na produção de sentidos que circulam na divulgação de(das) língua(s)”. Não se trata de paralelismo ou comparatismo, trata-se da produção de efeitos de sentido, é algo que não cessa.

Por esse viés discursivo da Torre de Babel, o sujeito é tomado, em algumas condições de produção, pela ilusão de que uma determinada língua poderia funcionar perfeitamente em todo e qualquer lugar, aproximando-se do projeto de criação da língua universal. Embora este discurso de ordem religiosa (Torre de Babel) esteja funcionando ideologicamente na proposta de universalização da língua (o que, para nós, não passa de uma utopia!), não é apenas este discurso que lhe constitui, pois emergem discursos de ordem jurídica, do Estado, a partir do imaginário de igualdade que passa a circular em documentos que defendem os direitos linguísticos do sujeito. Este fato torna-se explícito pelo registro da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, por exemplo, na qual observamos que funciona(m) política(s) linguística(s) devido a um conjunto de normas que determina a sua produção e circulação, é a presença jurídica que também funciona e sobredetermina a produção dos efeitos de sentido para o que deve ser uma língua (cf. RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2010; PAGOTTO, 2007; PHILLIPSON, 1992; etc.). Importa, então, considerar a existência de um desejo de língua universal que suplanta gerações e culturas. Embora seu funcionamento seja da ordem da utopia, ela não pode ser negligenciada enquanto forma imaginária que uma determinada língua assume.

Nossos estudos são motivados pela observação empírica que realizamos na posição de professor de línguas estrangeiras, como, por exemplo, nossa tomada de posição “utópica” de que o sujeito estará completo, realizado, ao estar em contato com a língua que está aprendendo, como se não houvesse resistência. A ilusão que permeia o ensino/aprendizagem de língua(s) é a de que seria possível dissociar língua e cultura, adentrando em um imaginário muitas vezes “impossível” de realidade, pois há um desejo de homogeneizar linguisticamente, de apagar as diferenças para produzir o efeito de que todos são iguais e que possuem os mesmos direitos de acesso à língua, conforme salientam Gadet e Pêcheux (2004). É a interpelação ideológica que entra em funcionamento no momento em que se está ensinando ou aprendendo outra língua, a tomada de posição-sujeito determina um lugar imaginário para esta(s) língua(s) passando então a circular o discurso de supervalorização. Assim, deparamo-

nos com o desejo de que o mundo inteiro fale a mesma língua e que “exclua” as demais ou, pelo menos, que elas sejam subordinadas à principal.

Trataremos deste espaço atribuído para as línguas no imaginário social que se constitui pelo processo sócio-histórico e econômico, acompanhado de uma ideologia dominante, a qual determina a posição de destaque e prestígio ou de desprestígio ocupada por uma referida língua. A partir do arquivo que organizamos para o desenvolvimento deste trabalho, podemos afirmar que a historicidade constitutiva dos discursos que tratam as noções de língua remetem-nos aos momentos em que os países que possuíam ou possuem a língua inglesa como a oficial de seu território estiveram ou estão em auge financeiro e comercial e, respectivamente, na posição de dominador sobre outras nações. Portanto, são também as condições de produção em que tais discursos circulam que permitem ser construída uma memória discursiva que valorize ou não as línguas (cf. ORLANDI, 2009).

Há pelo menos um deslizamento de sentidos (cf. SOUZA, 2006) que nos propomos a observar em relação à necessidade de buscar o conhecimento sobre uma língua, ou seja, se hoje é a língua inglesa que está em ápice mundial, amanhã poderá ser a vez de outra língua tomar o seu lugar. No início do século XX, por exemplo, quando se vivia atmosfera de influência francesa no Brasil, a língua francesa circulava como a língua da cultura, do *status*, era representada como a língua da elite de modo semelhante à divulgação atual da língua inglesa. Mas, este privilégio em relação à língua francesa foi apagado discursivamente pela presença da língua inglesa tendo em vista as condições sócio-históricas que favoreceram aos EUA o controle sobre o continente americano (cf. RAJAGOPALAN, 2004). A posição que ocupa uma língua em certas nações oscila devido a um conjunto de fatores socioeconômicos e ideológicos que permitem a circulação de língua(s) ao redor do mundo, cada povo possui uma história e condições específicas. Por isso, não se pode afirmar que os sujeitos identificam-se com a mesma língua e do mesmo modo em lugares e épocas diferentes. E, levando em conta as relações de força e de poder que também determinam a língua que deve predominar para a comunicação, as fronteiras geopolíticas, culturais e linguísticas alteram não só a trajetória histórica de uma nação bem como o espaço de circulação para qualquer que seja a língua e a formação identitária do sujeito.

Nesse sentido, levantamos a hipótese de que é o poder econômico dominante que nos remete à importância de uma língua, tendo a mídia como aparelho que funciona em seu favor, recurso que atualmente acelera a difusão da(s) língua(s) e que, em consequência, faz com que alguma(s) se torne(m) mais aceita(s) do que outras, estando à disposição para divulgar os

interesses de um Estado que desenvolve (ou não) uma política linguística específica. A mídia dirige-se a um determinado sujeito por meio de palavras e imagens que o interpelem a se identificar com a língua que se pretende instituir em dado momento. É uma estratégia para chegar à dominação política e cultural a fim de interferir nos assuntos de interesse de outras nações. É este um dos motivos pelo qual a mídia funciona: divulgar aquilo que é do interesse de quem lhe paga, mas esta divulgação se dá, na maioria das vezes, de maneira “sutil”, o sujeito é tomado pelo efeito da evidência de que isso é certo, o mais correto a fazer (cf. RAJAGOPALAN, 2003). Devemos considerar, no entanto, que nem sempre este efeito de sentido que a mídia tenta (re) produzir para a noção de língua(s) funciona, já que o sujeito também pode resistir ao que lhe é imposto. Acreditamos nessa concepção de sujeito que contraditoriamente se submete de à ideologia dominante, podendo, ao mesmo tempo, sempre resistir (cf. PÊCHEUX, 1997).

Observamos ainda que, no tocante às línguas, são dois os discursos que vem à tona a partir do processo sócio-histórico, ou melhor, a partir da história e das relações entre os sujeitos que constituíam uma nação em dado momento, discursos esses que também determinam a tomada de posição-sujeito em tempos atuais, a saber, o discurso de ordem jurídica (Estado)<sup>2</sup> e o discurso de ordem religiosa (Igreja)<sup>3</sup>. Embora estes discursos sejam diferentes, compreendemos que os seus interesses não estão muito distantes (cf. HAROCHE, 1992), o que nos incita a investigar quais são as aproximações e os distanciamentos apontados por estes dois aparelhos ideológicos (Estado x Igreja) e como eles exercem influência no processo de construção do imaginário social sobre as línguas, levando em consideração o efeito da evidência a partir do qual eles circulam.

No presente trabalho, abordamos duas línguas que emergem na mídia e que nos interessam neste momento em especial: a língua inglesa e o esperanto. A primeira será investigada com base na política que movimenta os sentidos da globalização à mundialização, funcionando como língua oficial de algumas nações, como, por exemplo, Estados Unidos, Austrália e África do Sul. Com o passar do tempo, as condições econômicas mundiais

---

<sup>2</sup> O Estado a que nos referimos não é território e nem diz respeito à fronteira, mas é uma parte de uma comunidade que detém o poder, que comanda os sujeitos a partir de relações de força que se estabelecem, organizando determinadas regras, conduzindo o sujeito ao assujeitamento. Em outras palavras, o Estado é aquele que detém a ideologia dominante a partir do poder. Desenvolveremos este assunto no primeiro capítulo da presente dissertação.

<sup>3</sup> A Igreja, neste trabalho, não é o lugar físico onde se realizam missas, cultos, etc., mas é o espaço de circulação dos discursos bíblicos e religiosos em geral, os quais retomam, em especial, passagens referentes ao mito da Torre de Babel.

promoveram a internacionalização da língua inglesa, tal como conhecemos. Isso contribuiu para que aumentasse a necessidade de se conhecer o inglês, pois ele vinha se destacando cada vez mais em diferentes áreas do conhecimento (cf. GADET & PÊCHEUX, 2004; PHILLIPSON, 1992). O imaginário que se instituiu através deste processo é o de que a língua inglesa é aquela que possibilita o sucesso para o sujeito. De acordo com Orlandi (2009), arriscamo-nos a dizer que, atualmente, não é a globalização que se destaca, mas sim a mundialização, a qual é uma nova forma de globalização do século XXI<sup>4</sup>.

Já o esperanto será tratado via observação do movimento linguístico que pretende instaurar a paz entre as nações, posicionando-se em favor da implantação de uma língua internacional para o mundo, a qual opera com os saberes inscritos em uma posição discursiva referente aos textos bíblicos. O movimento de divulgação do esperanto demonstra que não são apenas discursos da ordem da Igreja que o fundamentam, haja vista que há a emergência de discursos de outras ordens, como o jurídico, por exemplo. Diante dessas considerações, perguntamo-nos até que ponto estas duas línguas pretendem tornarem-se línguas mundiais ou internacionais? Será que elas possuem objetivos diferentes uma da outra? Ou, haveria na circulação delas um sentido comum de homogeneizar/dominar nações via língua?

Estas são algumas das perguntas que regem nossas investigações e que também despertam a nossa atenção em relação ao fato de que as línguas têm se tornado “objeto” de lucro, uma mercadoria que rende capital. A questão mercadológica está explícita na política de divulgação dos cursos de idiomas<sup>5</sup>, franquias que tem por objetivo não somente ensinar uma língua, mas vendê-la. O próprio modo como estas instituições surgiram no Brasil nas décadas de 70/80, para atender a demanda do capital, já construiu um imaginário social de que a língua inglesa não se aprende na escola, no sistema regular de ensino, mas sim em um bom curso de idiomas (cf. SOUZA, 2006; e GRIGOLETTO, 2009). Referimo-nos aos cursos de idiomas tendo em vista que são eles as principais instituições que fazem circular propagandas sobre línguas. Na maioria dos casos, é apenas uma língua por eles divulgada e ensinada: a inglesa. Mas, qual é o funcionamento que permite que se construa este imaginário? Qual é o propósito em instituir esta “superioridade” da língua inglesa em relação às outras? Como circulam estes saberes no espaço da memória discursiva?

---

<sup>4</sup> Este assunto será discutido nas páginas 44 a 52 do presente trabalho.

<sup>5</sup> É importante observar que a escolha deste termo é referente à nomeação própria da instituição, não sendo, portanto, de nossa responsabilidade substituir língua estrangeira por idioma. Esta é uma questão política e ideológica que regula o imaginário dos sujeitos sobre o ensino/aprendizagem de línguas.

Concomitantemente às propagandas de divulgação da língua inglesa, podemos notar que há um movimento linguístico tentando aproximar-se de uma unificação mundial através da língua e para isso também utiliza a mídia, sobretudo a virtual<sup>6</sup>, como instrumento de circulação: estamos tratando do esperanto. Já foi aprovado o projeto de lei do Senado (PLS), de autoria do Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE) no dia 15/09/09<sup>7</sup>, em que foi aprovada a implantação do esperanto nas escolas como disciplina optativa. Este fato explicita que também há uma política linguística em torno do esperanto com vistas a aproximá-lo da importância social atribuída à língua inglesa, já que uma das maneiras de se promover uma língua é a implantação da mesma nos currículos escolares. Nesse caso, considera-se, sobretudo, que a escola é ainda um importante Aparelho Ideológico (cf. ALTHUSSER, s.d), espaço de reprodução e homogeneização linguística por excelência.

A política de divulgação linguística que faz com que circule o imaginário de que a língua inglesa é a mais importante do mundo está materializada através da história, pela invasão de territórios e imposição desta língua como a oficial, tentando apagar aquela que predominava anteriormente no território invadido/conquistado. Atualmente, no século XXI, a língua inglesa tem se destacado pela mídia como a língua dos negócios e do mercado de trabalho, aquela que permite ao sujeito uma realização tanto pessoal quanto profissional (cf. GRIGOLETTO, 2007); enquanto que o esperanto é uma língua que surgiu com o propósito de ser “neutra”, tendo como fundamentação discursos da ordem da Igreja. O esperanto possui uma bandeira que a representa materialmente e, no entanto, não está vinculada a uma nação propriamente dita. Que movimentos de reprodução de sentidos são estes? Ou melhor, quais são os critérios que fazem os sujeitos esperantistas designarem esta língua como neutra? Qual é o funcionamento desta ilusão de língua perfeita? E, se fizermos um paralelo entre a língua inglesa e o esperanto, quais são as designações de língua que circulam no espaço de ensino/aprendizagem de uma e de outra? Onde se aproximam e onde se distanciam? O que significa cada uma dessas designações que lhes são atribuídas? De que modo elas funcionam no espaço de divulgação linguística ao qual temos tido acesso?

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, estamos nos referindo às divulgações midiáticas que circulam em especial na internet, tendo em vista que não há grande circulação de propagandas impressas sobre o esperanto. Existem sites, blogs e outros meios de divulgação para esta língua, como as próprias traduções de livros.

<sup>7</sup> Arquivo disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>.

Quando afirmamos que os divulgadores<sup>8</sup> do esperanto acreditam que esta se trata de uma língua perfeita, estamos salientando que os discursos em torno do esperanto produzem efeitos de sentido que nos remetem a uma “misticidade”, isto é, trazem à baila discursos religiosos justamente por acreditarem que “as desigualdades entre os povos no mundo podem ser resolvidas, como num passe de mágica, pela adoção de uma língua neutra” (RAJAGOPALAN, 2005, p. 147). Também visualizamos diante do movimento que defende o esperanto enquanto língua internacional a aproximação de um imaginário de que tudo é possível e que podemos controlar os efeitos de sentido para fazer esquecer as diferenças, apagando a heterogeneidade. De acordo com Pêcheux (1990, p. 17), podemos afirmar que essa homogeneização não passa de uma mera ilusão, já que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura”, o que significa que a língua está sujeita ao equívoco e, nesse caso, o esperanto também não funcionaria “perfeitamente” tendo em vista que cada sujeito interpreta conforme a sua inscrição social, atribuindo sentidos outros às palavras e aos discursos. Nossas investigações apontam para a possibilidade de relações entre o esperanto e o discurso capitalista, já que ele não conserva apenas a religiosidade, tendo em vista a divulgação midiática que começa a desenvolver. Com certeza, há um modo diferenciado de circulação da língua inglesa e do esperanto, e esse movimento é crucial para a constituição do nosso objeto de pesquisa.

Há uma ideologia dominante regulando o imaginário tanto em relação ao espaço que ocupa a língua inglesa no cenário mundial quanto em relação à neutralidade atribuída ao esperanto. Conforme destacamos, a noção de língua emergente em nossa dissertação é determinada por saberes que advêm dos discursos da religião e do estado jurídico. Pretendemos traçar um percurso sócio-histórico de como estes dois discursos vieram a funcionar em diferentes épocas e de que modo eles se aproximam ou se distanciam entre si, em dado momento histórico. O grande acontecimento que permitiu que houvesse uma aparente ruptura com a Igreja e o Estado foi a Reforma Religiosa proposta por Martinho Lutero em 1520, século XVI, quando este protestante rompeu a sua posição com o catolicismo e instituiu uma nova Igreja de ordem protestante. Segundo Haroche (1992, p. 81), “a reforma permite apreender a importância completamente nova que toma o sujeito. Uma relação direta deve então unir o sujeito à Escritura: o que implica que, a partir daí, uma atenção bem particular seja dada à língua”.

---

<sup>8</sup> São os sujeitos inscritos socialmente na posição discursiva que luta pela circulação do esperanto ao redor do mundo. Esta circulação linguística ocorre a partir da mídia.

Por esse viés, a língua passou a ser tratada de um modo diferente, tendo em vista que Lutero promoveu a tradução da Bíblia para outras línguas, permitindo então uma nova interpretação aos fatos. Em outras palavras, aquilo que a Igreja Católica pregava aos cristãos já não era mais visto do mesmo modo, pois a Bíblia, antes da reforma, só era reproduzida em latim no Ocidente, a língua de destaque e poder daquele período histórico. Os sujeitos que não compreendiam o latim eram tomados por uma forma-sujeito cordata aos discursos de interesse da igreja. No momento em que os sujeitos passam a ler a Bíblia na língua em que compreendem, abre-se a possibilidade de contra-identificação com os discursos da igreja e até de desidentificação (cf. PÊCHEUX, 2007). De fato, a divisão social do trabalho de leitura altera um pouco as relações entre sujeitos.

A partir da tradução surgem outras demandas e, conforme destaca Anderson (2008, p.71-83), essa época favorece o capitalismo na imprensa, pois aumentam o número de vendas de livros devido ao interesse de leitura dos sujeitos em geral que então passam a adquirir a Bíblia traduzida para a sua língua. Talvez esse fato possa ser atribuído ao ‘início’ do desejo de vender a língua cada vez mais e de obter algum lucro com isso, sempre numa relação de dominância. Além disso, retomando Haroche (1992), o sujeito religioso rompe a sua posição discursiva com a igreja, identificando-se com os discursos da ordem do Estado (sujeito jurídico), mas ainda continua submisso a determinados saberes discursivos, pois se antes ele estava submisso à igreja, agora passa a submeter-se ao Estado. Para significar-se, este sujeito necessita tomar uma posição e, desse modo, embora ele resista à sua condição de interpelado enquanto sujeito discursivo, ele continua submisso a saberes da ordem discursiva em que se inscreve.

Segundo Orlandi (2007, p. 61), o Estado individualiza o sujeito por seus atos por um processo que deriva de diferentes formas de poder, “e aí as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência”. Este sujeito jurídico corresponde à forma-sujeito histórica capitalista, é a passagem do sujeito religioso para o capital, estando assujeitado aos discursos que o interpelam ideologicamente deste outro lugar, mas ainda reproduzindo a mesma estrutura.

Diante destas considerações, ressaltamos que pretendemos investigar as noções de língua que circulam socialmente em instrumentos midiáticos de divulgação linguística dos cursos de idiomas ou em movimentos promovidos por meio de organizações não governamentais (ONGs). Para isso, elaboramos um arquivo composto por materiais de

divulgação do ensino/aprendizagem de língua inglesa nos cursos de idiomas e/ou por blogs e espaços de circulação da internet, sendo que este último é o espaço onde identificamos a divulgação do esperanto. Como já afirmamos, nossa proposta inicial para o projeto da dissertação era investigar o sujeito para quem se dirigia este material, a partir de imagens e de enunciados neles destacados, e, no entanto, ao iniciarmos o percurso teórico deste trabalho, deparamo-nos com diferentes modos de referir-se à língua, o que nos levou a alterar o objetivo de investigação. Se antes pretendíamos analisar o sujeito, desta vez investigamos qual(is) é(são) a(s) noção(ões) de língua(s) que emerge(m) a partir dos recursos midiáticos de divulgação linguística, especialmente no que se refere às políticas de divulgação da língua inglesa e às políticas de divulgação do esperanto. Nosso objeto de análise serão as formas designativas de ambas as línguas que podem ser destacadas com regularidade no arquivo.

Desse modo, dividimos a presente dissertação em três capítulos. O primeiro discorre sobre as principais noções que mobilizaremos no processo de escritura: a de sujeito, ideologia e discurso, para depois disso, compreendermos o funcionamento das formações imaginárias de acordo com o que propõe Pêcheux (1969) e Orlandi (1999). Nessa perspectiva, mobilizaremos breves reflexões acerca do movimento da globalização que se estende à mundialização, tentando compreender o seu funcionamento ideológico no que concerne à noção de língua (cf. GADET & PÊCHEUX, 2004; ORLANDI, 2009). Propomo-nos, ainda, a investigar como a Igreja e o Estado constituem os discursos sobre a(s) língua(s), buscando explicitar pelo menos duas diferentes concepções de língua e também os modos de assujeitamento do sujeito aos discursos tanto religiosos quanto jurídicos (cf. HAROCHE, 1992).

No segundo capítulo, abordaremos a língua e os efeitos de sentido que ela produz em contextos sócio-históricos e econômicos diferentes, retomando alguns dos principais acontecimentos dos EUA e observando o modo pelo qual a história interfere na promoção da língua inglesa (cf. O'CALLAGHAN, 1998; PHILLIPSON, 1992; etc.). Optamos por tratar apenas da língua inglesa dos EUA, por entender a posição de dominância que este país assume diante do resto do mundo. Também recuperaremos a parte histórica do esperanto a fim de visualizar o propósito pelo qual ele se institui como a língua internacional não estando vinculada a uma só nação (FRANCINI, 1976; ECO, 2002; entre outros). Isso nos permitirá compreender a noção de língua que o sujeito toma para si atribuindo-lhe um valor “x”, e não “y”.



No terceiro capítulo, trataremos de explicitar algumas das diferentes designações de língua que pudemos visualizar no arquivo ou durante a elaboração do percurso teórico, momento em que notamos que tanto a língua inglesa quanto o esperanto são mencionados ora de um modo ora de outro. Este efeito em atribuir uma designação e, posteriormente, registrá-la, passando a uma definição, como no caso dos dicionários, está ligado ao funcionamento político que determina aquilo que pode ou não ser dito de acordo com a posição-sujeito daquele que irá produzir tal conceito. Isto significa que a língua depende de uma questão política, o que nos leva a refletir sobre o político e a política linguística (cf. RANCIÈRE, 1996; GUIMARÃES, 2003; ORLANDI, 2007). Buscaremos o significado de algumas das definições de língua recorrentes em nossa pesquisa para compreender a materialidade e a ideologia que subjazem a tais definições. Também nos propomos a observar a movimentação dos sentidos em torno da noção de língua, quais são as aproximações e os distanciamentos entre uma definição e outra e quais são os fatores de ordem social que modificam, ao longo da história, o processo da definição de uma mesma língua de diferentes maneiras.

É importante ressaltar que nosso trabalho deve ser retomado como uma pesquisa que busca compreender questões teóricas e que apresenta um *corpus* muito mais ilustrativo do que analítico. Acreditamos que ao estudar a língua é preciso delimitar, estabelecer um recorte para pensá-la enquanto objeto de pesquisa. A escolha das referências bibliográficas fez com que tomássemos uma posição, optando por não trabalhar com as análises separadamente dos instrumentos midiáticos que compõem o arquivo deste trabalho. Pelo contrário, investigamos as designações de língua que significam em nosso arquivo. Tentamos percorrer este caminho, explicitando as formas designativas que circulam para a noção de língua, perseguindo “a língua” para saber um pouco mais sobre ela.

## **PARTE I**

### **1 ALGUMAS NOÇÕES DESTACADAS DURANTE O PERCURSO TEÓRICO**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as principais noções que mobilizaremos neste trabalho a partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux no final da década de 60. Isso não quer dizer que o trabalho se esgota apenas em tais noções, e sim que elas nos possibilitam visualizar analiticamente as formas designativas da(s) língua(s). Para tanto, destacamos o sujeito e a ideologia enquanto noções que se constituem na mesma direção, as quais são determinantes para a circulação dos discursos, articulando também as formações imaginárias que constituem a noção de língua a partir do modo como os instrumentos midiáticos de divulgação linguística circulam com designações a uma referida língua para um sujeito interlocutor específico.

A língua inglesa está sendo problematizada a partir da movimentação de sentidos da globalização à mundialização. Tentaremos esboçar considerações acerca deste processo para demonstrar que a história altera a produção dos efeitos de sentido bem como o modo de referir-se à língua. Nessa mesma perspectiva, o esperanto passou por um processo de “modificação” desde a sua proposta inicial, pois, quando ele foi criado, o objetivo era o de instituir uma língua capaz de resolver os problemas da comunicação, propósito este que foi se alterando a partir das condições sócio-históricas mundiais. Um dos principais acontecimentos que contribuiu para esta “passagem” da tomada de posição-sujeito referente à paz para o objetivo de alcançar uma posição de poder é o capitalismo. Tanto a língua inglesa quanto o esperanto estão tomados discursivamente pelo capitalismo, ele é constitutivo destas noções, haja vista que exerce uma relação de forças no interior destas duas línguas.

A partir dessas considerações, tentaremos ainda esboçar de que modo os discursos de ordem religiosa (Igreja) e de ordem jurídica (Estado jurídico) se entrecruzam em relação à(s)

língua(s), como houve a ruptura do sujeito religioso para o sujeito jurídico, de que modo os discursos religiosos trabalham com a ideologia da dominação linguística e, por outro viés, de que modo os discursos do Estado tomaram o espaço do sujeito religioso instituindo uma outra noção de língua com o objetivo de chegar ao poder, tendo como referência para essa reflexão o estudo de Haroche (1992).

### 1.1 Sujeito, ideologia e a circulação de discursos

*A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo (ORLANDI, 1999, p. 59).*

Em Análise de Discurso, para se constituir, tomar uma posição, o sujeito é interpelado por uma ideologia. Compreendemos que há uma prática político-ideológica que regula o discurso, permitindo ao sujeito enunciar de acordo com a sua inscrição social. É a ideologia que determina a identificação do sujeito com certos discursos e não com outros, tendo em vista que “as ideologias não são feitas de idéias, mas de práticas” (PÊCHEUX, 1997, p. 144). Em outras palavras, cada lugar social comporta uma ideologia específica e isso implica na tomada de posição. As práticas discursivas em circulação são afetadas e significadas por/em um processo ideológico, posto que “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 45).

Desse modo, também fazem parte do processo constitutivo do sujeito as condições de produção, de tal modo que não há como desconsiderá-las em relação à ideologia. De acordo com Petri (2004, p. 34), “as condições de produção do discurso são determinantes do sentido, pois é a partir dessas condições (sociais, econômicas, ideológicas) que cada sujeito se posiciona diante do outro, produzindo efeitos de sentidos”. Isso nos permite observar que as condições de produção em que são elaborados os instrumentos midiáticos de divulgação linguística para uma língua “x” do curso de idiomas “x” ou de movimentos linguísticos e/ou ONGs (organizações não governamentais), apresentam uma regularidade discursiva que tem

por objetivo atrair sujeitos para este lugar<sup>9</sup>, trazendo à tona certos enunciados e não outros, certas ilustrações e não outras, já que a composição de um material de divulgação de um curso de idioma será composta, em particular, pelo perfil desejado ou imaginado do sujeito aprendiz de línguas.

Conforme a ideologia que sustenta um determinado lugar (cursos de idiomas, movimentos linguísticos e/ou ONGs), há condições de produção que fazem com o que os discursos sejam de um modo e não de outro, pois elas “implicam o que é material, o que é institucional e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, podemos afirmar que a noção de língua que os cursos de idiomas fazem circular, pela ordem da evidência, é diferente daquela que circula no movimento linguístico do esperanto, pois cada um deles se constitui em condições de produção específicas. Enquanto os cursos de idiomas fazem circular discursos de divulgação de uma língua voltada aos negócios e ao mercado de trabalho, o movimento em torno do esperanto divulga uma língua possível de instituir a paz no mundo. No entanto, mesmo circulando com discursos de ordem religiosa, há uma política de instituição capitalista na proposta da internacionalização linguística pela qual trabalha este movimento de esperanto.

As condições de produção são destacadas por Pêcheux (1997, p. 75) como “o pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão”. Pêcheux acrescenta que (Ibid., p. 77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Podemos afirmar, assim, que a divulgação de língua pela qual os cursos de idiomas operam ideologicamente é regularizada por efeitos de sentidos que tais instituições de ensino desejam produzir no sujeito interlocutor do qual tentam se aproximar via instrumentos midiáticos. Com isso, fazem circular a divulgação de uma ilustração do aprendiz “x”, projeção imaginária essa já constituída a partir das condições sociais, econômicas e ideológicas que fazem parte do posicionamento discursivo da instituição social que ensina língua(s), mas não qualquer(qualsquer) língua(s), sim a(s) “melhor(es)”, a(s) “mais importante(s)”, a(s) que trará(ão) “sucesso”.

Este perfil imaginário de sujeito que necessita aprender uma língua para alcançar uma boa posição financeira está relacionado a uma memória discursiva materializada pelos acontecimentos histórico-mundiais que favoreceram a circulação dos discursos que

---

<sup>9</sup> O lugar não é o espaço físico, mas sim o espaço onde entram em cena os interlocutores e a posição-sujeito que determina aquilo que pode ou não ser dito de acordo com a ideologia que sustenta o processo discursivo.

privilegiam uma língua em detrimento de outras. Também, à construção da noção de língua enquanto mercadoria, fato que “impulsionou” o crescimento e o fortalecimento dos cursos de idiomas (cf. SOUZA, 2005, p. 171). Além desse perfil de sujeito que é divulgado em tais instrumentos, também se trabalha com o imaginário do que seja aprender língua(s) em um lugar e não em outro, já que há muitas possibilidades de escolha para se aprender outra língua. Considerando este fato, os cursos de idiomas tentam interpelar o sujeito a aprender não somente a língua que eles divulgam, mas também a buscar o aprendizado no melhor de todos os cursos, valorização essa também significada na ilustração dos materiais de divulgação. Para nós, tanto a língua quanto a instituição estão em um jogo discursivo. Os interesses de divulgação são os de destacar uma língua dominante da sociedade para que o sujeito “sinta-se” convidado a conhecê-la, porque “é preciso”, e, ao mesmo tempo, este destaque volta-se para o ensino/aprendizagem do curso que faz a divulgação.

Sobre a divulgação do ensino/aprendizagem do esperanto, embora ele não esteja sustentado pelos cursos de idiomas, podemos afirmar que há uma representação de língua produzindo efeitos de sentido nos instrumentos midiáticos que ele emprega, recursos talvez mais eficazes do que os meios de divulgação impressos. Como o esperanto não é ensinado por instituições sociais privadas, ele é divulgado em grande parte na internet, através de movimentos sociais que o divulgam enquanto uma língua que pode mudar o mundo, aproximando o sujeito de uma noção de língua “mística”, tentando “convencê-lo” a interessar-se pelo aprendizado do esperanto em prol do bem estar de todos. Inscrito em um viés religioso, o funcionamento do esperanto é o de que seria possível existir transparência na e pela língua, não levando em conta as particularidades de cada povo e/ou nação bem como a formação identitária do sujeito.

Em outras palavras, o esperanto opera com discursos religiosos em instrumentos midiáticos via internet já que este é um dos meios mais rápidos de divulgação na atualidade. Vale ressaltar, porém, que este discurso trabalha em função de um bem comum ao mesmo tempo em que deseja dominar e obter poder sobre o mundo. O sujeito divulgado em tais instrumentos é aquele que pode contribuir para que haja, de fato, uma mudança social, ou seja, aprender o esperanto é “construir” um mundo melhor (cf. FRANCINI, 1976, p. 186). O efeito que se produz diante desta divulgação é o de que seria possível excluir a cultura já instituída em cada povo e/ou nação, como se o sujeito fosse capaz de desvincular-se de suas origens e identificar-se com esta língua.

Pelas ilustrações que circulam em torno do esperanto, compreendemos que este movimento não prevê a possibilidade de resistência e contra-identificação do sujeito, operando, nesse sentido, com a noção de uma língua perfeita, a qual iria “quebrar” as barreiras da comunicação entre diferentes povos/ nações e culturas sem falhas ou equívocos, tal como voltar à perfeição de Gênesis. Na perspectiva em que direcionamos nossas investigações, a língua está sujeita à interpretação particular de cada sujeito e, inclusive, pode apresentar falhas (cf. PECHEUX, 1990). Desse modo, arriscamo-nos a dizer que a proposta de internacionalização/universalização da língua é apenas um projeto, não iria funcionar levando em conta estas noções que acabamos de explicitar.

As condições de produção funcionam conforme a ideologia dominante que determina o posicionamento do sujeito discursivo. De acordo com Pêcheux & Fuchs (1997, p. 165), “a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica”, o que permite compreender que a noção de língua se constitui por uma ideologia que é determinada pela história vinculada aos fatores extralinguísticos que predominam no cenário social em um dado momento. É nesse sentido que a língua inglesa recebe destaque como a língua dos negócios e/ou do mercado de trabalho, enquanto que o esperanto se caracteriza como movimento pela paz e união dos povos. A língua inglesa é economicamente “forte”, já o esperanto não está sustentado por nenhuma base econômica explícita, por nenhuma nação. As divulgações midiáticas em torno da língua inglesa e do esperanto evidenciam estas diferenças.

Em relação à circulação do esperanto ao redor do mundo, Francini (1976, p. 37) faz referência ao que acabamos de explicitar ao escrever que: “o esperanto vive apenas das contribuições de adeptos geralmente não-ricos e ainda não recebe apoio financeiro dos poderes públicos”. É interessante termos registrado esta citação pelo fato de que esta é uma fala de um sujeito esperantista discorrendo sobre a língua que defende. Devemos ter o cuidado com as evidências, no entanto esta afirmação vem ao encontro daquilo que estamos tentando demonstrar neste trabalho, que é a principal diferença que faz de uma língua ser instrumento de dominação para chegar ao poder, enquanto que, de outro modo, a língua é tomada como aquela que serve a um pequeno grupo cujo objetivo é o de acabar com as barreiras linguísticas que instauram a diferença.

Nesse caso, se a noção de língua que circula nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística está determinada por certas condições de produção sustentadas pela ideologia dominante de que a língua “x” é superior às outras, devemos nos referir à noção de

formação discursiva (FD) (cf. conceito de PÊCHEUX, 1997). As formações discursivas implicam o processo da tomada de posição sujeito e a regulação da interpretação, conforme a negociação dos sentidos entre os interlocutores e os saberes inscritos em cada FD. Nesse caso, o sentido pode ser um, mas não outro, o que significa, em outras palavras, que o posicionamento discursivo do sujeito relaciona-se com a ideologia que o interpela.

Diante das noções mobilizadas, compreendemos que são vários os discursos que circulam entre os sujeitos. Cada um destes discursos está constituído por diferentes concepções e modos de interpelação, mas serão as FDs que “conduzirão [o sentido] a um caminho” e não a outro, pois Pêcheux (1997, p. 261) afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como causa de si”.

Observamos que Pêcheux (Ibid.) destaca a importância da FD em relação à constituição dos efeitos de sentido. O indivíduo precisa identificar-se com determinados saberes para se constituir enquanto sujeito discursivo e é a partir desta identificação que o sujeito se posiciona e interpreta os discursos que o cercam. O sujeito pode até ser tomado por outros saberes advindos de diferentes FDs as quais ele não está inscrito socialmente, porém a base para que o sujeito se inscreva em uma FD e não em outra é a ideologia, pelo modo singular como cada sujeito é interpelado. Os efeitos de sentido são produzidos conforme as atribuições imaginariamente dadas pelo sujeito às coisas que lhe são representadas discursivamente.

Em relação ao lugar da FD para a produção dos sentidos, Pêcheux (1997, p. 263) também acrescenta que “o sentido existe nas relações de metáfora, das quais certa FD vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da FD à qual pertencem”. Para discutirmos a metáfora, é necessário compreendermos, em um primeiro momento, o funcionamento da paráfrase, já que estas duas noções estão imbricadas.

Na perspectiva de Orlandi (1999, p. 36), a paráfrase “representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização”. Observamos que a paráfrase é um modo de repetição, ou seja, repetem-se as mesmas palavras, mas com efeitos diferentes, o que, aliás, pode alterar a “essência” do discurso, pois embora a evidência permita acreditar na ilusão de estar reproduzindo o mesmo, o sentido poderá não tomar a mesma direção, produzindo a

contradição. De acordo com Petri (2009, no prelo), “o sujeito só se constitui como tal porque seu dizer se inscreve de alguma forma na ordem da repetibilidade, afetado pela ideologia e sob a égide de uma determinada FD”. Isto significa que a paráfrase possibilita uma nova interpretação ao sujeito para quem se dirige(m) tal(is) discurso(s); uma vez que o dizer “sedimentado” de tanto repetir-se em outras palavras, pode tornar-se em diferente. Por esse viés, é importante destacar a metáfora, uma vez que ela também entra em jogo na produção de sentidos, pois o sujeito é interpelado a tomar uma referida posição diante de um discurso, e a FD pode ser compreendida como a base deste posicionamento.

Diante de tais considerações, compreendemos que o que regula e determina que seja produzido tal efeito, mas não outro para cada um dos interlocutores de um discurso “x”, são os saberes que pertencem à FD em que o sujeito está prioritariamente inscrito a partir da ideologia dominante que os sustenta. Os sentidos não se produzem ao acaso, eles são sobredeterminados conforme um conjunto de “regras” que possibilitam ao sujeito indentificar-se mais com certos discursos e não com outros, tomando uma posição diante daquilo que ouve, lê, assiste ou escreve. Desse modo, a memória discursiva se constitui a partir deste posicionamento inconsciente do sujeito em relação aos discursos que o interpelam. Já a paráfrase e a metáfora se constituem através deste processo de identificação, permitindo que se produzam outros modos de enunciar o mesmo discurso, alterando ou não a produção dos efeitos de sentidos.

Observamos que a citação de Pêcheux também destaca o “aparente” efeito de evidência que as palavras produzem, o que quer dizer que os sentidos não estão “acabados” ou “esgotados” no discurso. A partir do percurso teórico que estamos desenvolvendo, podemos afirmar que este efeito de evidência funciona muito bem em divulgações midiáticas, pois o sujeito interlocutor não se dá conta daquilo que está realmente significando diante das palavras e ilustrações que a mídia faz circular. Segundo Courtine (1999, p. 19), a FD regionaliza saberes do interdiscurso e materializa as formações ideológicas (FI). A noção de formação ideológica é compreendida neste trabalho enquanto os diferentes modos de o sujeito se relacionar com a ideologia que o domina, tomando uma posição diante dos discursos que compõem uma FD específica.

São as formações imaginárias (FIs)<sup>10</sup> que permitem ao sujeito construir um imaginário em relação ao que seja aprender língua(s). São elas também que determinam a noção de

---

<sup>10</sup> No tópico a seguir, exploraremos mais sobre as formações imaginárias.



língua que circula sob viés linguístico ou que está significada nas ilustrações nos instrumentos midiáticos. A tomada de posição do sujeito aprendiz de línguas ocorre pelo modo como interpreta os discursos que circulam nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística, os quais estão atravessados por diferentes ideologias. Ao se posicionar discursivamente diante de tais instrumentos, o sujeito constrói imaginariamente o ideal de língua ao qual está atrelado o ideal de sucesso. Podemos afirmar, então, que não há como o sujeito não ser tomado de um modo ou de outro por saberes que uma determinada FD agrega e que compõem um discurso “x”. Por sua vez, a noção de esquecimento<sup>11</sup> entra em cena no momento em que, ao posicionar-se diante de determinados saberes, a partir da sua relação com a ideologia, o sujeito acredita estar produzindo algo que lhe parece ter origem em si mesmo, além da ilusão de ser capaz de controlar os sentidos das palavras que está enunciando.

A noção pecheutiana de FD, retomada por Orlandi (2005, p. 103), é pensada do seguinte modo:

A formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de construção do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

É nessa perspectiva que há espaço para a tensão e a contradição. Os sentidos estão sempre em movimento e o processo de construção dos sentidos pode ser diferente em outras condições sócio-históricas. Compreendemos que o espaço para a contradição ocorre porque os discursos são formados por saberes advindos de FDs dispersas entre si, ou seja, elas não são homogêneas. O sujeito não consegue se fixar somente em uma região do discurso, pois, no interdiscurso, há outros saberes que atravessam a mesma FD. Sendo assim, o que dá singularidade ao sujeito são os diferentes modos de se relacionar com a ideologia. Através desse relacionamento do sujeito com os discursos é que surge um sujeito fragmentado que, segundo Indursky (2008, p. 30), “é um sujeito dividido, heterogêneo em relação a si mesmo, disperso em relação aos saberes da FD em que se inscreve e em relação aos sentidos que mobiliza, de que se apropria e que produz, construindo esta forma de subjetividade”.

Além disso, o sujeito para quem se dirigem os instrumentos midiáticos de divulgação linguística é construído de acordo com a ideologia dominante que regula os saberes que podem ou não ser ditos e que podem ou devem, ou não podem e não devem ser ditos em

---

<sup>11</sup> Explicitaremos esta noção ainda no decorrer deste tópico.

determinado momento. É a língua que coloca em funcionamento o sentido conforme o trabalho da ideologia, já que o trabalho desta é, conforme Indursky, “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Ibid., p. 46). Retomando esta noção do efeito produzido pelas evidências, as considerações abordadas até agora permitem que seja lançado um olhar diferenciado para o óbvio dos efeitos de sentido, ou seja, em muitos casos, aquilo que está dado como pronto e acabado não está significando exatamente assim, é como se houvesse um “disfarce” do qual está investido o sujeito que toma posição. É a partir das evidências que “a interpretação é desigualmente distribuída na formação social” (INDURSKY, 2008, p. 47), pois cada sujeito é tomado de um modo diferente pelos discursos, tendo em vista não somente a ideologia que o determina, mas também a identificação ou contra-identificação com saberes discursivos que compõem tais discursos. Sujeito e ideologia se constituem concomitantemente. Para que haja sujeito, deve haver ideologia, e para que a ideologia funcione de fato é preciso que haja a interpelação ideológica do sujeito (cf. ORLANDI, 1994).

Quando afirmamos anteriormente que a noção de língua dos cursos de idiomas é diferente da noção proposta pelo movimento do esperanto, queremos explicitar que por se tratar de duas diferentes correntes ideológico-discursivas, cada uma delas possui uma concepção daquilo que se compreende por língua, divulgando esta noção a partir de instrumentos midiáticos que visam a atingir um sujeito aprendiz específico. Por exemplo, qual é a língua que os cursos de idiomas fazem circular em divulgações midiáticas? E qual é a língua que o movimento pelo esperanto faz circular nos espaços de divulgação? Embora o efeito de evidência esteja disfarçando a ideologia dominante destas duas línguas, nossa hipótese é de que elas possuem interesses muito próximos, dentre os quais se destaca o de alcançar o poder e obter muito lucro, ambos voltados a interesses capitalistas.

Os discursos da língua inglesa não disfarçam e nem camuflam o interesse de comandar as nações em todas as áreas do conhecimento. Parece-nos, desse modo, possível identificar um desejo de instauração de um imperialismo linguístico (cf. PHILLIPSON, 1992), enquanto que os discursos do esperanto retomam a religiosidade, tendo em vista que a fé num mundo melhor desperta a atenção de todos os sujeitos, é uma maneira de divulgar a língua tentando “apagar” o interesse pelo dinheiro<sup>12</sup>. Os sujeitos esperantistas, pelo efeito da evidência, parecem não se importar com o lucro, mas diante da circulação midiática que atualmente o

---

<sup>12</sup> Observamos esta relação de modo explícito de acordo com a citação de Walter Francini (1976, p. 37) mencionada anteriormente.

esperanto tem trabalhado, levantamos a seguinte pergunta: será que ele ainda conserva apenas o cunho religioso sem ser mercadológico? Nesse sentido, podemos adiantar que nossa hipótese é de que os interesses da língua inglesa e do esperanto não são tão diferentes o quanto parecem ser, mas as “máscaras” que os revestem possuem algumas diferenças.

Tratamos desse modo de divulgação enquanto um “disfarce”, posto que os discursos sobre a língua inglesa e o esperanto tentam produzir um efeito envolvendo diferentes grupos sociais na ilusão ou do sucesso ou de um mundo melhor. Assim, podemos afirmar que a divulgação midiática opera ideologicamente por um discurso “x”, mas o seu objetivo pode ser “y”. O sujeito sente-se obrigado a aprender outra língua, de um lado, pelas exigências do mundo globalizado, e, de outro, através do apelo à paz. Ambas as línguas estão tomadas pela ilusão de controlar, de manter o poder. Porém, se esse desejo fosse divulgado explicitamente talvez não tivesse o mesmo efeito, não poderia funcionar.

Por esse viés, a historicidade também é constitutiva do sujeito, ela faz parte do processo da tomada de posição, pois a língua, a ideologia e a história são determinantes na produção dos efeitos de sentido, o que implica em afirmar que os discursos estão materializados pela língua, as palavras se movimentam através da língua inscrita na história e os sentidos podem não ser os mesmos em diferentes momentos, em diferentes situações discursivas. Mesmo que as palavras carreguem consigo uma memória, isso não garante que o sentido fique estabilizado, fixo, porque os interlocutores serão outros tendo em vista as condições sócio-históricas em que os discursos são produzidos, pois “sem história não há sentido, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique” (ORLANDI, 1994, p. 52).

Essas considerações permitem compreender que, se os efeitos de sentido não são “estáveis”, a ideologia também não é “estável” ou “estática”, ela pode mudar através da história, uma vez que uma mesma FD pode estar ideologicamente significando de modo diferente em distintos períodos históricos, de acordo com os discursos que são permitidos enunciar em dado momento.

Na perspectiva de Petri (2009, p. 33), “a ideologia funciona mesmo, e, sobretudo, quando parece não estar funcionando”. Essa observação permite-nos inferir que em todo e qualquer lugar o sujeito é interpelado pela ideologia. Do mesmo modo, pensando no nosso objeto de análise, as noções de língua que circulam nos instrumentos midiáticos e/ou em movimentos linguísticos estão marcadas ideologicamente, inscritas no processo sócio-histórico, materializadas na e pela língua e isso não se dá de modo consciente para o sujeito.

Courtine (2008, p. 13) também aborda estas considerações ao afirmar que há uma “ideologia do apagamento da ideologia”, ou seja, trabalha-se ideologicamente para que os sujeitos sejam interpelados a consumir, nesse caso, a comprar o aprendizado de uma língua, sem se ‘darem conta’ de que estão sendo tomados por outra ideologia, aquela que pretende dominá-los. Isso é o que ele acrescenta como “o recobrimento da fala pública pelas estratégias discursivas da sociedade de consumo”, o que quer dizer que, embora a ideologia dominante tente “mascarar” a sua posição para não tornar óbvio o seu funcionamento, ela está sempre já-lá, trabalhando para que haja de fato a interpelação. Nesta dissertação, veremos que o funcionamento da ideologia dominante sobre o que se entende por língua, inclusive, em alguns casos, está destacada linguisticamente pelos enunciados presentes nos instrumentos midiáticos.

Parafraseando Pêcheux (1997, p. 97-102), podemos dizer que em AD os sentidos não estão prontos e acabados no discurso, não há controle sobre a produção dos efeitos de sentido, ou seja, o sujeito não consegue controlar os efeitos que deseja produzir pois eles “escapam” do seu controle. O sujeito é dotado de inconsciente<sup>13</sup>, interpelado em ideologia e mediado por relações sociais, as quais determinam os discursos que devem ser produzidos em determinadas circunstâncias. Assim é que a ideologia exerce o seu papel, funcionando em todos os discursos e regulando a tomada de posição-sujeito. Desse modo, também funciona a noção de apagamento, a qual afeta de tal modo o sujeito fazendo com que ele “apague” de sua memória discursiva a origem dos dizeres com os quais se identifica, tomando esses dizeres, então, para si e pronunciando-os como se eles tivessem sido originados em si. O sujeito não tem controle sobre todas as possibilidades de (re)tomada dos discursos. Na verdade, o sujeito é tomado pela ilusão de ser o primeiro a pronunciar tais discursos, quando ele está apenas (re)produzindo algo que já foi dito por outro alguém em outro momento.

Ao abordar a noção de apagamento, Orlandi (1999, p. 34-35) explicita que existem duas formas de esquecimento. Uma é da ordem da enunciação, quando o sujeito modifica o seu dizer, mas não modifica o sentido, apenas parafraseia os dizeres que já ouviu e com os quais se identificou. A outra forma de esquecimento é de ordem ideológica, quando o sujeito apreende inconscientemente os dizeres com os quais se identifica, sendo tomado pela ideologia, e os pronuncia com a ilusão de ser ele mesmo a origem destes dizeres. A partir destas duas formas de esquecimento, compreendemos que as noções de sujeito e de ideologia

---

<sup>13</sup> Mobilizaremos esta noção no próximo item, demonstrando que o inconsciente funciona nas formações imaginárias que determinam a posição do sujeito no(s) discurso(s).

estão em funcionamento nas divulgações de língua que circulam em instrumentos midiáticos, uma vez que estas noções dominam o imaginário do sujeito de acordo com as evidências. Noutros termos, é devido ao fato de serem instituições sociais e privadas que os cursos de idiomas têm uma política a respeito do ensino/aprendizagem de línguas de acordo com o perfil imaginário de aprendiz que eles tomam para si.

As palavras também têm influência do processo sócio-histórico, o qual mobiliza diferentes sentidos a partir dos acontecimentos históricos. Uma mesma palavra pode não remeter ao mesmo sentido em diferentes situações de enunciação, tendo em vista quem são os interlocutores e o lugar de onde são pronunciadas tais palavras, já que elas dependem da ideologia que as sustenta. Se a ideologia não é “estável”, conforme demonstramos anteriormente, as palavras também não se “estabilizam” em um único efeito. No entanto, apesar de as palavras significarem de maneira diferente, elas pertencem a uma mesma ordem discursiva tendo em vista o fato de que não são todos os sentidos possíveis já que eles dependem do modo pelo qual os sujeitos se relacionam de modos singulares com estes saberes.

Nesse sentido, é necessário destacarmos outra noção que está imbricada ao sujeito e à ideologia e que também nos remete à produção dos efeitos de sentido, ou seja, a memória discursiva. Observamos que a maneira com que os cursos de idiomas e os movimentos linguísticos fazem circular a concepção de língua que desejam instituir tem relação com uma memória, como uma tentativa de recuperar algo do passado. Por exemplo, a língua inglesa permite visualizar que há o desejo de implantação do imperialismo via dominação linguística; já o esperanto explicita o desejo de recuperar a língua perdida segundo a história do mito bíblico da Torre de Babel. Pêcheux (2007, p. 52), ao tratar da memória discursiva, explicita que essa noção teórica mobiliza o pré-construído, lugares materiais onde estão estas construções que já apareceram em outros momentos. Podemos dizer que é uma rememoração, ou seja, de acordo com Venturini (2009, p. 73), a rememoração é aquela que “ocorre na dimensão não linear do dizer e ocupa o espaço do já-dito e do significado antes, em outro lugar, cujo retorno ocorre pela repetição, que, de um lado, estabiliza os sentidos e, de outro, instaura o novo”.

Sendo assim, a partir da memória discursiva que guarda todos os dizeres ou acontecimentos, fatos históricos com os quais o sujeito em um determinado momento se identificou ou contra-identificou serão novamente ditos ou “revividos” em outros momentos, como se este sujeito fosse a origem de tais palavras e estivesse “revivendo” a mesma história.

Ele recorre a este conjunto de dizeres e de acontecimentos para se pronunciar. É importante ressaltar que esta rememoração pode alterar a “essência” do significado, pois a memória não é homogênea, “é um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Desse modo, a memória discursiva também é “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 2007, p. 64). Pelo viés da memória, podemos abordar as modalidades da tomada de posição sujeito, as quais Pêcheux (1997, p. 214-217) explicita afirmando que há dois sujeitos: o sujeito da enunciação, aquele que toma uma posição assumindo responsabilidade, e o sujeito universal, o sujeito da ciência. Assim, “a primeira modalidade consiste numa superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal”, o que caracteriza o “bom sujeito”. Compreendemos que este bom sujeito é denominado enquanto o que está plenamente identificado com a forma-sujeito da FD que o afeta, no entanto isso é uma ilusão, uma vez que a FD é heterogênea, ela não “se apresenta fortemente fechada”, embora ela mantenha essa aparência (cf. INDURSKY, 2008, p. 14). A partir da relação que o sujeito estabelece com a ideologia, ele dificilmente estará plenamente identificado com os discursos nos quais se inscreve. Ele pode discordar de alguns saberes e continuar fazendo parte de uma FD específica, isto é, ele se identifica, mas ao mesmo tempo não está totalmente satisfeito com a sua condição.

No momento em que o sujeito passa a questionar e a buscar respostas às suas perguntas, ele caracteriza então o “mau sujeito”, constituindo a segunda modalidade. O “mau sujeito” é aquele que se “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe “dá a pensar”. Já a terceira modalidade é denominada enquanto “tomada de posição não-subjetiva”, tendo em vista a desidentificação do sujeito com os saberes discursivos nos quais está inscrito. É o funcionamento da forma-sujeito, de modo que ela trabalha no deslocamento de uma posição-sujeito para outra, ou seja, o sujeito passa a identificar-se com outros saberes discursivos, migrando então para uma nova organização política a partir de um processo subjetivo que o toma enquanto sujeito discursivo.

Em relação à tomada de posição-sujeito, Pêcheux (2008, p. 56) afirma que “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’”. Isso permite dizer que o sujeito não estará

sempre identificado com a mesma posição, pois a história também o toma e o constitui, de modo que a sua posição pode ser alterada pelo percurso sócio-histórico. Em outras palavras, não existe felicidade plena para o sujeito, ele está suscetível aos discursos que o interpelam. O sujeito até pode acreditar que a sua posição está determinada apenas de um modo e “ponto final”, mas a partir da circulação de diferentes discursos, pode chegar o momento em que a “verdade” lhe vem à tona, trazendo-lhe as decepções de estar inscrito em um discurso e não em outro. É desse modo que o sujeito pode romper a sua inscrição e migrar para outros discursos. Isso pode ser observado a partir do ensino/aprendizagem de línguas, se o sujeito desidentifica-se com a língua que está aprendendo, provavelmente irá buscar o aprendizado de uma outra língua.

Retomando considerações de Indursky (2008, p. 13), compreendemos que a primeira modalidade discursiva está relacionada ao sujeito “que se crê na origem do dizer”, o qual pronuncia um discurso na ilusão de que poderá controlar os efeitos de sentido, ou seja, que o seu interlocutor irá interpretar exatamente como o desejado. Esta “unicidade do sujeito é da ordem do imaginário” (Id.Ibid.). A segunda modalidade permite que o sujeito questione a sua posição contra-identificando-se com os saberes da FD na qual ele está inscrito, por isso Pêcheux (2008) nomeou este sujeito de “mau sujeito”, tendo em vista que há dúvida, ele não se identifica completamente com a sua inscrição social, diferente da primeira modalidade, na qual o sujeito “se identifica, mas com reservas, com distanciamento, com questionamentos, com dúvidas” (INDURSKY, id.).

Partindo desse pressuposto de um sujeito que questiona, argumenta e contra-identifica-se com a formação ideológica dominante, há também o sujeito que se desidentifica com os saberes que o afetam, caracterizando então a terceira modalidade nomeada como “tomada de posição não subjetiva” (INDURSKY, 2008, p. 14). Nesta modalidade, opera-se um deslocamento, o sujeito do discurso desidentifica-se com a FD em que está inscrito e identifica-se com outra FD diferente. Nesse sentido, há uma migração da posição-sujeito de um discurso para outro.

Sobre a análise do sujeito em AD, Indursky (2008, p. 10) afirma que “esta noção não pode ser examinada de forma estanque e isolada. Observá-la consiste em analisar outras noções que lhe são correlatas”. Podemos então arriscar em dizer que não só esta noção implica outras noções, mas também a ideologia conforme temos trabalhado neste tópico, relacionando-as com a memória discursiva, os esquecimentos, a posição-sujeito, a historicidade e outras.

## 1.2 Formações imaginárias

De acordo com Orlandi (1999, p. 40), as formações imaginárias (FIs) são “projeções que permitem passar das situações empíricas para as posições dos sujeitos no discurso”. Nessa perspectiva, compreendemos que tanto os discursos relacionados à língua inglesa quanto ao esperanto, os quais emergem neste trabalho, têm relação com as situações empíricas do dia a dia. Porém, o sujeito interlocutor para quem se dirigem os instrumentos midiáticos de divulgação linguística toma uma posição diante destes discursos, já que a produção do material de divulgação foi feita a partir de uma projeção de imagem de quem é o sujeito aprendiz de tal língua ou de quem é o sujeito que se pretende interpelar com um discurso “x”, e não “y”. Quando dissemos que há relação com as situações empíricas, não estamos afirmando que o sujeito é empírico, mas sim que há um jogo de imagens antecipando os dizeres que devem ser enunciados ou não nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística sobre as línguas. Em outras palavras, ao ser produzido um instrumento a fim de divulgar uma língua, está se antecipando uma possível imagem de sujeito para quem se dirige este instrumento midiático e, então, os enunciados e ilustrações que nele se fazem presentes estarão ajustados conforme este imaginário.

Assim, também devemos considerar as condições de produção em que tal(is) discurso(s) é(são) produzido(s), pois no caso dos cursos de idiomas, a ilustração que se divulga é em relação à língua que “oferece” boas oportunidades, que permite “vencer”. No imaginário deste lugar, é em geral a língua inglesa que traz sucesso ao sujeito aprendiz. Quanto ao esperanto, ele é um movimento, o objetivo é disseminar pelo mundo uma língua comum a todos. É importante lembrar que o esperanto não tem uma nação, é uma língua inventada a partir da comparação com várias línguas já existentes. Porém, não é pelo fato de o esperanto não ter uma nação propriamente dita que ele não esteja tentando criar uma nova nação, a qual é imaginariamente inventada e reinventada a cada dia.

Por isso, são pelo menos duas FIs diferentes que perpassam os discursos destes sujeitos. A primeira é sobre o desejo de dominar, comandar territórios a partir da língua, enquanto que a segunda se refere ao desejo de internacionalizar, instituir uma língua comum a fim de alcançar a paz mundial, tentando (re)construir uma nova nação. Olhando atentamente para a evidência que esta última formação imaginária produz como efeito, compreendemos



que o esperanto também pretende dominar tendo em vista esta nação imaginada que se tenta instituir. Também, pela tentativa de que ele passe a circular nas escolas<sup>14</sup>, deixando de ser tratada apenas sob o olhar de uma “língua artificial”.

Nesse sentido, podemos afirmar que embora estas duas línguas tenham um propósito em comum, o de se tornarem mundiais e alcançarem uma posição de poder, os argumentos que elas propõem aos sujeitos para quem se dirigem em instrumentos midiáticos de divulgação linguística são diferentes. A língua inglesa está tomada pelo desejo de consumo, é a língua dos negócios que emerge do capitalismo, ela é um instrumento para divulgar ao mundo a cultura dos Estados Unidos e também a possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho, enquanto que o esperanto está tomado pelo sonho utópico de resolver as diferenças a partir da língua, sendo os discursos de ordem religiosa que sustentam a concepção ideológica dos esperantistas, voltados à referência mística.

O imaginário que os cursos de idioma têm sobre o que seja aprender línguas é diferente daquele formado pelos esperantistas, justamente pelas FIs que determinam o lugar que tal língua ocupa em cenário mundial. O sonho utópico a que nos referimos está relacionado de acordo com a definição de utopia esboçada por Paim (2009, p. 11), quando esta autora escreve que “a utopia constitui a sociedade perfeita e feliz; um discurso político sobre a sociedade justa”. Embora ela afirme que a noção de utopia é interdisciplinar e que, por isso, não tem uma definição própria, é deste modo que estamos trabalhando e articulando a noção de utopia vinculada ao esperanto, como aquela que designa uma sociedade onde tudo funciona perfeitamente, como se não existissem diferenças.

A noção de utopia também é explicitada por Rancière (2009) enquanto um ajuste discursivo. As palavras e as situações se imbricam de uma maneira que permite aos discursos estarem de acordo com um momento e propósito específicos. Para ele, a utopia está tomada por duas significações contraditórias. Não é nosso objetivo, no entanto, tratar dessas diferenças, pois tomamos como referência para nossas investigações apenas a seguinte definição: “a utopia é a configuração de um bom lugar, de uma partilha não polêmica do universo sensível, onde o que se faz, o que se vê e se diz se ajustam exatamente” (Ibid., p.61). No caso da divulgação da língua inglesa e do esperanto, a utopia funciona segundo esta definição, enquanto um “encaixe” dos discursos, ou seja, tudo o que se divulga acerca da noção de língua estabelece relações com o propósito de instituição desta língua, o desejo de

---

<sup>14</sup> Conforme o Projeto de Lei que mencionamos na introdução.

internacionalização via língua é uma proposta de “construção” de uma nova nação, uma utopia.

Por esse viés, funcionam, então, as condições de produção tendo em vista os discursos ou ilustrações que podem ou não ser ditos ou demonstrados em divulgações linguísticas que circulam nos instrumentos midiáticos. O perfil de sujeito aprendiz que passa a circular nesses instrumentos é da ordem da construção de um imaginário instituído através da historicidade discursiva. Desse modo, emergem diferentes FIs em relação ao que significa aprender língua(s), ao que significa ensinar língua(s) e ao que significa conhecer uma língua “x” e não “y”. A partir da tomada de posição diante da leitura deste material, o sujeito identifica-se com alguma(s) dessas FIs e contra-identifica-se com outra(s), inscrevendo-se socialmente em um discurso e não em outro pela maneira como se relaciona com tal ideologia.

A FI designa “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1975, p. 82). Compreendemos, assim, que a instituição que produz um instrumento midiático de divulgação linguística faz um jogo discursivo pelo imaginário que ela tem sobre a língua a ser vendida e sobre o aprendiz que a instituição imaginariamente construiu. De acordo com Orlandi (1999), todo sujeito antecipa o seu dizer para um interlocutor imaginário levando em conta os efeitos de sentido que suas palavras poderão produzir em um referido contexto. Este mecanismo adianta as palavras que devem ser enunciadas, “regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (Ibid., p. 39). Por isso, também são consideradas as relações de força<sup>15</sup> que determinam as palavras que devem ser ditas a partir do lugar em que o sujeito está inscrito socialmente, por exemplo, os cursos de idiomas por nós visitados produzem e fazem circular os instrumentos midiáticos de divulgação linguística a partir da posição de uma franquía que tem por objetivo atrair alunos para obtenção do lucro.

Diríamos que, além de relações de força, são as relações de poder<sup>16</sup> que determinam aquilo que é dito no lugar do qual se está enunciando, pois observamos que os cursos de

---

<sup>15</sup> Neste trabalho, as relações de força referem-se ao imaginário do sujeito em relação ao que deve dizer ao seu interlocutor e também à posição social que ele ocupa enquanto sujeito empírico. Conforme o seu posicionamento ou cargo social lhe caberão certas normas discursivas e não outras, ou seja, é uma seleção de palavras que podem ser ditas para alguém em determinado momento (cf. PÊCHEUX, 2007).

<sup>16</sup> O poder ao qual nos referimos é no sentido de que as FIs regulam a posição do sujeito que pronuncia um referido discurso. Depende não somente das condições de produção, mas também do lugar em que se pronuncia tal discurso. No caso de nossa pesquisa, compreendemos que a língua é concebida enquanto um instrumento essencial para chegar ao poder, e isso implica nas relações de força entre diferentes posições de sujeito discursivo.

idiomas impõem um tom de autoridade institucional, como se fossem a “única solução” ou “a melhor” para que o sujeito alcance sucesso profissional. Esse fato demonstra que há uma relação de poder institucional construída pelas FIs que circulam socialmente no que diz respeito à(s) noção(ões) de língua(s). Além disso, “o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada” (ORLANDI, 1999, p. 42), o que significa que, ao construir um imaginário, o sujeito parte das relações sociais mediadas pelas FIs.

As FIs que circulam no movimento linguístico do esperanto, embora não imponham a mesma autoridade que os cursos de idiomas, impõem discursos de ordem religiosa ao sujeito para quem se dirigem nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística, tendo em vista que o propósito deste movimento é instituir uma língua comum entre as nações como forma de acabar com as diferenças. Assim, o movimento pelo esperanto nos remete a uma utópica retomada do mito da Torre de Babel, mas desta vez o mito funcionaria às avessas posto que esta língua “inventada” está formada por diferentes línguas, o seu modelo é baseado em uma “mistura”. Isto quer dizer que o esperanto, por ser uma língua que não tem uma nação própria, pretende (re)criar aquilo que não tem história e, então, apresenta-nos “pedaços” de cada uma das línguas que já foram as de prestígio no passado. Não ter uma única nação seria ter também todas as nações, refazendo o caminho do sagrado reino de Deus cristão que compila a todos como irmãos.

Por isso, compreendemos que o retorno deste mito provocaria uma nova confusão, é a ilusão de que o passado poderia ser alterado. Mesmo sendo instaurada a confusão, a briga continua pela “riqueza” da língua. Conforme afirma Santiago (1986, p. 14), “mesmo que tenha sido um castigo dos céus, criando barreiras difíceis de contornar, nossas muitas línguas formam um tesouro a ser preservado”<sup>17</sup>. Decorre, assim, a instituição de um imaginário para a noção de língua, de que ela é importante para manter a posição de destaque em qualquer que seja a nação.

As FIs são, então, projeções que decorrem do processo imaginário do sujeito. Em outras palavras, o sujeito, ao enunciar, é levado a enunciar de acordo com as condições de produção e com a ideologia que determina aquilo que pode ou não ser dito em determinadas condições de produção. Para tanto, o sujeito imagina quem é o seu interlocutor, o que este interlocutor irá pensar de suas palavras e de que maneira ele poderá controlar a produção dos

---

<sup>17</sup> Aprofundaremos este assunto no terceiro capítulo, no item referente às diferenças das designações língua x idioma.

efeitos de sentido. Embora tenhamos demonstrado que é impossível controlar os efeitos de sentido, o sujeito é tomado pela ilusão de que o seu interlocutor irá interpretar do modo que ele deseja. Essa ilusão funciona a partir das FIs que antecipam para o sujeito a melhor maneira de produzir seu discurso.

No momento em que são elaborados os instrumentos midiáticos de divulgação linguística, as FIs projetam uma ilustração “x” e não “y” sobre a(s) noção(ões) de língua(s) e o sujeito interlocutor deste material, ao interpretá-lo, também será mediado por uma dessas FIs. Assim, tanto a língua quanto o sujeito aprendiz são imagens construídas sócio-historicamente, considerando as condições econômicas e a ideologia constitutiva de um referido lugar. Os sentidos produzidos a partir das ilustrações que circulam nas divulgações linguísticas serão definidos pelas FIs que dependem também das condições de produção, da memória discursiva e da posição-sujeito. “O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” (PÊCHEUX, 1997, p. 83). Portanto, as FIs também são constitutivas da tomada de posição-sujeito em relação à(s) língua(s).

### **1.3 Da globalização à mundialização**

Para discutirmos as noções de globalização e mundialização, trazemos à baila considerações de Gadet & Pêcheux (2004, p. 24), as quais nos permitem compreender o funcionamento de uma língua de ferro que circula socialmente e é constitutiva da política de divulgação linguística dos EUA:

O capitalismo contemporâneo, por seu lado, compreendeu que tinha interesse em quebrar as estátuas. Dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política: “a língua de vento” permite à classe no poder exercer sua maestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento.

Nossa interpretação diante dessa citação, especialmente pela emergência dos termos capitalismo e imperialismo é que podemos estabelecer uma relação com os EUA tendo em vista o destaque que ele vem ganhando ao redor do mundo pela forma de governar, pelas

relações que mantém com outros países e pela língua, a inglesa (cf. IANNI, 2003). O desejo de alcançar o poder, tendo como “ferramenta” a língua, torna-se oculto e menos visível pelo processo da globalização, isto é, a língua inglesa surge nesse contexto como a língua essencial e necessária para a comunicação, já que o mundo dos negócios gira majoritariamente em torno dela. A língua de ferro (ditatorial) se traveste em língua de vento (publicizada), mas o seu funcionamento continua o mesmo. Conforme salienta Mariani (2004, p. 171), “a língua inglesa vem tomando o lugar de uma língua universalmente aceita. Há toda uma rede de discursos, principalmente aqueles defensores da globalização, legitimando esta ideologia”.

A globalização remete-nos à língua de vento, aquela que Gadet & Pêcheux (2004) referem-se enquanto uma língua rápida, a língua que a mídia faz circular. “A língua de madeira do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade” (Ibid., 2004, p. 23). Observamos que as divulgações midiáticas trabalham a noção de língua que é construída imaginariamente. Além disso, tem efeito rápido e imediato, “conquistando” os sujeitos. A língua de madeira é aquela que se estabiliza, se fixa com o tempo, os discursos a materializam. Ao afirmar que estas duas línguas se enroscam, compreendemos que a mídia é eficaz no processo de interpelação do sujeito, ela o toma de tal maneira que ele se identifica com esta língua; é uma dominação sutil, ele é dominado sem se dar conta, pois ainda que os discursos em torno da língua de vento nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística não disfarçam o seu tom de dominação, a língua é tratada enquanto aquela que é “generosa”, que poderá oferecer uma posição de destaque ao sujeito, tornando, portanto, essa dominação “leve”.

Por um caminho aparentemente diverso, quando se pretende internacionalizar ou universalizar a língua, como é o caso do esperanto, surge a tentativa de apagar as diferenças e homogeneizar sujeitos. É a ideologia universalista que funciona como instrumento de dominação do capitalismo, movimentando-se e articulando diferentes efeitos de sentido com o propósito de promover uma homogeneização. Pretende-se apagar as diferenças para consolidar o efeito de que todos são iguais. De acordo com Courtine (2008, p. 13-14), “a fala pública foi progressivamente incorporada pelo irresistível apetite e crescimento do mercado e da ideologia que lhe subjaz, o consumismo. É um dos efeitos do que se nomeia por globalização”.

Nessa perspectiva, a língua que circula em divulgações midiáticas é uma língua de consumo, como aquela que deve ser aprendida tendo em vista as exigências da globalização.

Compreendemos a globalização de acordo com Touraine (2007, p. 30), quando este a explicita do seguinte modo:

Rápida ampliação da participação nos intercâmbios internacionais e pela influência de um grande capitalismo cujos centros de decisão são o mais das vezes americanos. E o mundo, com efeito, parece doravante dominado por uma expansão quase sem limites do modelo americano.

Por esse viés, podemos dizer que a globalização gira em torno do capital, é um desejo de vender muito para alcançar lucros. O país que lidera esta posição capitalista é os EUA, comandando os negócios de capital ao redor do mundo a partir de uma imposição dominadora, muitas vezes até provocando conflitos para manter o poder sobre as riquezas de outros territórios. No momento, não nos deteremos nessas considerações, o nosso objetivo é o de investigar como funciona a língua inglesa ao trabalhar para a expansão do capitalismo estadunidense.

Talvez nas divulgações midiáticas possamos identificar esses modos de funcionamento. Conforme afirma Grigoletto (2007, p. 2), “um primeiro olhar lançado sobre as representações da língua inglesa na mídia impressa revela um discurso que estabelece uma relação inextrincável entre a língua inglesa e o mundo globalizado, assim como entre esta e o mercado de trabalho”. Além de circular com discursos que remetem a uma formação imaginária de que o inglês é necessário enquanto exigência do mercado de trabalho, a globalização também contribui para o processo da subjetivação do sujeito aprendiz, possibilitando-lhe a construção de uma identidade própria voltada a este campo de significação<sup>18</sup>.

Se a língua inglesa é a língua da globalização e a mídia é um dos instrumentos que aumenta a sua “potência”, conferindo-lhe grau de importância a partir de enunciados e de ilustrações que interpelem o sujeito a se identificar com estes discursos, por outro lado, a língua designada internacional, mas que acredita ser possível tornar-se universal, o esperanto, também busca atrair sujeitos divulgando a sua “doutrina” na mídia, especificamente utilizando o recurso da comunicação em massa, a internet. Referimo-nos à doutrina no sentido de que esta língua remete-nos ao mito bíblico de Babel e a discursos de ordem da Igreja que destacam a noção de língua enquanto aquela que pode acabar com as diferenças. Ao propor

---

<sup>18</sup> Referimo-nos ao campo de significação enquanto algo que determina que os sentidos estejam de acordo com o proposto pelo sujeito enunciatador do discurso, não fugindo das possibilidades de interpretação. Aqui, o campo de significação gira em torno de que a língua inglesa é a língua que se fala em todo lugar, a língua que o mercado de trabalho exige, etc.

uma língua homogênea, este movimento destaca, a partir dos efeitos de sentido produzidos por suas palavras, que não importa o *status* que a língua oferece, mas que ela pode constituir um efeito de igualdade, que os sujeitos “tornam-se” semelhantes ao falar a mesma língua.

Esse imaginário que os esperantistas têm construído para o que seja a língua pode ser relacionado à materialidade discursiva de passagens bíblicas que tratam a noção de língua, já que não é só a Torre de Babel que retrata esta representação. Podemos conferir o trecho da *Primeira Carta aos Coríntios* (1 Cor, 14, 09-12) em que a língua é abordada como preocupação da Igreja enquanto necessária para a compreensão entre os sujeitos, no entanto esta preocupação é da ordem da evidência, ou seja, aparentemente esta passagem demonstra preocupação para que os sujeitos compreendam a língua uns dos outros quando, na verdade, a preocupação está voltada aos interesses do poder da Igreja, a qual deve ser a única fonte do saber, do conhecimento de todo e qualquer lugar. É uma estratégia de dominação a partir de registros “sagrados”, de ideologia da dominação bíblica, já que a bíblia é a referência, é algo material que representa a palavra de Deus. Se todos os povos tivessem acesso a ela na mesma língua, ficaria mais fácil controlar as possibilidades de interpretação dos fiéis. Por isso, compreendemos que o esperanto é um movimento linguístico vinculado aos discursos da Igreja e opera com uma memória discursiva social referente aos discursos bíblicos. Vejamos como a língua é citada neste referido trecho bíblico:

Se a sua linguagem não se exprime em palavras inteligíveis, como se poderá compreender o que vocês dizem? Estarão falando ao vento. No mundo existem não sei quantas espécies de linguagem, e não existe nada sem linguagem. Ora, se eu não conheço a força da linguagem, serei como estrangeiro para aquele que fala, e aquele que fala será um estrangeiro para mim. Assim também vocês: já que aspiram aos dons do Espírito, procurem tê-los em abundância para edificarem a Igreja (1 Cor, 14, 09-12).

Conforme a citação, o objetivo é ter uma língua em comum para edificar a Igreja, fortalecer o seu poder. Embora apareça linguagem em vez de língua, compreendemos a elas enquanto sinônimas dadas as pistas linguísticas que significam na textualidade. Observamos também que há recorrência à força da linguagem, o que quer dizer que a língua significa, produz sentidos e isto preocupa a forma-sujeito religiosa, tendo em vista o controle sobre as palavras. O estrangeiro é aquele que interpreta o que não é para ser interpretado, aquilo que foge do controle da Igreja. No momento em que a citação afirma que os sujeitos falam ao vento, podemos estabelecer uma relação com a língua de vento, aquela que toma um espaço rápido e está suscetível de desaparecer. O esperanto é o movimento que defende a

internacionalização de uma só língua; se significa sócio-historicamente e circula com uma memória em instrumentos midiáticos de divulgação linguística da internet.

Diante de tais considerações, nos perguntamos qual é a principal diferença entre a língua global (língua inglesa) e a língua internacional (esperanto)? Será que a primeira visa a fixar-se em territórios para comandar, manter o controle, a ordem e, principalmente, o poder? Já a segunda visaria a conquistar o mundo para unificá-lo, tornar os sujeitos iguais e acabar com as diferenças na esperança de uma língua neutra? Desse modo, entra em funcionamento a política linguística e a mídia que circulam com informações a partir da tomada de posição-sujeito afetada pela ideologia dominante do lugar em que circulam. Tentaremos investigar estas relações observando o efeito da evidência que lhes dá sustentação.

Para compreender a globalização, é importante explicitar que o nosso olhar não está distante do movimento da mundialização. O movimento global, a globalização, pode ser uma antecipação à mundialização. Ambas as designações remetem-nos a pensar em nível mais abrangente, ao conjunto de países que constituem o mundo na sua totalidade. Contudo, a globalização estaria mais ligada ao mercado, às relações capitalistas, ao passo que a mundialização estaria relacionada de modo geral ao que se estende da globalização, efeitos do que se pode acrescentar do capitalismo. A mundialização é o efeito da contemporaneidade sobre a globalização, implicando em uma noção de cultura.

Conforme explicita Orlandi (2009, p. 15), a mundialização “é um processo geopolítico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia, uma moeda, um instrumento, um sistema político, uma língua (o inglês)”. Este movimento de sentidos da globalização para a mundialização pode ser compreendido da seguinte maneira: o termo globalização remete à totalidade, aos sentidos de unir, juntar; advém do globo, significando também relações de dominância, onde apenas um país comandaria todos os demais. O dicionário Aurélio on-line (2008)<sup>19</sup> apresenta que global “é total, considerado em bloco, computado ou avaliado em conjunto [...]”. Na maioria das vezes, falar em globalização é fazer menção aos EUA, ao poder que ele pretende instituir. Vejamos a seguinte ilustração (Ilustração 1):

---

<sup>19</sup> Fonte: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Global>.





**Ilustração 1:** folder do curso de idioma Wisdom.  
Fonte: arquivo pessoal.

O modo pelo qual está ilustrado o ensino/aprendizagem da língua inglesa explicita-nos muito bem como funciona esta movimentação da globalização à mundialização. A Estátua da Liberdade, presente na ilustração 1, não está presente à toa nesta divulgação; ela produz efeitos de sentido referentes à língua de um único país, ou seja, a língua que o sujeito deve/tem a obrigação em aprender, a língua inglesa dos EUA. O que está em destaque é o capitalismo pela língua e, por isso, podemos afirmar que a presente ilustração é uma representação daquilo que compreendemos como globalização. Nessa perspectiva, conforme ressalta Rajagopalan (2004, p. 12), “o inglês, pode-se dizer, não é só uma língua; é uma mercadoria em torno da qual está sendo construído um poderoso fetichismo, que os demiurgos do mundo do *marketing* rapidamente passaram a explorar”<sup>20</sup>. Compreendemos que a divulgação midiática da língua inglesa é explorada enquanto um negócio, tendo em vista a influência dos EUA em continente americano e também sobre o mundo.

Ao pensarmos na globalização enquanto promotora do modelo capitalista dos EUA pelo resto do mundo, somos remetidos ao mesmo tempo a uma noção de cultura, pois a ilustração da estátua representa uma nação. Se considerarmos o enunciado “você e o mundo na mesma língua”, podemos dizer que tanto a estátua quanto o imaginário de que a língua inglesa seria aceita em todas as partes do mundo são modos de divulgar uma língua decorrente da globalização, entretanto o desejo que emerge ao divulgar a globalização via

---

<sup>20</sup> Grifo do autor.

ensino/aprendizagem do “inglês” é o de mundializar, tornar comum a língua e cultura, respectivamente, pelo processo designado como mundialização.

Inquieta-nos, a partir dessas considerações, o modo de abordar a língua inglesa em relação com o mundo. Suscitamos, então, o seguinte questionamento: qual é a representação imaginária de mundo nessa divulgação? Em outras palavras, o que tentamos demonstrar por esta ilustração é o funcionamento ideológico de efeitos de sentido que divulgam o capitalismo (globalização) a fim de instituir uma posição privilegiada de cultura (mundialização) em todo o mundo. Podemos dizer que a globalização é o ponto de partida para se chegar à mundialização.

O que diferencia uma designação de outra são as relações de poder que elas impõem. Enquanto uma delas circula explicitamente com o imaginário de comandar, dominar, a outra torna este propósito menos visível pelo discurso que a faz funcionar, na tentativa ilusória de conter os sentidos. Observemos a ilustração que divulga o esperanto (Ilustração 2):



**Ilustração 2:** folder de divulgação do esperanto.  
Fonte: <<http://esperantoforadatoca.blogspot.com>>

Nesse caso, estamos face à divulgação do esperanto enquanto uma língua que poderia inscrever-se no mundo; a ilustração do planeta indica-nos uma possível internacionalização. Além disso, não podemos deixar de lado o enunciado que se faz presente neste instrumento: “acorde para mundo, aprenda esperanto”. Um dos efeitos de sentido que se produz está voltado à ilusão de que se o sujeito aprender o esperanto passará a fazer parte do mundo,

como se o sujeito estivesse “adormecido” e, em um estalo de tempo, pudesse “voltar ao normal”. Esse efeito tem sustentação pelos discursos de ordem da Igreja que consideram a misticidade acerca da noção de língua, ou seja, é preciso fazer parte deste mundo, via língua.

Segundo Ianni (1997, p. 50), “o mundo mundializou-se, de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica”. Isso pode ser compreendido enquanto globalização, ou seja, é o desejo de que o mundo inteiro faça parte de apenas uma nação, qual seria esta nação? Aqui, percebemos que globalização e internacionalização/universalização se aproximam muito, o que nos leva a refletir sobre as relações entre língua inglesa e esperanto: será que o objetivo de divulgação destas línguas é mesmo diferente como parece evidente? A nossa perspectiva é de quem tenta desconstruir evidências.

De acordo com Santos (1998, p. 04), “o período da globalização está morrendo. O que nós vamos ter é uma outra globalização produzida a partir dos territórios, de suas culturas, das aspirações de povo”. Essa afirmação sustenta os nossos argumentos de que a globalização está sendo tomada pela mundialização, mas, ao mesmo tempo, são dois processos que se mantêm relacionados, ambas as significações trabalham para que funcione a forma-sujeito capitalista. Na verdade, o sentido de político<sup>21</sup> é o que mais diferencia uma noção da outra. Conforme destacaremos adiante, no decorrer da história a língua foi se alterando e as definições também, adquirindo sentidos a partir das condições de produção em que passou a circular, e o político está em funcionamento no momento em que se designa e define tal língua.

Em face dessas considerações, arriscamo-nos a dizer que, atualmente, não é a globalização que se destaca no tocante às línguas, mas a mundialização, tendo em vista o fato de que ela “modaliza” o desejo pelo poder, divulga sutilmente esta ideologia dominante. Além disso, não podemos deixar de considerar as condições sócio-históricas e econômicas que sobredeterminam a posição de uma nação diante das demais, alterando, com isso, a noção de língua que passa a circular e a produzir efeitos em um referido momento, como, por exemplo, esta movimentação de globalização à mundialização.

Na perspectiva de Beck (1999), a globalização pode ser entendida como presença do Estado, o qual mantém as relações entre sujeitos e nações, enquanto que a mundialização opera com a mídia, divulga uma política de Estado sem que este “intervenha” na política que se deseja divulgar. “Mundial designa não-integração, de tal forma que se pode compreender a

---

<sup>21</sup> Esta noção será abordada no terceiro capítulo.

sociedade mundial como diversidade sem unidade” (Ibid., p. 29-30). É nesse sentido que a heterogeneidade funciona com o objetivo de “construir” a igualdade, o Estado não tem mais responsabilidade sobre o sujeito. No que se refere às políticas de divulgação da(s) língua(s), podemos dizer que a mundialização “tomou” o lugar da globalização para ser possível instituir a diversidade, mas não em sua defesa, e sim para delimitar um lugar à língua que se deseja impor para dominação.

#### **1.4 Do sujeito religioso ao sujeito jurídico: ruptura discursiva e um novo assujeitamento**

Em relação ao Estado e à Igreja, há uma rede de discursos entre os saberes religiosos e os saberes jurídicos que, em alguns momentos, mantêm a aparência de interesses diferentes, no entanto pelas marcas linguísticas e pela historicidade podemos compreender que estes interesses não são tão diferentes o quanto parecem ser. Haroche (1992) estuda a ambiguidade da língua que é vista pela Igreja como um problema desde o século XII, pois os discursos sobre Deus abrem várias interpretações e isso fogia ao controle da Igreja, que esperava que os sujeitos interpretassem a palavra de Deus apenas de um modo, conforme aquilo que pregavam os discursos religiosos católicos. A Igreja era a detentora do saber, não havia outra força capaz de derrubá-la, ou seja, o Estado era comandado pela Igreja e não era permitido aos sujeitos que realizassem outra leitura a não ser a da Bíblia. Se fossem buscadas outras fontes de conhecimento, o saber pregado pela Igreja não teria o mesmo efeito. De acordo com Haroche (Ibid., p. 56), isso pode ser tratado como a crise da “dupla verdade”:

Uma crise provocada pelo perigo da explosão de uma contradição maior no próprio seio da ordem religiosa (dominante, na época): contradição entre, de um lado, a fé e, de outro, a razão; contradição entre a origem divina do saber e da verdade, e sua origem humana, fundada no exercício da razão.

Conforme observamos, a contradição entre a fé e a razão prevalecia sobre os sujeitos, os discursos da Igreja não permitiam ao menos que o sujeito buscasse outras respostas que não fosse aquela dada pelos livros bíblicos. Inclusive, não havia tradução destes escritos em outras línguas que não fosse o latim, de tal modo que os sujeitos que não compreendessem o

latim não ousariam discutir o que já estava dado como pronto e acabado. Estes são alguns dos motivos pelos quais a ambiguidade era problemática e, segundo a ideologia dominante que era a religião naquele período histórico, no século XII, o centro do universo era Deus, ele era o responsável pelas ações humanas, tudo o que acontecia era pelo desejo ou pela vontade divina.

Nesse sentido, mesmo que os sujeitos resistissem a esta dominação, não havia outra opção a não ser se assujeitar àquilo que dizia a Igreja. Segundo afirmam Gadet & Pêcheux (2004, p. 147), “a ambiguidade corre o risco de fazer com que a teoria volte ao que ela deveria permitir evitar”. No momento em que há possibilidades para outras interpretações, não há um controle sobre aquilo que os sujeitos devem acreditar e, então, deve-se eliminar o caráter duplo de interpretação e instituir apenas uma visão determinada de leitura.

Haroche (1992) também afirma que o sujeito, ao interpretar, é atravessado por um discurso de sujeito jurídico, o qual determina o processo de subjetivação. Essa forma de sujeito jurídico pode ser compreendida pelas condições de produção sócio-históricas em que o sujeito está inserido, pois são as formações imaginárias que regulam as tomadas de posição-sujeito. Naquele período histórico (século XII) em que prevalecia a força da religião, não havia o sujeito jurídico contestando a Igreja. Isso acontece a partir do século XVI, no momento em que Lutero rompe sua relação com o catolicismo e funda uma nova Igreja com princípios diferentes, abrindo possibilidades de novas interpretações. Ele também traduz a Bíblia em outras línguas, o que permite o aumento do número de leitores e, conseqüentemente, possibilita que os sujeitos se inscrevam em outros saberes sendo interpelados por uma nova ideologia que os domina, a dos que detêm a maior parte do capital.

Porém, a partir do século XVIII, o sujeito passa a assujeitar-se ao poder do Estado devido à forma jurídica que se sobrepôs ao discurso religioso. Vejamos as próprias palavras de Haroche (1992, p. 181) sobre estas considerações:

Nascidas com o enfraquecimento da ordem religiosa, a ascensão do jurídico e a idéia de um sujeito livre e proprietário (que aí se desenha progressivamente), essas pesquisas concernem à questão da dúvida e da incerteza na crença, e visam indiretamente à nova forma de assujeitamento do sujeito ao Estado.

Como podemos observar, apesar de o sujeito ter rompido suas relações com a ideologia dominante da Igreja, surgem novos saberes que o dominam: aqueles que compõem

o discurso do estado jurídico. Orlandi (2009, p. 105), ao parafrasear o proposto por Haroche no que se refere à reforma de Lutero, ressalta que:

Na realidade, ela contribui indiretamente para definir uma nova forma de assujeitamento. O assujeitamento que antes passava pela submissão ao rito religioso, ao hermetismo do mistério e do discurso divino, se apóia paradoxalmente agora sobre o rigor, a precisão, a transparência, a cifra, a letra: não se trata de compreender, de questionar, mas somente de **entender para se submeter**. [grifos da autora]

Podemos notar que Orlandi (Ibid.) destaca, em negrito, que mesmo que o sujeito se dê por conta do seu assujeitamento aos poderes da Igreja, ele submete-se a estas condições tendo em vista que necessita filiar-se a uma ideologia para significar-se. O sujeito entende o que está escrito e submete-se, simplesmente, reproduzindo os sentidos impostos pela Igreja, ele não resiste a esta condição. Devemos também ressaltar que, quanto a estes discursos do Estado e da Igreja, não é somente a ideologia que funciona. O sujeito também é tomado pelas condições sócio-históricas e econômicas em que está inserido e há de se observar as condições de produção em que os discursos são produzidos.

Quando dissemos que os discursos da Igreja e do Estado jurídico são aparentemente diferentes, nos referimos ao capital, ao interesse em acumular lucros e deter o poder econômico para posteriormente dominar sujeitos. O interesse pelo lucro aparece no momento em que a Bíblia passa a ser traduzida em várias línguas. Isso é abordado por Anderson (2008, p.71-73)<sup>22</sup> quando o autor se refere à expressão capitalismo editorial, cujo objetivo não era o de que as pessoas compreendessem o que estava escrito, mas o de vender vários livros conseguindo obter muito lucro, uma vez que para o cidadão comprar um livro, seria necessário que ele soubesse ler.

Podemos afirmar, então, que é a partir da tradução da Bíblia que o mercado editorial começa a crescer e obter cada vez mais lucros, contribuindo para a difusão cada vez maior do capitalismo. Os sujeitos construíram um novo imaginário sobre a noção de língua, passando a considerá-la como “ferramenta” necessária para atingir o poder e também para conseguir dominar outros territórios. As línguas servem a um desejo comum de controle.

Em relação à língua internacional, talvez não seja este propósito de poder que regula o imaginário dos sujeitos, mas o próprio objetivo de unificar as nações já demonstra que há um

---

<sup>22</sup> Anderson (2008) se refere ao mesmo período histórico da Reforma Luterana em 1500.

desejo inconsciente de controle, pois se os sujeitos tornam-se iguais, não há o direito de interpretar sobre o diferente. A partir do momento em que o sujeito rompe suas relações com o catolicismo e passa a se identificar com novos saberes discursivos de ordem protestante, ele se constitui em um sujeito jurídico, ou seja, passa a ser dominado pelos discursos de ordem do Estado. Se antes ele era dominado pela Igreja, agora passa a ser dominado pelo Estado.

As implicações sócio-históricas deste processo podem ser observadas pela maneira como os sujeitos passam a se relacionar com a língua, impondo-a a outros territórios, forçando os sujeitos a aprenderem uma nova língua e a deixar de lado a sua língua de origem. Por exemplo, a língua inglesa que hoje está em auge mundial também já foi uma língua de dominação em outra instância, tendo em vista que os índios que habitavam os EUA na época da colonização inglesa, século XVI, não conheciam o inglês, eles foram obrigados a aprender esta língua para se relacionarem com os novos habitantes do seu território, oficializando esta língua. Assim também ocorreu com a língua portuguesa no Brasil.

De modo diferente à dominação, no momento em que se pretende internacionalizar/universalizar uma língua, surge a tentativa de homogeneizar sujeitos, pretende-se apagar as diferenças para consolidar o efeito de que todos são iguais sob dominação dos diferentes aparelhos de Estado, o qual determina o processo sócio-histórico da constituição do sujeito. Esse é o caso do esperanto, um movimento linguístico que pretende promover a paz entre as nações. O efeito de sentido que ele parece construir não é o de dominar, comandar territórios, mas o de implantar uma língua internacional para que os sujeitos se tornem iguais. Desconstruindo as evidências, observamos que não é deste modo que funciona o seu objetivo.

Talvez o esperanto não tenha tanta repercussão midiática quanto a língua inglesa pelo fato de não haver a disseminação de cursos de idiomas específicos para ensinar o esperanto. Ele é ensinado por sujeitos que estão inseridos neste movimento ou pela internet. Podemos afirmar, desse modo, que o esperanto não produz o mesmo efeito que a língua inglesa devido aos princípios discursivos que os sustentam, pois a língua inglesa é a língua da globalização, do poder econômico, etc., já o esperanto é a língua da religião evangélica, da paz, não está voltada aparentemente a alguma forma de atingir poder, apenas é regulada por um imaginário “místico”. Embora haja uma política linguística<sup>23</sup> em ambos os casos, os sujeitos são tomados

---

<sup>23</sup> Investigaremos e esboçaremos o nosso entendimento sobre política linguística no capítulo 3 desta dissertação.

pela ideologia dominante do lugar em que estão inscritos socialmente e é isso que eleva ou diminui a importância imaginária atribuída para a(s) língua(s).



## PARTE II

### 2 LÍNGUA E HISTÓRIA: EFEITOS DE SENTIDO

Nosso interesse de investigação para este trabalho, além das formas designativas que operam a noção de língua em instrumentos midiáticos divulgadores dos cursos de idiomas e/ou de movimentos linguísticos, é também compreender quais são alguns dos possíveis efeitos de sentido provocados a partir da circulação dessa mídia. Conforme temos ressaltado até o momento, são duas línguas em especial que nos interessam investigar: a língua inglesa e o esperanto. Para isso, já que “a linguagem não tem, evidentemente, começo histórico assinalável” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 29), tomamos como referência dois discursos: o primeiro é o processo sócio-histórico dos EUA, que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, da globalização, remetendo-nos ao desejo de imposição da língua inglesa ao mundo para manter o poder; e o segundo discurso é sobre a Torre de Babel, por compreendermos que este mito é um dos principais registros que tratam a língua desde tempos remotos e também porque, atualmente, esses discursos que giram em torno do mito retratado na Bíblia são retomados em um movimento que defende a homogeneização linguística para acabar com as diferenças entre as nações, ou seja, o movimento pelo esperanto.

Os sujeitos que se inscrevem no movimento esperantista estão tomados por uma ideologia que prega ser possível existir uma língua sem falhas ou equívocos. Assim, enquanto a língua inglesa mantém a posição de dominadora no capitalismo, o esperanto mantém a posição de língua neutra, a língua possível de instituir a paz mundial. De acordo com Gadet & Pêcheux (2004, p. 23):

A conjuntura contemporânea se constitui assim por uma contradição entre um trabalho de interrogação da língua, na vizinhança imediata do paradoxo e do

absurdo, e um mergulho nas certezas lógicas do *american joke*. Um compromisso se estabelece entre o papel excepcional que tem, na linguística americana, o Povo do Livro e os ideais do *american way of life*. [grifos dos autores]

Observamos que a contradição a que se referem os autores pode ser transposta para a oposição entre uma língua que comanda (inclusive a guerra) e uma língua que visa a “apaziguar” a partir de uma misticidade. Se fizermos um breve levantamento das guerras promovidas pelos EUA desde os tempos de colonização até os dias atuais, poderíamos associar a língua inglesa à guerra. Os EUA são um país que pretende controlar o mundo, seja pela força bélica, seja pela força do capital, seja pela força linguística.

Nesse sentido, em primeiro lugar, é importante retomar alguns fatos históricos do povo estadunidense a fim de compreender como a história interfere no processo constitutivo da ideologia que domina os sujeitos inscritos nesta posição discursiva referente ao poder e à hegemonia linguística, ideologia esta que também determina a noção de língua “x” e não “y”. Depois disso, passaremos então à parte histórica sobre o esperanto, visualizando explicitamente esta relação entre uma língua e outra pela ordem da evidência, como se fossem produzir efeitos opostos, para então observarmos que os seus objetivos não estão muito distantes do quanto parecem estar.

Não é nosso propósito recuperar a história de apenas um dos países cuja língua oficial é a inglesa, no entanto, para este trabalho, as investigações teóricas apontam o fato de que é devido a um país em especial que a língua inglesa se promove mundialmente: os EUA. Por isso, tentaremos esboçar brevemente os principais acontecimentos sócio-históricos que, de um modo ou de outro, contribuíram para a divulgação da língua inglesa desde o período de colonização dos EUA até os dias atuais. Salientamos que este levantamento histórico será apresentado de maneira breve, apenas para ilustrar a materialidade histórico-discursiva da língua inglesa e, por essa razão, não nos deteremos em explicitar detalhes.

## 2.1 Considerações sobre a língua inglesa: um breve levantamento histórico dos EUA

*Até onde o leigo se sente implicado, a sua língua nacional é e sempre será uma bandeira patriótica. E uma bandeira patriótica é algo em nome do qual as pessoas estão, por definição, preparadas para derramar o próprio sangue, se necessário for (RAJAGOPALAN, 2004, p. 35).*

No momento em que os ingleses chegaram a um novo continente, a América do Norte, os objetivos eram o de edificar uma “Terra Prometida”, ou seja, estes imigrantes seguiam a doutrina religiosa calvinista, na qual “a religiosidade se mescla ao trabalho honesto, à poupança e à busca do lucro” (MOTA & BRAICK, 2005, p. 32). Estes imigrantes foram nomeados como os puritanos, pois “sonhavam encontrar na América uma terra de asilo na qual pudessem praticar sua religião livremente, sem a interferência do poder público” (Ibid). Desse modo, compreendemos que a religião esteve ligada ao processo de desenvolvimento do continente americano desde o início da colonização e que estes discursos religiosos também ecoam e produzem sentidos quando o objetivo é chegar ao poder. Também, observamos que quando se pretende excluir o poder público o objetivo é o de que a religião se torne independente do Estado, onde não haja a presença dos discursos jurídicos.

Os dominadores (ingleses) impuseram aos dominados (índios habitantes dos EUA naquele período histórico) suas ordens e leis, obrigando-os a cumprir uma determinada doutrina. Observamos que este desejo em implantar um novo mundo estava relacionado ao desejo de homogeneizar ou, em outras palavras, os dominadores divulgavam os princípios religiosos na tentativa de impor a sua língua no território “invadido”. O inglês deveria ser aprendido pelos dominados. Ainda em processo de colonização, os ingleses e os índios guerrearam pela ocupação do território, haja vista que os ingleses deveriam expulsar os índios do seu próprio lugar para conseguir a ocupação de terras. Vejamos o que afirmam Azevedo & Seriacopi (2005, p. 247) em relação a este acontecimento histórico:

Conforme os europeus avançavam da costa do Atlântico para o interior do continente, muitas nações indígenas iam sendo obrigadas a abandonar suas terras e a migrar em direção ao Oeste. Mais da metade dos indígenas que participavam dessas migrações morria antes de chegar ao destino, em razão da fome, das doenças e da violência dos colonizadores.

Podemos afirmar que os dominados resistiam a esta imposição, no entanto a força bruta dos dominadores obrigava-os a submeterem-se às novas ordens, inclusive a aprender a língua inglesa para “apagar” a sua historicidade e a migrar para uma nova posição-sujeito. Os discursos de valorização em torno da língua inglesa iniciam neste período histórico. Mariani (2004) salienta que foi a partir do século XV, com a expansão mercantilista e o nacionalismo inglês concomitante ao repúdio à Igreja católica, que deram início à política de valorização desta língua, política que também incluía “uma maciça tradução dos clássicos greco-romanos e da Bíblia” (Ibid., p. 159). Antes deste período, “o francês era o mais prestigiado dos vernáculos europeus, e o Latim era quase universalmente empregado” (Id.Ibid.).

A língua inglesa passou a circular no “novo mundo” (EUA, em termos de colonização sob o olhar dos ingleses) enquanto aquela que poderia “purificar”, instaurando uma nova sociedade baseada em princípios religiosos. A melhor maneira de igualá-la às línguas de prestígio e, talvez, torná-la potente, seria a imposição pela força bruta, ou os índios nativos habitantes do território estadunidense aprendiam a falar o inglês ou eles eram mortos. Não estamos afirmando que não havia resistência, e sim que a resistência provocava conflitos e extermínios. Diante disso, também observamos que a língua inglesa não é somente a língua para a dominação, uma vez que está materializada por discursos religiosos ao pretender criar uma sociedade “pura”, sem pecados, o que nos leva a considerar que tanto a religião quanto o poder constituem os discursos em torno da língua inglesa.

Após a colonização, os conflitos continuaram devido às diferenças ideológicas da formação social da nação. Conforme O’Callaghan (1998, p. 25), em 1756, os ingleses e os franceses declararam a Guerra dos Sete Anos. Ao término desta guerra, em 1763 o rei da Inglaterra, George III, obrigou os colonos a pagar novos impostos sobre a importação do açúcar, do café, têxteis e outros produtos. Com a arrecadação destes impostos, foi possível ao governo inglês defender as suas colônias dos ataques franceses e da guerra contra os índios, recuperando os investimentos dados para a guerra, aumentando o seu poder no território dominado.

A presença dos franceses indica pistas de que a disputa por territórios com os ingleses tinha o propósito de uma política linguística. A língua francesa não poderia perder o seu campo para a língua inglesa, a qual estava tendo a oportunidade de se “espalhar” em um novo continente e tornar-se a língua oficial daquele território. Por isso, a noção de língua inglesa está voltada a uma memória discursiva de muitos anos atrás, remetendo-nos à historicidade deste lugar que deu origem aos discursos de valorização da língua dos ingleses. Para que a

língua inglesa tomasse o lugar da posição da língua francesa em nível mundial, era necessário apagar a história anterior daquela nação (EUA), como se fosse possível excluir uma memória já instituída, e construir uma história oficial diferente que não ressoasse o que veio antes, em primeiro lugar<sup>24</sup>. Este era o objetivo dos ingleses e dos franceses ao lutar pelos territórios dos EUA: enriquecer para se tornar potente e fortalecer a língua e a cultura, respectivamente.

A revolta dos colonos contra as medidas impostas pelo governo inglês, neste território, desencadeou em uma nova guerra no ano de 1775. O objetivo era lutar pela independência do território estadunidense. Devido aos interesses políticos e econômicos, a população estadunidense recebeu apoio para esta guerra da França, Holanda e Espanha, países que desejavam assistir ao enfraquecimento da Inglaterra. Os EUA foram definidos como uma República, promulgando a sua primeira Constituição em 1788 e elegendo, no ano seguinte, o seu primeiro presidente, George Washington (cf. AZEVEDO & SERIACOPI, 2005, p. 250). É importante observar o fato de que os franceses, os holandeses e os espanhóis demonstravam preocupação em relação à expansão do império político e linguístico dos ingleses em território estadunidense. Os conflitos ocorriam pelo desejo de poder e de instituição da língua.

Outro acontecimento histórico que se faz necessário destacar, neste trabalho, é a entrega da Estátua da Liberdade pelos franceses aos EUA em 1886, a qual foi um presente em homenagem aos cem anos da independência do país. Conforme afirma O'Callaghan (1998, p. 76), “for millions of immigrants the Statue of Liberty has been their first sight of America”<sup>25</sup>. Isso nos leva a formular a seguinte pergunta: de que modo a Estátua da Liberdade representa os EUA, tendo em vista o fato de ela ter sido projetada pelos franceses? Novamente, através da retomada do processo sócio-histórico dos EUA, visualizamos o interesse da França em tomar o espaço da Inglaterra no território americano, já que a Estátua é constituída por uma memória, a qual nos remete a este acontecimento. Os objetivos dos franceses se tornam menos visíveis pela evidência linguística de terem dado um presente aos EUA, quando, na verdade, este presente está representando a França por meio de um símbolo material, visível aos olhos do povo estadunidense e também dos sujeitos que chegam ao país, já que ela está situada de frente para o mar.

---

<sup>24</sup> Compreendemos esta relação de acordo com Petri (2010) que, ao escrever um artigo sobre a modificação da designação de um viaduto na entrada de Santa Maria/RS, o qual passou de “Garganta do Diabo” para “Ponte sobre o Vale do menino Deus”, tenta esboçar a instituição de uma história social diferente através do apagamento ideológico-discursivo daquilo que constituía até o presente momento a história daquele lugar. Assim, deslocamos estas contribuições para a presente dissertação, observando que o mesmo fato acontece na história do processo de formação dos EUA ao serem negados certos acontecimentos em detrimento de outros.

<sup>25</sup> Tradução nossa: “para milhões de imigrantes, a Estátua da Liberdade tem sido a primeira vista da América”.

Interessa-nos observar que esta estátua é constituída por uma materialidade histórico-discursiva referente aos interesses da França em território norte-americano, e a noção de língua que emerge diante dela está representada pelo “medo” que os franceses tinham em perder o seu *status* de língua francesa pela ocupação e divulgação da língua inglesa, a qual caminhava em direção à expansão, já que neste período aumentaram as imigrações à América do Norte. A história do povo americano é uma história de imigrantes (cf. O’CALLAGHAN, 1998). Isso também é negado pela história em nome da homogeneização. Admitir a presença de imigrantes é admitir a heterogeneidade linguística, o que, politicamente, não é interessante. As imigrações demonstram que predominava a heterogeneidade e que o povo estadunidense não apresentava nenhuma homogeneidade. Até mesmo a língua inglesa, que não era a oficial deste território, veio de outro lugar, foi “emprestada”.

Em 1900, os EUA eram o país industrial mais rico e produtivo no mundo (O’CALLAGHAN, 1998). O século XX inicia o processo de desenvolvimento econômico deste país pela industrialização e formação de grandes empresas, o que permite aos sujeitos estadunidenses representarem a sua nação como uma superpotência, instituindo socialmente a ideologia de que eles podem ser o “centro do mundo”. Essa prosperidade permitiu que se criasse um imaginário social estadunidense relacionado ao poder de governar, invadir e comandar outros territórios. Podemos explicitar essas considerações a partir da eleição de Theodore Roosevelt, em 1901. Nesse momento sócio-histórico foi instituída, pelo governo estadunidense, uma política para tornar os EUA mundialmente influente por sua economia (capitalismo), cultura e, respectivamente, por sua língua, a inglesa, a partir do documento conhecido como *Big Stick* (política do grande porrete) que determinava uma política intervencionista dos EUA sobre a política de outros países, especialmente do continente americano (cf. Azevedo & Seriacopi, 2005).

Conforme esses principais fatos que constituem a história dos EUA, observamos que a ideologia de superioridade está presente nos discursos sócio-históricos deste país desde a época de colonização, dados os discursos relacionados aos interesses de posse de territórios e ao acúmulo de capital, bem como os interesses de ordem da Igreja pelo desejo de construir uma sociedade homogênea e perfeita, ideologia que veio a fixar-se e subjazer concomitantemente ao processo de desenvolvimento do país no decorrer dos tempos. Os discursos relacionados à expansão territorial, econômica, política e religiosa, acompanhados por conflitos ou guerras, estão tomados por uma ideologia “emprestada” do povo inglês, materializada na e pela língua através da história. Isto quer dizer que se a língua inglesa é

atualmente a língua da dominação, é em decorrência da história que ela “tomou espaço” no mundo. Tratamos da tomada de espaço no sentido de que a noção de língua inglesa que circula mundialmente é decorrente do imperialismo linguístico, como aquela que se impõe sem limites, que veio para comandar<sup>26</sup>. Nesse sentido, Phillipson (1992, p. 08) destaca que:

While English was imposed by force in colonial times, contemporary language policies are determined by the state of the market (demand) and the force of argument. The discourse accompanying and legitimating the export of English to the rest of the world has been so persuasive that English has been equated with progress and prosperity [...]. Hegemonic ideas tend to be internalized by the dominated, even though they are not objectively in their interest<sup>27</sup>.

O autor chama-nos a atenção em relação à homogeneização da língua inglesa, a qual está sustentada por discursos que pretendem dominar e que, no entanto, operam com “sutileza”. A língua inglesa não esconde que o seu objetivo é o de representar os EUA, tanto na economia quanto na política mundial, mas para conquistar os sujeitos é necessário fazer circular discursos que os identifiquem com esta posição. Diferentemente dos tempos de colonização, quando o inglês foi imposto à força, atualmente o inglês vem se impondo com o apoio da mídia para divulgar a sua importância no “mundo dos negócios” e no mercado de trabalho. É desse modo que Gadet e Pêcheux (2004, p. 24) abordam a língua de ferro que se transforma em língua de vento. A língua inglesa é a língua para dominação, por isso constitui a língua de ferro, aquela que “registra marcas”, que não mede esforços para se estabelecer como língua oficial em outras nações, contudo a divulgação que a mídia faz circular em torno dela “ameniza” este propósito, demonstrando que é necessário aprender a língua inglesa dadas as circunstâncias da realização de negócios e do mercado de trabalho.

De acordo com Rajagopalan (2004, p. 12), os sujeitos resignaram-se “há bastante tempo ao fato de que o inglês oferece um passaporte para o sucesso profissional”. Arriscamos a afirmar que esse fato se deve aos discursos em torno da língua inglesa que circulam na e pela mídia com o objetivo de promover a venda desta língua. Nessa perspectiva, Gadet &

---

<sup>26</sup> Compreendemos isso a partir da afirmação de Gadet & Pêcheux (2004, p. 24), a qual está citada na página 44 da presente dissertação.

<sup>27</sup> Tradução nossa: “Enquanto que o inglês foi imposto à força nos tempos coloniais, as políticas linguísticas contemporâneas estão determinadas pela situação de mercado (demanda) e a força do argumento. O discurso de acompanhamento e legitimação da exportação do inglês para o resto do mundo têm sido tão persuasivo que o inglês é sinônimo de progresso e prosperidade [...]. As idéias hegemônicas tendem a ser internalizadas pelos dominados, mesmo que elas não sejam o objetivo do interesse deles”.

Pêcheux (2004) incitam-nos a pensar que a língua necessita de uma política invasora para se consolidar em outros territórios a fim de produzir o efeito de que nada é impossível para a língua, ou, com as palavras dos autores:

A questão da língua é uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 37).

Desse modo, podemos afirmar que a política de intervenção proposta por Roosevelt foi um acontecimento histórico que contribuiu para a instituição de uma formação imaginária tomada pelos sujeitos estadunidenses de que “somente os EUA podem interferir quando quiserem e sem auxílio em qualquer parte do globo” (IANNI, 2003, p. 37). Em outras palavras, isso significa que os discursos constitutivos da história do povo estadunidense nos remetem a um imperialismo linguístico, cujo objetivo é levar a língua inglesa ao resto mundo. Para isso, a língua é instituída a qualquer preço, os sujeitos promovem guerras em nome do poder e também da língua. “Tem sido muito alto o custo em vidas humanas, bem como em experiências sociais alternativas, devido às destruições promovidas pelas operações abertas e clandestinas, diplomáticas e terroristas, desenvolvida pela geopolítica mundial norte-americana” (Id.Ibid.). A guerra representa aos estadunidenses uma forma de impor ao mundo o lugar de destaque da sua nação bem como da língua inglesa.

Segundo as considerações que tentamos explicitar sobre a ideologia que sustenta o processo sócio-histórico dos EUA, podemos afirmar que a política do imperialismo linguístico e o capitalismo são duas correntes discursivas que constituem os saberes inscritos na referida ideologia. Portanto, não há como tratar a noção de língua inglesa sem recuperar a história, bem como não devemos “apagar” o fato de que a memória se constitui pelos discursos que ressoam institucionalmente e que podem até alterar a história, ou seja, a imagem de uma nação não é construída aleatoriamente, ela constitui-se de acordo com a interpelação ideológica: “o sujeito é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (re)produzirem sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 1999, p. 49). Compreendemos também que há um entrecruzamento entre a história e a memória. De acordo com o que afirma Davallon (2007, p. 26), “o acontecimento, como acontecimento ‘memorizado’, poderá entrar na história; mas enquanto ‘histórico’, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma memória coletiva”. É esta relação entre a história e a memória que nos permite



pensar que elas funcionam concomitantemente, ou seja, “história e memória funcionam coladas uma a outra, retornando sempre” (PETRI, 2010, p. 72).

Outro acontecimento que deve ser destacado é a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre 1914 a 1918. Conforme assinalam Azevedo & Seriacopi (2005), este período também contribuiu para o crescimento econômico dos EUA em relação ao resto do mundo, já que eles produziam armas e alimentos para vender aos países em guerra, o que lhes rendeu muito lucro, permitindo que se tornassem a maior potência econômica do mundo, tomando a posição que era ocupada até o momento pela Inglaterra. Nos três primeiros anos da guerra (até 1917), os EUA não participaram ativamente, mantendo a posição de neutralidade.

Com o término da guerra, na década de 1920, os EUA estavam muito ricos devido ao dinheiro que os outros países lhe deviam e também pelo crescimento das suas indústrias. Eles se tornaram a primeira Nação da história a construir o seu próprio modo de vida sobre a vasta quantidade de vendas da fabricação dos seus produtos, o que facilitou aos seus habitantes terem acesso a uma “boa vida” (cf. O’CALLAGHAN, 1998, p. 92). Este modo de viver a que se habituaram os sujeitos estadunidenses elevou o *status* da representação imaginária que eles construíram de si mesmos para o “país dos sonhos”, enquanto um lugar que proporciona riquezas facilmente. A noção de língua que passou a circular a partir deste período tem referências deste imaginário até os dias atuais, principalmente aquela que é divulgada pela mídia.

É nessa perspectiva que Gadet & Pêcheux (2004, p. 23)<sup>28</sup> abordam a noção de língua como aquela que escapa ao real, transformando-se em uma ilusão devido às aparências que tornam menos visíveis a verdadeira história de uma nação. Noutros termos, isso significa que a imagem de uma nação rica é apenas mais um dos “disfarces” que revestem os EUA, tendo em vista que nem todos os sujeitos possuíam as mesmas condições econômicas. O’Callaghan (1998, p. 93) menciona que, embora os EUA estivesse nesta situação de desenvolvimento, “there was lots of poor Americans. A survey in 1929 showed that half the American people had hardly enough money to buy sufficient food and clothing”<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Já nos referimos a estas considerações no decorrer deste tópico. Entendemos que é de grande importância retomá-las a fim de explicitar que a noção de língua está articulada à noção de história e que, no caso da língua inglesa, ela é construída ideologicamente de acordo com a materialidade sócio-histórica que a sustenta.

<sup>29</sup> Tradução nossa: “havia muitos pobres americanos. A crise de 1929 mostrou que metade das pessoas norte-americanas dificilmente tinha o dinheiro suficiente para comprar comida e roupas”.

Por esse viés, mesmo que os EUA tenha se tornado a grande potência, em 1929 ele passou por uma grande crise econômica conhecida como a Grande Depressão. Isso ocorreu devido à recuperação dos países europeus após a Primeira Guerra Mundial, que então diminuíram a compra de produtos importados. Embora o número de exportações tenha sido reduzido, os EUA continuaram o mesmo ritmo da produção em massa, fato que provocou um acúmulo de estoques, a crise da superprodução. Ao visualizar este problema, as empresas começaram a demitir muitos trabalhadores, e o valor das suas ações na Bolsa de Valores começou a cair, levando então à quebra da Bolsa de Nova York. Além disso, não foram somente os EUA que sofreram com a crise, mas também os países que mantinham negócios com ele ou que dependiam do capital estadunidense. O sistema capitalista então passava por uma crise de repercussão mundial, predominando o grande número de desempregos (cf. O'CALLAGHAN, 1998; AZEVEDO & SERIACOPI, 2005).

Segundo Azevedo e Seriacopi (2005), a década de 1930 foi muito perturbada para o mundo inteiro, o que levou a uma grande discórdia entre as nações. Vale destacar que nesse período também iniciaram, na Alemanha e Itália, os regimes ditatoriais liderados por Mussolini e Hitler. Em setembro de 1939, os alemães invadiram a Polônia. Assim, os governos da Inglaterra e da França declararam a guerra contra o governo alemão, dando início então à Segunda Guerra Mundial, que se estendeu até o ano de 1945. Não iremos estender nossas considerações em torno dos motivos que desencadearam a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que o nosso objetivo é o de compreender brevemente a noção de língua que passou a circular dentro de tais condições de produção. Nesse sentido, podemos observar que o desejo de instituição da língua alemã via guerra foi uma das tentativas de “imposição” de uma língua franca<sup>30</sup> para o mundo.

Os países que estavam em guerra eram, de um lado, Alemanha, Japão e Itália, formando o grupo denominado Eixo, enquanto que, de outro lado, lutavam como inimigos do Eixo EUA, França, Rússia e Inglaterra, que constituíam o grupo dos Aliados. Em 1941, o Japão atacou a base naval Pearl Harbor, dos EUA, causando a destruição deste lugar, inclusive matando muitos soldados estadunidenses. Este fato provocou a ira dos EUA, que se vingou do Japão através do lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, destruindo estas duas cidades por completo. Desse modo, os japoneses se renderam e solicitaram a paz. A guerra teve fim neste mesmo ano pela assinatura do Acordo de Paz entre as nações que estavam guerreando oficialmente (cf. O'CALLAGHAN, 1998).

---

<sup>30</sup> Abordaremos a noção de língua franca no capítulo III.

Devido ao fato de os EUA saírem vitoriosos da guerra, eles novamente cresceram economicamente. A única diferença em relação à Primeira Guerra era a de que agora eles não eram a única potência, haja vista que a Rússia também havia se desenvolvido e passava a competir com eles. De um lado, os EUA constituíam o maior bloco capitalista do mundo, enquanto que, de outro lado, a Rússia constituía o maior bloco socialista. Estas diferenças fizeram surgir a Guerra Fria, que se estendeu até 1991. Não era uma guerra que envolvia revoluções ou qualquer conflito armado, mas era uma guerra de ameaças, tudo em nome do poder, pela disputa da liderança mundial (cf. O'CALLAGHAN, 1998).

Diante deste confronto que se prolongou por mais de 40 anos, compreendemos que o interesse não é só o poder, mas também a instituição da língua. Os sujeitos declaravam guerra para demonstrar que a sua língua “valia muito mais” do que as outras pelo fato de representar uma nação “forte”, tanto pela economia quanto pela força bélica. Isso nos possibilita afirmar que a noção de língua remete ao desejo de controle sobre a tomada de posição-sujeito, tendo em vista que, ao instituir uma nova versão para a história, já estamos visualizando que há o desejo de controlar os sentidos para que os sujeitos interpretem conforme demandado sistema capitalista. Estas considerações podem ser observadas de acordo com o que escrevem Gadet & Pêcheux (2004, p. 23):

Na época atual, o neopositivismo viaja de disco voador e fala a língua de Marte. Mas Marte é também o deus da guerra... e a lógica não é apenas o objeto inofensivo do prazer dos lógicos. As máquinas lógicas fabricam, hoje em dia, suas próprias memórias para melhor apagarem as dos povos, e para melhor administrarem os complexos industriais, administrativos e militares que vão tomar as decisões no lugar delas.

Assim, transpomos esta citação para a língua inglesa tendo em vista que ela representa a guerra, ela está constituída por uma materialidade sócio-histórica que determina que ela seja a língua dos EUA, o qual é o maior país capitalista do mundo. Todavia, a história e a mídia<sup>31</sup>, concomitantemente, apresentam um “contorno” para este efeito de sentido de uma tentativa de (re)produção dos fatos, como se este país tivesse lutado por uma “boa causa” para defender o mundo inteiro, como se a guerra não causasse a destruição. Nega-se pelo discurso que a guerra foi declarada em nome de um propósito específico, que é o de controlar o mundo inteiro. Perguntamo-nos, afinal, qual(is) seria(m) o(s) motivo(s) desta briga incessante entre

---

<sup>31</sup> Discorreremos sobre o papel que a mídia desempenha em relação à institucionalização da(s) língua(s) no terceiro capítulo.

as nações no século XX, se não fosse pela institucionalização da língua? A partir do esboço teórico que estamos mobilizando, arriscamo-nos a afirmar que a língua representa uma ameaça, pois quando ela passa a funcionar oficialmente, se torna mais fácil chegar à dominação política, interferindo em todos os assuntos que dizem respeito ao interesse dos dominadores.

Devemos ressaltar que é com o início da Guerra Fria que a produção por materiais bélicos começa a ser disputada. Nesse caso, não são apenas os interesses de poder político que estão em jogo, mas também entra em funcionamento a briga pela “indústria da guerra”. A luta pela posição de destaque retomava o processo sócio-histórico de outros tempos, mas se antes a briga era em nome do acúmulo de capital, desta vez ela acontecia pelo desejo de conquistar a posição bélica e científica. Foi neste período que os sujeitos também passaram a disputar a conquista do espaço, pela chegada do homem à lua. Tanto os EUA quanto a Rússia almejavam este acontecimento. Para isso, ambos os países gastaram muito dinheiro em um programa conhecido como Apollo, que incentivava a “viagem para a Lua”. O’ Callaghan (1998, p. 121) observa que os principais motivos pelos quais os russos e os estadunidenses pagavam altos valores por este programa são os seguintes:

First, there was the question of international prestige – of gaining the respect of the rest of the world [...]. Secondly, both Americans and Russians felt that to let the other side get too far ahead in space technology [...] rockets capable of carrying people into space could also be used to carry nuclear warheads<sup>32</sup>.

Assim, compreendemos que a Guerra Fria explicita este desejo em comandar o mundo, não apenas a Terra como também o espaço para instituir o imaginário de que a nação “x” é aquela que comanda e que detém o poder sobre os sujeitos, o que envolve tanto o poder político quanto o científico. Além disso, como bem afirma o autor (Ibid.), os foguetes que transportariam pessoas para a lua também serviriam como instrumentos de guerra, capazes de destruir a nação adversária. Em 1969, os EUA lançaram-se à lua, deixando uma de suas marcas materiais instaladas neste lugar: a bandeira dos EUA (cf. O’ Callaghan, 1998).

---

<sup>32</sup> Tradução nossa: “Primeiro, havia a questão do prestígio internacional – o de ganhar o respeito do resto do mundo [...]. Segundo, ambos os americanos e russos sentiam que, ao deixar o outro conquistar primeiro, passando à sua frente, asseguraria a tecnologia no espaço [...] foguetes capazes de carregar pessoas para o espaço também poderiam ser usados para carregar ogivas nucleares”.

A preocupação voltada para o capitalismo também contribuiu para que, depois de instituída a Guerra Fria, fosse travada outra guerra, dessa vez contra o Vietnã, o qual estava dividido em duas partes, o sul como país capitalista e o norte enquanto comunista. Estas duas partes seriam unificadas a partir de eleições, mas devido ao medo que os EUA tinham de que fosse eleito o comunismo, eles intervieram nesta eleição apoiando a parte sul com o envio de armas, soldados e aviões (cf. Azevedo & Seriacopi, 2005, p. 445). Porém, em 1973, a parte norte venceu a guerra e o governo estadunidense saiu do conflito. Já em 1975 foi firmada a paz entre a parte sul e a parte norte deste país, reunificando-as sob o regime comunista em 1976.

A perspectiva histórica da formação dos EUA não termina na década de 70 com a Guerra do Vietnã. No entanto, a partir daquilo que temos esboçado até agora, acreditamos que não é necessário continuar discorrendo sobre os acontecimentos históricos que ocorreram deste período em diante, tendo em vista que esta retomada sócio-histórica já nos permite observar a materialidade discursiva que sustenta a língua inglesa. Questionam-nos, a partir de então, sobre o lugar que ocupam as outras línguas em nível mundial mediante a história e memória da língua inglesa, que foi instituída em outros países através de guerras seguidas pelo desejo de acumular capital e espalhar este propósito para o resto do mundo. Hoje, a língua inglesa alcançou uma posição de destaque por ser a língua de uma nação “poderosa”.

Não podemos deixar de registrar, também, que esta língua está revestida por saberes que compõem os discursos relacionados à guerra, ao desejo de alcançar o poder, de dominar outras nações, como também está atravessada por saberes da ordem da Igreja, já que desde o período de colonização os ingleses instituíram um imaginário de que aquele lugar era a “pátria salvadora”, a qual iria purificar os pecados e tornaria possível a existência de uma nação homogênea. Em outras palavras, o modo pelo qual a língua inglesa é concebida mundialmente, nos tempos atuais, decorre desta ideologia que domina os sujeitos em um dado momento, pois é algo que se materializa pela história, pela língua e também pelas relações que as nações mantêm umas com as outras.

## 2.2 Considerações sobre o esperanto: a invenção de uma língua para o mundo

*Uma língua não é um mero instrumento de comunicação, mas tem funções simbólicas muito importantes no seio de uma sociedade (FIORIN, 2010, p. 110).*

Podemos afirmar que a língua é importante no sentido de que “abre” possibilidades de interpretação aos sujeitos que se inscrevem em um determinado lugar e em determinada época. Conforme temos destacado até o presente tópico, a língua permite a qualquer nação tornar-se “potência” ou “perder” a sua posição. Uma das maiores “conquistas” que ela pode oferecer é a tomada de poder, seja pela invasão de territórios, seja pela imposição de uma política de divulgação que trabalhe “sutilmente” a interpelação ideológica do sujeito. De acordo com Guimarães (2001)<sup>33</sup>, pensar a noção de língua enquanto “mero” instrumento de comunicação é da ordem do senso comum, do empirismo, de modo que ao se divulgar esta proposta o objetivo é não questionar o que é língua, ou seja, não “abrir” espaço às perguntas. Em face dessas considerações, o que tem nos inquietado a respeito da materialidade sócio-histórica do esperanto é que ele não está inscrito em nenhuma nação. Nesse sentido, qual poderia ser o objetivo da busca pela institucionalização? No que se refere à política de divulgação, será que ele estaria circulando com noções empíricas voltadas ao senso comum? Qual seria a função simbólica representada pelo esperanto?

O esperanto “foi proposto ao mundo, pela primeira vez, em 1887, quando o Doutor Lejzer Ludwik Zamenhof<sup>34</sup> publicou em russo um livro com o título Língua Internacional. Prefácio e manual completo (p/russos)” (ECO, 2002, p. 389). O nome atribuído à língua materializou-se a partir do pseudônimo assinado pelo autor deste manual, Doktoro Esperanto (doutor esperançoso). Observando o funcionamento desta nomeação, perguntamo-nos qual(is) é(são) o(s) efeito(s) de sentido(s) que emerge(m) deste fato? Qual é a representação imaginária de língua que se aproxima ou se distancia numa perspectiva sócio-histórica da atualidade? Afinal, esta proposta de língua internacional foi criada há mais de 120 anos e não obteve a mesma repercussão mundial que a língua inglesa passou a ocupar em tão pouco tempo. Essas considerações permitem-nos afirmar que a tentativa de criar uma língua para ser instituída ao mundo inteiro e facilitar a comunicação estava tomada pelo imaginário de que a

---

<sup>33</sup> Texto disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm>>.

<sup>34</sup> Lázaro Luiz Zamenhof, em português.

língua seria capaz de acabar com os conflitos entre as nações. Em relação às condições em que o esperanto passou a circular, Eco também acrescenta que:

As origens e a personalidade de Zamenhof contribuíram com certeza tanto na concepção da sua língua como também na sua difusão. Nascido de uma família judia em Bialystok, na região lituana que pertencia ao reino da Polônia, que por outro lado era submisso à dominação dos czares, Zamenhof crescera em um caldeirão de raças e de línguas, agitado por impulsos nacionalistas e por permanentes ondas de anti-semitismo. A experiência da opressão e, em seguida, da perseguição praticada pelo governo czarista em relação aos intelectuais, de modo particular os judeus, fizera caminhar no mesmo passo a idéia de uma língua universal junto com a idéia de concórdia entre os povos (ECO, 2002, p. 389).

Ao se imaginar a língua como algo que provoca desigualdades, que institui a desordem no mundo, estão sendo retomados discursos referentes à Torre de Babel, já que este mito registra o suposto início da confusão linguística. Nesse caso, o político que está em funcionamento é o de uma posição religiosa que busca um fundamento linguístico, mas é importante observar que este fundamento é o de um polonês que, ao invés de criar mecanismos de uma língua internacional para os poloneses, cria mecanismos para os russos, o que é explicitado pelo título escolhido para o manual, remetendo-nos ao ato de designar. Qual seria a identificação deste sujeito com uma língua internacional voltada aos russos e não para todas as possíveis nacionalidades? Ao referir língua internacional, analisando-se o sentido que esta palavra representaria, ela deveria ser organizada em forma de manual para toda e qualquer língua, e não somente para o russo. O que teria levado um polonês a pensar em uma língua comum ao mundo divulgando-a inicialmente para os russos?

São as condições de produção em que foi imaginada esta língua que fez com que ela fosse divulgada aos russos em um primeiro momento, regulada pelo imaginário de que os primeiros a ter contato com o esperanto deveriam ser os russos, e não os poloneses. Este imaginário instituiu-se devido às condições pelas quais passava a Polônia naquele período histórico, enquanto um território que estava sob interesse de outros países (cf. SCHILLING, 2003)<sup>35</sup>. Novamente, podemos visualizar que há uma disputa pelo poder e, conforme temos tratado nesta dissertação, os conflitos que giram em torno do poder ou por posse de territórios também trabalham com uma política linguística, a fim de instituir uma língua dominante para comunicação.

---

<sup>35</sup> Arquivo disponível em <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/polonia.pdf>>.

Talvez, trate-se de uma resistência do sujeito à imposição da língua russa em sua nação, de tal modo que cria então uma língua internacional sustentada pela proposta de universalização para os dominadores (os russos em território polonês), ou seja, o sujeito “inventa” uma língua para divulgá-la no território invasor. Arriscamo-nos a dizer que o esperanto está materializado por discursos referentes à resistência do sujeito quanto à dominação linguística em seu território. Era este o imaginário de língua que circulava na época em que o esperanto foi criado, todavia isso não significa que, atualmente, ele esteja representado enquanto uma resistência do sujeito à imposição de outras línguas. Diante do percurso teórico que apresentamos neste trabalho, perguntamo-nos se o esperanto ainda conserva a resistência ou se ele estaria pretendendo instituir uma nova forma de governar a partir da língua, tentando reconstruir aquilo que já produziu efeitos em outros momentos sócio-históricos, a partir da ilusão de que seria possível reconstruir a Torre perdida<sup>36</sup>. Esta observação se torna explícita no momento em que o esperanto é comparado com outras línguas, demonstrando o desejo de retornar o prestígio linguístico atribuído às línguas que já dominaram em outros tempos.

É importante registrar que a noção de esperanto, enquanto “língua”, circula em alguns momentos e em dadas condições de produção como se ele tivesse “nascido” sem propósitos, tentando estabelecer uma comparação com as línguas naturais. Talvez, o principal desafio para o esperanto seja provar por meios científicos e positivistas que ele é de fato uma língua, e não um “projeto” conforme o próprio movimento o destaca nas divulgações midiáticas. Os esperantistas insistem no fato de que o esperanto não é artificial, ou seja, defendem que ele pode ser um “veículo de comunicação internacional” (PASSINI, 2008, p. 35). Há uma polêmica do esperanto com as demais línguas posto que não se admite que ele seja designado como língua artificial. No entanto, ao propor uma língua que sirva aos objetivos de simplificar o aprendizado, facilitar a comunicação entre os povos, etc., o que estaria funcionando senão o desejo em ocupar o espaço de outras línguas, de substituí-las? Além disso, se o esperanto não surgiu espontaneamente, como poderia ser considerada uma língua natural?

Essas perguntas também nos levam a pensar no fato de que, ao mesmo tempo em que o esperanto é uma língua artificial, divulga-se o seu ensino/aprendizagem em instrumentos midiáticos com ilustrações da natureza, como, por exemplo, animais, flores, estrelas, dentre

---

<sup>36</sup> Referimo-nos, neste caso, ao mito da Torre de Babel.



outros. Quais são os efeitos de sentido entre as designações<sup>37</sup> natural e artificial? O que isso significa para o movimento esperantista? E, ao ilustrar o globo terrestre em alguns destes instrumentos midiáticos, qual é a ideologia dominante que entra em funcionamento? Seriam apenas discursos religiosos que estariam lhe sustentando? Ou, poderíamos estabelecer uma relação de proximidade com o imperialismo linguístico? A ilustração do planeta indica-nos uma possível aproximação com o desejo de que o esperanto passe a comandar o mundo, decorrendo, assim, efeitos de sentido relacionados à mundialização<sup>38</sup>.

Segundo o dicionário, a definição de língua artificial é: “criada artificialmente, usando elementos de línguas naturais, que se destina a servir de meio de comunicação entre membros de grupos específicos, ou entre falantes de línguas diferentes” (HOUAISS, 2009, p. 1182). Já a definição de língua natural é destacada como: “qualquer uma das línguas que surgiram e evoluíram naturalmente, em virtude da capacidade de linguagem universal e específica da espécie humana, e que são ou foram como meio de comunicação e de expressão pelos indivíduos que as aprenderam” (Ibid., p. 1183). Em face disso, já que o esperanto foi “construído”, ele não pode ser considerado como língua natural, tendo em vista que ele sofreu intervenção, não é uma língua sem propósitos e objetivos. A própria historicidade do esperanto nos afirma estas considerações.

Sobre as condições em que o esperanto foi criado, considerando a nação que lhe deu origem, de acordo com Schilling (2003, p. 24), a Polônia é um país que sempre foi cobiçado para a dominação, principalmente pela Rússia, a qual tomou a maior parte das terras polonesas, “dominada desde os séculos XVIII ao XX, a Nação sofreu de tudo: da dominação czarista à brutal ocupação nazista e stalinista”. A noção de língua que então passa a circular discursivamente durante aqueles séculos decorre deste imaginário de que seria possível acabar os conflitos pelo poder através de algo em comum, a língua. Por isso, o movimento esperantista discursiviza a língua enquanto aquela que seria “neutra”, pois a noção de língua neutra remete ao fato de ela que não se sustenta por nenhuma tomada de posição e que serve única e exclusivamente à fácil comunicação, é o efeito da evidência que entra em funcionamento. Para melhor analisarmos o que a palavra “neutro” significa, buscamos a definição do dicionário **Houaiss** (2009, p. 1353):

---

<sup>37</sup> No próximo capítulo, explicitaremos o que compreendemos por designação.

<sup>38</sup> Ver a ilustração da página 50.

**1** diz-se de ou gênero gramatical que, nos idiomas com três gêneros, se opõe ao *feminino* e ao *masculino*; classificam-se ger. Assim os substantivos não animados **2** que não se posiciona, se abstém de tomar partido; neutral **3** que avalia com imparcialidade; imparcial, neutral **4** impreciso, indefinido, vago **5** que não se envolve ou se compromete (com algo ou alguém); indiferente, neutral **6** sem colorido forte, vivo **7** que, por acordo das potências, fica protegido e em neutralidade em caso de beligerância (diz-se de território, nação) [...].

Pela própria definição deste verbete, compreendemos que há uma contradição, ou seja, os efeitos de sentido que a divulgação do esperanto produz remete-nos à possibilidade de controle, da completude do sujeito na e pela língua, como se a língua estivesse “livre” de produzir falhas, não se levando em consideração o equívoco e as particularidades de cada povo e/ou nação. Se ser neutro é ser aquilo que não toma posição e que também não se envolve ou se compromete, o esperanto não é de modo algum neutro, já que ele divulga uma proposta e define a sua tomada de posição. Além disso, apenas o fato de nomeá-la como neutra já explicita que há um desejo em transformá-la algo inexistente para consolidar o efeito de igualdade. Este desejo decorre da ilusão de que a língua possa ser perfeita, que ela não produziria desentendimentos, que seriam eliminadas as ambiguidades linguísticas (cf. HAROCHE, 1992). As falhas da e na língua constituem uma ameaça para o controle sobre a língua, pois nesta perspectiva não se pode haver espaço para uma nova interpretação, os sujeitos devem interpretar daquele modo e “ponto final”. Francini (1976, p. 18) afirma que:

O esperanto é, pois, uma língua clara, concisa e precisa. Sua clareza é tal que satisfaz, melhor do que nenhuma outra, o objetivo primacial de toda a linguagem escrita ou falada, que é o de transmitir o pensamento. **As pequenas complicações que podem exibir** têm a finalidade precípua de servir a esse objetivo máximo. Por isso, o esperanto não admite confusão ou ambigüidades, nem em nome da elegância. O que nele se disser, não pode deixar margem a dúvidas, sem que se exclua a elegância do estilo. [grifos nossos]

Ao mesmo tempo em que o movimento pelo esperanto divulga uma possível neutralidade, ele também demonstra preocupação com os efeitos de sentido atribuídos pelo sujeito a quem ele tenta se aproximar. Aquilo que destacamos em negrito na citação acima desfaz o próprio conceito de neutralidade, já que o esperanto apresenta “pequenas” complicações. O adjetivo (pequenas) tenta modalizar o principal efeito, que é aquele lugar imaginário ocupado pela língua enquanto possível de controlar os sentidos. O próprio modo como esta afirmação nos é apresentada permite compreender que os esperantistas divulgam uma língua que eles mesmos, enquanto sujeitos discursivos, têm dúvidas de que seja possível de ser controlada. A promessa de língua é tão utópica quanto a própria estrutura! De acordo

com Pêcheux (1990, p. 17), a língua está sujeita ao equívoco, desse modo, se o esperanto fosse realmente implantado como a língua possível de uma única interpretação, ele não funcionaria tendo em vista o contexto sócio-histórico no qual o sujeito está inserido, que é o que faz com ele atribua sentidos às palavras.

Vejamos que, numa perspectiva esperantista, a ambiguidade instaura a diferença e, aliás, é este o motivo pelo qual o esperanto insiste em ser uma língua neutra que não aceita uma “dupla interpretação”. Percebe-se uma certa resistência em aceitar que há diferença, tendo em vista que se isso fosse demonstrado explicitamente na/pela língua, o propósito em recuperar a língua adâmica estaria perdido. Para “concretizar” este sonho é necessário trabalhar ideologicamente com a possibilidade de que o mundo inteiro possa falar a mesma língua sem que haja desentendimentos.

É assim que emergem os saberes inscritos no discurso da Igreja, atravessados por saberes de outra ordem, os do Estado jurídico. Estes discursos estão entrecruzados, ou seja, o esperanto não é somente a língua que defende a paz, mas é também a língua que pretende “conquistar” espaço no mundo a fim de alcançar uma posição semelhante àquela que ocupa a língua inglesa em tempos atuais, fato que se torna menos visível pelo efeito da evidência com o qual a mídia circula.

Outro fato que nos instiga é que o esperanto foi criado a partir do modelo greco-latino (cf. FRANCINI, 1976). Qual(is) seria(m) o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) este médico escolheu o modelo greco-latino, sendo ele um polonês? A posição tomada por um esperantista diante deste acontecimento é o de que isso tem relação com a neutralidade que a língua deveria apresentar. Francini (Ibid., p. 17) afirma que Zamenhof, “fiel a si mesmo e ao seu nobre objetivo, obedecendo às leis fundamentais da linguística geral, fundamentou-a no modelo greco-latino”. Pelo efeito da evidência, nos parece que o esperanto foi elaborado com base nos vocabulários grego e latino a fim de demonstrar que a língua criada por um polonês não apresentaria características de apenas um povo, uma vez que o objetivo era “inventar” uma língua para o mundo. Porém, olhando atentamente para as evidências, compreendemos que no momento em que o sujeito “inventa” uma nova língua, ele precisa já estar identificado com alguma outra já existente. Nesse caso, o sujeito que criou o esperanto deixa-nos pistas de que as línguas de prestígio de outra época eram aquelas que deveriam circular pelo mundo, o grego e o latim. Nesse caso, não é somente a tomada de posição-sujeito que o levou a formular uma língua voltada ao prestígio, mas também a ideologia que o dominava, fundamentada no valor social atribuído à(s) língua(s).

O modelo greco-latino também nos demonstra que as condições de produção sob as quais foi criado o esperanto determinaram uma língua de acordo com o que já havia sido instituído no passado, levando em consideração o prestígio e a “força” com que a língua se mantinha nas relações internacionais. Segundo Eco (2002, p. 30-31), o grego representava a dominação via cultura, pois era a língua que se ensinava nas escolas de gramática, e, posteriormente, tornou-se a língua do cristianismo, haja vista as traduções da Bíblia durante o século III d.C. e as discussões da Igreja, que passariam a ser feitas na língua grega. Nesse sentido, o grego materializou-se a partir da historicidade que o constitui enquanto a língua de prestígio e da religião, devido à cultura que ela passaria a representar e também pela decisão da Igreja em tomá-la como língua oficial. Por outro lado, embora o grego tenha conquistado este espaço, o latim passou a ocupar esta mesma posição tomando-lhe o referido *status*, que já não era mais privilégio exclusivo do grego.

O latim era a língua do Império, daquele que detinha a “força” em relação ao poder econômico, passando a oficializar-se enquanto a língua de cultura devido às traduções de obras literárias e de documentos oficiais. Por essa razão, o latim vai apagando discursivamente a posição tomada pelo grego, tornando-se a língua da cultura cristã no Ocidente e servindo como a “língua universal para a Europa alcançada pelas legiões romanas” (ECO, 2002). Além disso, “mesmo após a queda do Império Ocidental, o latim ficou por muito tempo como língua das classes privilegiadas da Europa feudal, na forma de latim da Idade Média” (SANTIAGO, 1986, p. 17).

Esta fundamentação do esperanto nas origens do grego e do latim, enquanto estrutura própria de línguas de prestígio na história da humanidade, é, talvez, uma tentativa de historicizar o que não tem história. A língua que é universal, mas que não remete a uma cultura específica em sua época, remete-nos ao que é a-histórico, como se fosse possível o esperanto substituir todas as línguas existentes em qualquer parte do mundo. Nessa perspectiva, Rajagopalan (2003, p. 153) afirma que “quem aborda as línguas do mundo ou as variantes de uma mesma língua sabe muito bem que elas nunca se encontram em relação de igualdade”. Assim, o esperanto divulga ser a língua neutra, mas será que ele está se aproximando da neutralidade ao escolher as línguas grega e latina para fundamentá-lo? E, como seria possível produzir a interpelação ideológica nos demais sujeitos no mundo ao circular esta proposta de língua neutra? Como isto funcionaria no espaço imaginário atribuído às línguas, ou, mais especificamente, para o esperanto? Que proposta de língua é esta que tenta resgatar o prestígio do passado?

Uma das maneiras de começar a produzir efeito no sentido de “atrair” sujeitos para este movimento pode ser através da divulgação linguística na Igreja, tendo em vista que o mito da Torre de Babel é tratado pela Bíblia. E o esperanto, por sua vez, já apresenta esta proposta de instituição no lugar do latim, ou seja, atualmente, o movimento esperantista pretende colocar o esperanto na mesma posição que o latim ocupou sócio-historicamente em outros momentos enquanto a língua que predominava em contexto religioso para dominação linguística. Vejamos o que escreve Matthias (2003, p. 10) em relação à implantação do esperanto para a Igreja:

Se hoje em dia não mais se usa o latim na Igreja, por que não se poderia introduzir a língua internacional neutra esperanto? De repente tudo ficaria mais simples, mais barato, etc., na compreensão internacional da Igreja. É claro, eu concordo que o esperanto seja usado como língua auxiliar, e assim em casa teria a língua materna e, para a comunicação internacional, o esperanto. Se a Igreja aceitasse essa solução já há muito proposta, estaríamos subitamente livres do problema linguístico na esfera internacional da Igreja Católica [...]. O latim é o antigo esperanto da Igreja.

A Igreja é um importante aparelho ideológico de divulgação linguística e, até pouco tempo, adotava o latim como a língua oficial dos sermões, evangelhos, etc. no ocidente (cf. ECO, 2002). Isso nos permite compreender que o movimento esperantista almeja materializar o esperanto nos discursos da Igreja a fim de dominar sujeitos via língua, pois, no caso do latim, a Igreja Católica realizava os sermões obrigatoriamente apenas em latim, era uma maneira de conservar a língua “viva”, de demonstrar o seu poder, de divulgar que o latim era a língua da Igreja, o que então daria um destaque maior para esta língua. Talvez seja este um dos motivos pelo qual o esperanto busca tornar-se a língua da Igreja, tendo em vista que se isso ocorresse de fato, ele passaria a dominar pelo menos os discursos religiosos para, depois disso, dominar outras áreas do conhecimento.

Também observamos que há outra contradição explícita proposta pelos divulgadores do esperanto ao afirmarem que, se o esperanto fosse adotado como a língua oficial da Igreja, seriam eliminados os problemas linguísticos da ordem dos discursos religiosos. Será que eles seriam eliminados? Ou eles iriam contribuir para uma nova dominação, já que tudo seria realizado em esperanto? A proposta de língua neutra não nos remeteria a este efeito, o que leva-nos a pensar que, ao propor o novo latim para a Igreja, o objetivo dos esperantistas era tornar o esperanto a língua de “comando” das relações entre sujeitos.

Observamos que a designação língua universal decorre desta historicidade constitutiva da noção de língua, é a memória discursiva que entra em funcionamento e ressoa com os discursos que já circularam em outros momentos, mesmo que num período muito distante. Interessa-nos a produção dos efeitos de sentido para o que seria a língua universal. Não é apenas o esperanto que tenta promover a língua desta maneira, são os discursos sócio-históricos que o sustentam enquanto a língua que poderá desempenhar esta função. O que estamos tentando demonstrar é que a presença da história interfere na institucionalização de uma língua e, como o esperanto foi “inventado” tendo por fundamentação as línguas grega e latina, nos deparamos com o desejo de que o esperanto retorne às línguas que já predominaram em outros tempos, inclusive com o estilo “elegante”. A partir destas observações, perguntamo-nos o seguinte: de que modo este(s) discurso(s) ressoa(m) na memória discursiva atual e repercute(m) socialmente? Qual(is) é(são) a(s) materialidade(s) que o(s) sustenta(m) através da língua inscrita na história?

Retomando as considerações de Guimarães (2003), compreendemos que as línguas recebem um valor material daqueles que se identificam ou não com elas, ou seja, o esperanto não é uma língua natural, e sim artificial, foi planejada devido às condições sócio-históricas de uma nação em determinado momento, estabelecendo, desse modo, uma relação com os sujeitos inscritos na ideologia dominante referente às relações de poder instituídas naquele lugar. Os discursos que compõem estes saberes estão determinados pelo imaginário de outra nação, ou seja, a concepção é a de que partir da língua seria possível criar um novo mundo, inventar uma nova pátria, como alternativa de escapar aos acontecimentos históricos e instituir uma nova história oficial. Nesse caso, o esperanto não apresentaria falhas nem equívocos, seria a língua planejada para a perfeição, funcionando então o efeito da homogeneidade, que se aproxima daquilo que mencionamos anteriormente sobre a língua inglesa, ou seja, a história altera a produção dos sentidos sobre a noção de língua e o sujeito toma uma referida posição pelo fato de fazer parte de uma história, o que implica a necessidade de instituir um novo imaginário social construído linguisticamente via historicidade.

Por esse viés, o esperanto retoma discursos religiosos, a memória discursiva opera neste sentido com o já-dito. É o esquecimento que retoma aquilo que já produziu sentidos em outro momento e que estava silenciado. Como bem salienta Scherer (2009, p. 202), “o que é o esquecimento senão um arquivo de lembranças silenciadas. Lembrar para esquecer e esquecer

para lembrar. Um exercício constante de uma inscrição no movimento na/da língua pela ausência/presença consciente/inconsciente na constituição de sujeitos e de discurso”.

Sob esta afirmação, visualizamos que os saberes de ordem da Igreja, presentes no discurso esperantista, são aqueles que estavam registrados já há muito tempo e que, no entanto, se faziam silenciados, estavam esquecidos pela memória discursiva social. A Torre de Babel representa a confusão, o desentendimento e, nesse sentido, os sujeitos buscam a reconstrução deste mito. O esperanto não é a primeira das tentativas de reconstruir esta torre, embora ele tenha se tornado o movimento que mais despertou atenção pela divulgação que a mídia tenta (re)produzir. É como se ele fosse a única língua artificial a ter sido criada e que seria perfeita para funcionar, apagando pelo viés discursivo o fracasso da tentativa que outras línguas artificiais obtiveram no decorrer da história.

Isto não significa, porém, que os divulgadores do movimento esperantista neguem o fato de que já existiram outras línguas criadas pelo mesmo desejo, a universalidade, e sim que os discursos referentes ao esperanto tentam não divulgar os motivos pelos quais estas línguas não funcionaram de fato, os motivos pelos quais elas não se concretizaram. O objetivo é possibilitar a interpretação de que, após o surgimento do esperanto, todos os problemas seriam resolvidos. Além disso, os saberes inscritos no discurso esperantista aproximam-se do efeito que a língua latina produziu para a Igreja. Os sujeitos eram obrigados a assistir as missas em latim, especialmente os católicos, devido à política “superior” que a comandava. As ordens eram (e ainda são) dadas pelo Papa, as quais vinham (vem) diretamente de Roma. É a política linguística que determinava a língua que deveria governar as relações da Igreja. Este acontecimento não se distancia da proposta atual do esperanto, pois o que seria imaginar uma língua baseada na estrutura de outra(s) se não fosse o desejo de comandar da mesma maneira que tal língua já comandou?

Desse modo, compreendemos que a proposta de divulgação linguística do esperanto está “revestida” pelo disfarce de tornar-se uma língua para o bem em comum, para facilitar a comunicação, etc., quando, na verdade, o seu objetivo é o de chegar à posição de uma língua dominante. É a partir deste “disfarce” com o qual opera o esperanto que emerge a ilusão de língua perfeita. “Uma coisa é saber que existem muitas línguas, e outra coisa é achar que tal ferida possa ser sarada descobrindo uma língua perfeita. Para buscar a língua perfeita é preciso pensar na possibilidade de que ela própria não o seja” (ECO, 2002, p. 29). A perfeição decorre do imaginário a que o esperanto está inscrito, de que a língua pode acabar com todas as confusões, remetendo-nos, desse modo, ao processo de colonização, ou seja, para que a

língua artificial passe a funcionar de fato é necessário apagar ou silenciar da memória discursiva que existem outras tantas línguas pelo mundo. Para isso, o esperanto passaria a ser instituído numa perspectiva colonialista, onde o mundo seria redescoberto. Afinal, a Torre de Babel representa um resgate da história que instiga muitos povos a buscar a língua que teria originado todas as demais.

Essas considerações permitem arriscarmo-nos a dizer que o movimento esperantista, apesar de estar atravessado discursivamente por várias tomadas de posição, é sustentado de modo geral pela ilusão de que poderá retornar ao início do mundo, tal como uma tentativa de nova/ outra colonização, inscrita no mito da Torre de Babel. Diante da representação que este mito trabalha, nos inquietamos com o próprio modo como o esperanto é divulgado, uma vez que ele desfaz a possibilidade de retorno a uma língua única, desfazendo também a sua própria neutralidade no que diz respeito ao propósito de não visar ao lucro. Conforme escreve Santiago (1986, p. 12), “uma das maiores preocupações do movimento é evitar que muitas delas [das outras línguas] continuem a ser substituídas pela imposição das poucas com maior prestígio econômico-político”. Se a preocupação deste movimento realmente estivesse voltada ao apagamento de outras línguas, o esperanto não teria tomado como modelo as línguas de prestígio de outra época bem como não estaria divulgando, na atualidade, o desejo em tornar-se o novo latim da Igreja. O esperanto é um movimento que divulga uma política linguística voltada ao processo de reconstruir uma nova nação, idealizada por discursos da ordem da religião, atravessados por discursos da ordem do Estado jurídico.



## **PARTE III**

### **3 O FUNCIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA(S) E SOBRE A(S) LÍNGUA(S)**

Neste capítulo, vamos tratar do modo como compreendemos o político e a(s) política(s) de língua(s). Faremos isso considerando as diferentes definições atribuídas para a língua que emergem em nossa dissertação bem como considerando o modo como elas produzem efeitos de sentido, quais são as aproximações e os distanciamentos possíveis entre elas.

Refletindo sobre as influências sociais e históricas para a definição do que seja uma língua, investigaremos o “espaço” que ocupam os direitos linguísticos na memória discursiva, atentando para a aproximação dos documentos oficiais de defesa à igualdade de língua(s) com a circulação midiática relativa ao ensino/aprendizagem de língua(s). Ao destacar estes registros, perguntamo-nos se esta preocupação pela defesa da língua já não seria uma maneira de exclusão. Trabalharemos esta proposta de respeito às diferenças a fim de compreendermos o que é língua na perspectiva de divulgação do ensino/aprendizagem dos cursos de idiomas ou de movimentos linguísticos, pensando também em como a mídia colabora para que esta divulgação produza efeitos de interpelação ideológica para um sujeito interlocutor específico.

Tentaremos nos posicionar em relação às designações atribuídas à língua nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística que compõem o arquivo deste trabalho, esboçando aquilo que acreditamos ser de fato a língua em tais condições de produção. Observamos que há uma movimentação de sentidos acerca da noção de língua que é representada nestes instrumentos e, assim, propomo-nos a investigar o funcionamento político-ideológico que determina que seja produzida uma designação em relação à outra(s). As reflexões desenvolvidas neste capítulo têm como principal referência os estudos de Rancière (1996), Guimarães (2003; 2005) e Orlandi (1998; 2007). Não temos a pretensão de

definir o que seria ou o que não seria língua, e sim de perseguir esta noção a fim de compreendê-la cada vez mais e melhor.

### **3.1 O político e/ou a política de língua(s)**

*O homem se define pela linguagem e pela razão, o que significa que, sem linguagem, não haveria racionalidade. A razão e a linguagem podem ser confundidas como supunham os projetos de língua universal? O que significa para a razão humana o fato de a linguagem nos ser dada sob a forma de uma multiplicidade de línguas diferentes? (AUROUX, 2009, p. 40).*

A partir destas perguntas formuladas por Auroux (2009) e que trazemos neste trabalho como epígrafe do presente subcapítulo, podemos pensar na relação do homem com a língua no decorrer dos tempos assim como nas diferentes tomadas de posição vinculadas à história e nos questionamentos que giram em torno destas noções. Já explicitamos anteriormente que esta relação não é tema exclusivo da atualidade, ela vem sendo estabelecida pela historicidade constitutiva dos estudos sobre a língua, ou seja, as reflexões sobre este assunto estão registradas há muito tempo. Conforme Rasia (2008, p. 55), “ao longo da história, o homem vem tentando organizar o entendimento daquilo que ele pensa ser a língua”. Por isso, tendo em vista a densidade que este assunto proporciona, para compreendermos a noção de língua que destacaremos no presente trabalho será necessário estabelecer um recorte. São vários os registros que produzem significados à língua, dentre eles podemos citar: os escritos de filósofos a.C., passagens bíblicas, a produção de gramáticas, etc. Logo, os estudos sobre a língua abrangem um campo de saber que vai além da linguística, sendo também bíblicos, lendários e históricos.

Talvez, seja este um dos motivos pelos quais a língua tem recebido várias designações e/ou nomeações. Cada modo de referir-se à língua diz respeito às condições de produção em que ela circula; os efeitos de sentido produzidos pelo sujeito no decorrer da história significam de acordo com a sua inscrição social em dado momento e lugar. O trabalho de observar a língua, na perspectiva em que direcionamos nossas investigações, a AD, leva em conta este processo sócio-histórico, refletindo acerca das definições e da materialidade que é

constitutiva da língua. Segundo Orlandi (1999, p. 16), a proposta da AD é “trabalhar com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”.

Interessa-nos observar a maneira como a língua vem sendo destacada em tempos atuais, especialmente no que diz respeito à circulação de discursos na/pela mídia. Discorreremos em torno das noções relacionadas à língua inglesa e ao esperanto investigando de que modo elas trabalham pela dominação e por uma possível homogeneização, ou, em outros termos, pelo modo como ainda lutam pela defesa às diferenças produzindo o efeito de que todos podem ter os mesmos direitos, inclusive o direito à língua. A mídia que selecionamos para investigação é aquela que tenta “atrair”, “conquistar” um sujeito interlocutor específico e que circula em instrumentos midiáticos de divulgação linguística ou na internet para o ensino/aprendizagem de uma língua específica ou em movimentos linguísticos que também ensinam língua(s). A maneira como a(s) língua(s) é(são) divulgada(s) nestes instrumentos, além de chamar atenção do sujeito ao qual estes se dirigem propondo o conhecimento de uma referida língua, também produz efeitos de que aprender língua é alcançar o sucesso ou, ainda, que aprender tal língua pode contribuir para a instituição da paz mundial. Qual é o funcionamento político-ideológico que permite a divulgação de uma língua “x” e não “y” a partir de uma tomada de posição referente a estes efeitos?

Em face desta pergunta, abordar a língua também implica na política que a faz funcionar, do olhar que o sujeito atribui sócio-historicamente ao defini-la de um modo e não de outro. A política é ideológica, pois a ideologia que subjaz aos discursos sobre língua é uma referência que o sujeito toma para se constituir, tendo em vista a diversidade das línguas com as quais se depara. De acordo com Guimarães (2003, p. 48), as línguas são definidas conforme o grupo de falantes que as emprega, elas são divididas levando este fato em consideração, não se pode separar a noção de língua dos seus falantes. Assim, podemos afirmar que o político determina o movimento de sentidos com o qual a língua opera no decorrer da história, já que antes de definir a língua é preciso, em um primeiro momento, designá-la e descrevê-la, registrar este efeito, o que é determinado por políticas institucionais. Em outras palavras, não caberá certo modo de descrição dependendo da tomada de posição-sujeito que rege um determinado espaço de divulgação linguística. Perguntamo-nos, então,

qual é o político que faz com que uma mesma língua seja concebida de modos diferentes dependendo do período sócio-histórico? Quem designa tal língua para divulgá-la?

As considerações sobre o político e/ou a política permitem visualizar quais são as aproximações e os distanciamentos entre uma língua e outra que circulam nos espaços de ensino/aprendizagem, sob condições de produção específicas. O que nos move a investigar a língua são as diferentes designações que se destacam em instrumentos midiáticos de divulgação linguística. Deparamo-nos, em alguns momentos, com definições aparentemente muito próximas, mas que, ao mesmo tempo, remetem-nos a efeitos de sentido distantes ou com definições distantes que significam de maneira similar. Embora o arquivo demonstre uma regularidade discursiva, isso não significa que a língua funcione ideologicamente pelo mesmo viés. Para compreender estes efeitos, é necessário fazermos a distinção entre o político e a política, uma vez que estes termos, apesar de não poderem funcionar sob as mesmas condições de produção, não possuem o mesmo efeito na produção e circulação de sentidos.

Tomamos como referência as considerações de Rancière (1996) no que concerne ao político e à política. Segundo ele, a política teve o seu início no momento em que os homens passaram a discutir a sua existência, quando foram em busca de respostas sobre a tomada da palavra, tentando compreender a “essência” do discurso, qual seria a importância dos pronunciamentos políticos para o povo. Essa relação pode ser observada pelos registros do filósofo Aristóteles (Ibid.), o qual passou a questionar tais preocupações, demonstrando interesse em compreender a força que as palavras têm sobre os sujeitos, ou seja, embora ele tenha observado o funcionamento dos discursos empiricamente, ele faz referência às condições de produção e aos efeitos de sentido que podem ser produzidos em tais circunstâncias políticas, quando o sujeito pronuncia para se constituir.

A partir desta retomada histórica, compreendemos a política como sendo constitutiva do sujeito, algo que determina o seu posicionamento face à ideologia que funciona e sobredetermina a produção dos efeitos de sentido. No tocante à(s) língua(s), a noção de política funciona enquanto espaço de reprodução de saberes, no processo de interpelação ideológica que permite ao sujeito posicionar-se de um modo e não de outro. A política funciona para “convencer”, produzindo efeitos de identificação muito fortes. Por exemplo, a presença da forma-sujeito capitalista na divulgação do ensino/aprendizagem de língua(s), ou seja, a língua que passa a circular está tomada por uma política do lucro, da língua que “serve” para gerar o capital. Vejamos uma das definições de política tratadas por Rancière (1996, p. 21-22): “a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações

entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das ‘partes’ da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem”. Isso quer dizer que o lugar institucional do qual são enunciados os discursos considera a tomada de posição a ser divulgada, de tal modo que entendemos a política como institucional e constituinte ao mesmo tempo.

Nessa mesma perspectiva, Rancière (1996) afirma que a política está imbricada à noção do político, naquilo que tange à constituição do sujeito por uma relação que determina a política a ser divulgada. É o funcionamento de uma relação de força maior do que a política. São as relações de poder instituídas socialmente que sobredeterminam a produção dos efeitos de sentido; o sujeito é tomado pelo discurso do poder, ou seja, em toda e qualquer política existe o político, a “força maior” que permite à política circular com certos efeitos, mas não outros. Podemos afirmar, então, que o político está presente em toda e qualquer instituição política, de tal modo que não será produzida política alguma sem que haja o político.

Além disso, o político instaura a diferença, o conflito, ou, de acordo com Rancière (Ibid.), o desentendimento. É o político que constitui a heterogeneidade discursiva, o espaço da contradição, onde o sujeito reconhece o diferente, constituindo-se pela alteridade. Considerando estes estudos em relação à política e ao político, Vargas (2008) explicita que, sendo o político uma forma de organização da sociedade, quando ele constitui o poder, o sujeito pode questionar esta prática pelo funcionamento da política que o interpela, ou seja, “a política se desenrola nas bordas do político” (Ibid., p. 190-191). Comprendemos sob essa afirmação que o político é o que faz funcionar a política. Uma política linguística só passa a circular e a produzir efeitos pelo fato de que existe o político que lhe dá condições de operar socialmente.

Se buscarmos a definição dada pelo dicionário, veremos que tanto o político quanto a política são definidos pela ordem empírica do discurso, posto que o dicionário nos remete ao efeito de governar, como se a política fosse de ordem partidária e o político fosse um sujeito empírico responsável pela organização e pelo bem estar da sua nação. Vejamos as definições (HOUAISS, 2009, p. 1519):

**Política 1** arte ou ciência de governar **2** arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; ciência política **3** orientação ou método político **4** arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido, influência da opinião pública, aliciação de eleitores etc. **5** prática ou profissão de conduzir negócios políticos **6** cerimônia, cortesia, urbanidade **7** habilidade no relacionar-se com os outros, tendo em vista a obtenção de resultados desejados.

**Político 1** relativo ou pertencente à política **2** relativo aos negócios públicos, ao governo **3** que se ocupa de assuntos públicos **4** relativo ou pertinente à cidadania **5** cuidadoso, prudente ou ladino em coisas práticas; diplomático **6** que ou aquele que trata ou se ocupa da política **7** que ou aquele que revela polidez, cortesia **8** que ou aquele que revela esperteza, astúcia.

Chama-nos a atenção também o fato de que ambas as definições dizem respeito aos negócios, relacionando-se com o capital. Embora os movimentos linguísticos mercantilizem o ensino de uma língua que se diz sem fins lucrativos, perguntamo-nos se o objetivo em divulgar uma determinada língua para um propósito específico já não seria o de vendê-la, posto que se procura “convencer” o interlocutor de que o esperanto é fácil de aprender, é interessante, etc.? O esperanto não é uma língua comercial, não há exigências para o sujeito de que ele deve conhecer o esperanto para conseguir um emprego, não há cursos de idiomas que o divulguem, que façam circular a ilustração desta língua como importante ao sucesso, e, mesmo assim, o esperanto significa em um processo de mercantilização.

Para que o sujeito seja interpelado a estudar o esperanto, um dos melhores caminhos é a divulgação de um ensino/aprendizagem sem fins lucrativos. Diferentemente da dominação pelo capital, trabalha-se com a instituição da paz no mundo. A língua, nessa perspectiva, estaria operando com a fraternidade, com a ilusão de unificação do mundo, nada mais do que um outro modo de dominação. O tempo de duração divulgado por este movimento para o ensino do esperanto é, em média, no máximo, seis meses. Este tempo é muito curto para aprender com eficiência qualquer que seja a língua, mas o aprendizado fácil e rápido também é uma estratégia de mercantilização.

Diante destas considerações, há uma relação de força e de poder constitutivas da noção de língua, as quais serão discutidas neste trabalho sob a proposta de político e política, conforme já foi abordado. Para nós, é pela política da língua que o homem se constitui, tomando uma posição. O político, por sua vez, pode ser compreendido como aquele que rege a produção e a circulação dos discursos sobre a língua, na tentativa de controlar os efeitos de sentido. Vale ressaltar que não estamos tratando destas noções enquanto distantes uma da outra, e sim que elas não têm o mesmo efeito sobre a divulgação linguística. Embora funcionem sob as mesmas condições de produção, elas trabalham de modo diferente os sentidos. O que as diferencia são os sentidos que se produzem e também a força do dizer, quem terá o direito em tomar a palavra num determinado momento e lugar.

No que diz respeito às definições de política e político do dicionário, também podemos acrescentar algumas contribuições de Petri & Rodrigues (2010). Sendo um instrumento

linguístico, o dicionário “não é o detentor da verdade” e, por isso, não é um instrumento pronto e acabado, e sim algo que está tomado pela incompletude da língua (Ibid.). Assim sendo, embora tenhamos tomado como referência as definições com as quais operam os dicionários, a produção dos efeitos de sentido não é totalitária, ao contrário, pode haver equívocos e incompletude destes saberes. Petri & Rodrigues, ao recorrerem aos dicionários **Houaiss, Caldas Aulete**, dentre outros, para refletirem sobre as definições dos mesmos verbetes, levantam o seguinte: política: “habilidade no trato com pessoas humanas, tendo em vista a obtenção de algo, cortesia, astúcia, esperteza” (Ibid., p. 34-5); e político: “quem revela polidez, diplomacia, interesseiro, fino, astuto”. Tais definições, em nosso entendimento, estão empiricamente tomadas pelo senso comum, de modo que os efeitos são semelhantes aos que mencionamos anteriormente, haja vista que são imaginadas a política e o político não enquanto espaço de interpretação, de tomada de posição, de confronto, etc., e sim como da ordem de política partidária, de governos, diferença essa que permite reafirmarmos a incompletude da e na língua.

Acreditamos ser possível, sob a perspectiva do político que rege a divulgação de uma língua, estabelecer uma relação com a ideologia que predomina em instrumentos midiáticos de divulgação linguística. Observamos que, em sua maioria, estes instrumentos divulgadores do ensino/aprendizagem de língua(s) trabalham pela interpelação do sujeito com discursos relacionados ou com os negócios, mediante o mercado de trabalho, ou com a promessa de que será possível construir um mundo melhor. Portanto, no tocante às línguas, deparamo-nos com inúmeras tomadas de posição devido à historicidade que constitui e permeia as relações do sujeito com as línguas. Esta ideologia funciona de acordo com o político institucional acerca da noção de língua, ou seja, é pela presença do político que são divulgadas certas políticas linguísticas. Conforme afirma Orlandi (2007, p. 08), “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político”.

Não queremos dizer, assim, que o político e a política funcionem do mesmo modo que a ideologia, mas sim que ambas as designações exercem influência na interpelação ideológica para a divulgação do ensino/aprendizagem de língua(s). De fato, o político funciona em relação à divulgação da língua, ou melhor, daquilo que se acredita ser língua em um determinado momento e lugar. Para compreender estas considerações, trazemos à baila as palavras de Guimarães (2005, p. 16) quando o autor assim define o político, tomado em relação de sinonímia com a política:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pelas quais os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está condenado sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.

Entendemos que os termos político e política, na definição proposta por Guimarães (2004), tratam das desigualdades, das diferenças entre o dizer e o direito a dizer e, por isso, podemos estabelecer uma relação de proximidade entre essas considerações com a significação de normas institucionais que regem a produção de documentos em defesa da inclusão daqueles que estariam excluídos. Para nós, no entanto, há uma distinção entre o político e a política que é da ordem sócio-histórica, econômica e ideológica em que são produzidos os discursos. Interessa-nos observar, desse modo, o respaldo atribuído para a noção de língua no momento em que o sujeito passa a defender a sua posição perante a língua que o representa. Este é o caso, por exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL). Nela, o político sobre a língua trabalha não somente com a homogeneização linguística, mas também com a inclusão dos excluídos, ou seja, é a partir da língua que os direitos tornam-se iguais e as diferenças podem ser respeitadas, seria a luta pela defesa das diferenças em nome da igualdade, produzindo um “aparente” efeito de homogeneização. A definição de Guimarães, nesse caso, em nosso entendimento, explicita muito bem o funcionamento do político em tal declaração, haja vista que trazer à tona um direito a é promover a diferença no gesto mesmo de reconhecê-lo.

A DUDL é um documento oficial registrado a partir de discussões em torno da defesa da língua de cada povo ou nação, tendo o seu início em 1994, em Barcelona. Aproximadamente cinquenta especialistas de diferentes países acabaram intervindo nos rascunhos desta declaração, o que nos permite afirmar que este documento foi redigido por várias tomadas de posição-sujeito, de tal modo que próprio conteúdo já é por si só heterogêneo. As instituições e ONGs promotoras deste registro tomaram como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nada mais do que uma outra materialidade que inclui o que se considera excluído.

Estas condições de produção permitem-nos pensar que há um funcionamento ideológico voltado somente à exclusão. A própria DUDL (2003) considera ter por finalidade “propiciar a organização de um marco político da diversidade linguística baseado na convivência, no respeito e no benefício recíprocos” (Ibid. p. 23). Essa citação de uma parte do



documento remete-nos ao efeito de que se há diversidade, deve haver um consenso entre os sujeitos falantes sobre qual língua irá desempenhar a comunicação, o que desfaz o direito que se defende, pois o sujeito não terá o direito sobre a sua língua quando lhe é “imposta” a língua do outro. Compreendemos que emerge a utopia do desejo de uma língua universal que, para nós, é um dos discursos fundadores da DUDL.

Nessa perspectiva, textos como a DUDL consideram que as línguas funcionam em diferentes momentos históricos, e o político que as fundamenta trabalha discursivamente pelo direito à igualdade, independentemente da posição social ocupada pelos sujeitos que as empregam. Conforme Rodriguez-Alcalá (2010, p. 129), “o vínculo social no consenso etnocultural produz um duplo efeito de exclusão, pelo apagamento das diferenças”, o que nos permite dizer que a luta pelos direitos de igualdade linguística são um “disfarce” para que continue a existir a diferença, ou seja, trabalha-se pela heterogeneidade quando o objetivo é “atingir” a homogeneização, sempre haverá uma relação de dominância entre as línguas e, inclusive, na formação identitária do sujeito. Talvez seja pelo fato de existir as diferenças que a língua funcione como um meio capaz de instituir o respeito pelas diferenças, recebendo então, um caráter de “objeto”, algo que poderia manipular as relações sociais em um sentido pragmático. Defender as diferenças significa limitar sujeitos aos mesmos padrões sociais. Sempre há uma ideologia dominante constituindo os discursos sobre a igualdade, visto que, para igualar-se uma coisa à outra é necessário que haja antes uma relação de dominância, prevalecendo apenas uma referida posição sobre as demais. A igualdade pressupõe a desigualdade.

Ao mesmo tempo em que o político da língua produz o efeito de igualdade às diferenças, ele também significa hierarquização, posto que ao tentar apagar as diferenças, ele remete sempre a uma já-lá posição de exclusão. Conforme salientam Petri & Surdi (2010), o diferente faz parte do mesmo e a heterogeneidade é constitutiva da ordem do homogêneo. Isso nos permite observar que, no caso destes registros de defesa linguística, o heterogêneo entra em funcionamento pelo desejo de conter a produção de sentidos, pela ilusão de ser possível chegar à homogeneização linguística. Este efeito traz à baila a noção de língua como defesa aos interesses do mundo capitalista, ou seja, embora haja resistência, o sujeito é tomado pelas relações sociais que o constituem e, observando estas relações, elas estão determinadas pela força e “imposição” do sistema capitalista. Afinal, o que é ser diferente? E, quais são os efeitos produzidos pela defesa à igualdade? De que modo a língua se aproxima ou se distancia da forma-sujeito capitalista?

Em face disso, considerando a língua enquanto “objeto”, enquanto solução para os problemas sociais, o político que a fundamenta e a faz funcionar é referente ao poder. Isso está explicitado pela divulgação que circula tanto nos cursos de idiomas quanto nos movimentos linguísticos, pois, no primeiro caso, se a língua inglesa é a que predomina, é devido à demanda capitalista, uma vez que o capital remete-nos ao prestígio e ao poder, ou seja, colocando em funcionamento discursos que trabalham pela inclusão, tal como a DUDL. A homogeneização significa que todo sujeito deveria aprender a língua inglesa para ter sucesso, mas que sucesso é este se não aquele relacionado ao capitalismo? E, no segundo caso, pensando na circulação da língua enquanto instrumento pela paz, o esperanto seria a língua responsável para concretizar este efeito? Ele é ensinado por comunidades específicas, organizações não-governamentais, ainda não há cursos de idiomas que o ensinem oficialmente. Portanto, não são apenas os discursos religiosos que constituem o esperanto, mas também discursos da ordem da inclusão. O esperanto quer incluir a todos como um só, e a língua inglesa quer incluir todos no mundo do trabalho.

Sobre este processo de defesa à língua de uma nação ou de um determinado grupo, podemos observar, de acordo com Phillipson (1992, p. 93), que a declaração pelos direitos linguísticos é um dos melhores caminhos para que as línguas dominadas desenvolvam políticas enquanto um instrumento em seu favor. Além disso, esta luta pela igualdade é um processo que vem ocorrendo há muitos séculos, desde a passagem do absolutismo para a democracia nas sociedades ocidentais. É interessante pensar nesta passagem de estrutura social, saindo da dominação para a liberdade. O mesmo processo ocorre no que tange à língua, o propósito em instituir uma declaração que assegure ao sujeito o direito pela sua língua é o de divulgar uma política linguística. Outra das considerações instigantes é sobre o padrão normativo que representa os direitos universais, pois o Estado não pode justificar a restrição. O que é universal é de uma ordem de norma pré-estabelecida sob a qual o Estado deixa de ser responsável, já que o direito universal é um direito absoluto ou inalienável. Com as palavras, o próprio autor:

One way of campaigning for greater justice for speakers of dominated languages is to mobilize supranational human rights covenants in their favour. Human rights have a pedigree going back several centuries, to the transition from absolutism to more democratic social structures in western societies [...]. Universal rights represent a normative standard, an inherent right which the state cannot be justified

in restricting. In this sense they do not need arguments to legitimate them. They are absolute or inalienable rights<sup>39</sup>.

A normatização referente aos direitos sobre a língua produz efeitos de uma “boa ação”, a presença do Estado Jurídico nestas relações é determinada pela força, mas a evidência linguística com a qual ele opera não permite visualizar que há uma outra política institucional em defesa da maioria, e não da minoria. Ao mesmo tempo em que as leis trabalham pela igualdade, elas também trabalham pela não igualdade, posto que o registro destes direitos apresenta uma norma, uma regra. Ao padronizar o modo de escrita de um documento, há outra forma de dominação, o Estado Jurídico, o qual pretende responsabilizar os sujeitos por seus próprios atos (cf. ORLANDI, 2007), ou seja, os documentos que declaram ao sujeito que ele tem direito à língua são eles mesmos uma forma de preconceito, já que as normas estão pré-estabelecidas, o Estado apenas registra. Por esse viés, Pagotto (2007, p. 36) afirma que:

A idéia central é que a universalização de direitos implica necessariamente a submissão de todos ao processo normativo. Assim, o que traduziria o reconhecimento pelo Estado do direito de todos produz, inevitavelmente, o efeito de exclusão, porque é norma. Qualquer norma se propõe universal e nesse gesto inclui, mas ao mesmo tempo exclui.

Desse modo, pensando no funcionamento ideológico dos discursos sobre língua, considerando a relação de uma língua com a nação e com os seus falantes, compreendemos que a inclusão do sujeito via língua é determinada por relações de poder que emergem do processo sócio-histórico ao qual ele está inserido. A universalização dos padrões para produção destes direitos significa uma submissão à ideologia dominante, o sujeito submete-se a algo que lhe é imposto sem se dar conta, sendo tomado pelo efeito da evidência. No entanto, ao tentar demonstrar o certo e o errado, há uma tentativa de separação, de estabelecer uma diferença que pode até não existir a partir da produção dos efeitos de sentido. Uma das reflexões acerca disso pode ser suscitada pelo deslocamento do preconceito linguístico de um pequeno grupo para um nível mais abrangente, tornando-se um padrão de ordem universal. Se

---

<sup>39</sup> Tradução nossa: “Um dos caminhos para fazer política pela justiça maior dos falantes de línguas dominadas é mobilizar os direitos humanos supranacionais conveniados em favor deles. Os direitos humanos têm raízes que remontam há muitos séculos, para a transição do absolutismo às estruturas sociais democráticas nas sociedades ocidentais [...]. Os direitos universais representam um padrão normativo, um direito inerente pelo qual o Estado não pode ser justificado pelas restrições. Nesse sentido, eles não precisam argumentar para legitimá-los. Eles são direitos absolutos ou inalienáveis”.

a universalização da língua é uma utopia, a defesa e o respeito pelas diferenças também são utopias. É uma ilusão acreditar no fato de que tais registros poderão dar ao sujeito a tão sonhada liberdade!

De acordo com Orlandi (1998, p. 09), “falar é uma política no sentido amplo, que considera as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem”. Podemos afirmar, então, que não são apenas a história e a ideologia que determinam a definição de língua, mas sim que há uma movimentação dos sentidos, uma palavra pode remeter à outra, produzindo novos efeitos. Para que a língua seja registrada, depende da relação do sujeito com a sociedade que o constitui, do político que sustenta estas relações e que está vinculado a uma política linguística específica. A exclusão passa a existir também quando se pretende a inclusão. A Declaração Universal pelos Direitos Linguísticos, ainda que apresente um sistema já estabelecido de normas, também movimenta sentidos, pois o sujeito interpreta e posiciona-se conforme a sua inscrição no social. Cada época em que circulam estes registros produzirá novos efeitos de sentido.

A produção e circulação da definição de língua é suscetível de modificação devido ao funcionamento de diversos fatores, dentre os quais está o político, pois ele opera neste processo enquanto um dos principais determinantes para aquilo que se divulga nos cursos de idiomas ou em movimentos linguísticos. Uma língua será divulgada de um modo e não de outro tendo em vista as relações políticas do sujeito com o discurso que o interpela a estudar tal língua. E é a partir dessas considerações que também se produzem políticas linguísticas.

A política linguística e o político são fundamentais à interpretação do sujeito sobre a língua. Investigaremos, portanto, esta circulação de diferentes definições para a língua, quais são as políticas que permitem a rápida circulação ao redor do mundo, ou que permitem, em alguns casos, a exclusão do sujeito a partir da língua. Para tanto, observaremos o modo como a língua é referida no arquivo deste trabalho, buscando, então, o significado atribuído para tais designações, ou seja, a definição proposta pelo dicionário. Isso permitirá visualizar que a língua movimenta sentidos ao longo da história.

### 3.2 A movimentação dos sentidos em torno da língua

Conforme temos demonstrado até o presente momento, o nosso objeto de estudo é a noção de língua. Propomo-nos a investigar qual é a concepção de língua que circula em divulgações para o ensino/aprendizagem dos cursos de idiomas ou em movimentos linguísticos e quais são os possíveis efeitos de sentido produzidos a partir destes instrumentos que a mídia faz circular. O trajeto de nossas investigações permite observar que a língua, para funcionar, depende do político que dá sustentação ao lugar em que ela circula, assim como depende também da política de divulgação linguística que a coloca em uma posição sócio-historicamente determinada e, por isso, “não podemos deixar de lado, ao pensar a língua, sua dimensão histórica e cultural” (ORLANDI, 2009, p. 159). Para nós, sendo a língua e a cultura indissociáveis uma da outra, as designações que lhes são atribuídas têm relação com os sujeitos falantes, com o imaginário que se constrói acerca dessas dimensões.

Nessa perspectiva, quando se pretende divulgar uma língua “x”, é pelo funcionamento do político que o sujeito atribui um valor e não outro à língua e, também, pela ideologia que o interpela a tomar uma referida posição diante daquilo que se pretende como língua. Tentaremos explicitar essa relação pelo movimento de sentidos com o qual opera a língua a partir das condições de produção em que estamos direcionando nossas investigações. Referimo-nos ao movimento de designar, descrever e definir.

Segundo Guimarães (2005, p. 09), “a designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real”. Assim, compreendemos que a designação não se produz aleatoriamente, os sujeitos escolhem certas palavras para dar um significado específico às coisas e, mesmo que de modo inconsciente, essa escolha é determinada social e ideologicamente. Nesse sentido, perguntamo-nos como a designação estabelece uma definição? Quais seriam as implicações discursivas que permitem a elaboração de registros para tal(is) designação(ões)? Como ocorre este trajeto da designação à definição? O que significa a forma designativa de uma língua?

Em nosso trabalho, podemos afirmar que a designação de língua produzida no lugar em que investigamos este movimento de sentidos, advém das relações sociais do sujeito com a ideologia que o interpela. Ao atribuir uma designação, há a necessidade de descrever o que

isso significa, o sujeito é tomado pelo empirismo que o domina, ou seja, as relações empíricas do sujeito com a língua o levam a crer na objetividade da língua, é preciso comprovar que a língua “x” significa de tal modo e não de outro, como se não houvesse espaço para uma nova interpretação. De acordo com Orlandi (1989, p. 55), “o efeito produzido pela descrição é o da realidade do pensamento, da objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas”. Por essa afirmação, compreendemos que a descrição trabalha pela efetividade da designação; a descrição é necessária quando se designa alguma coisa, o sujeito remete um significado a outro a partir do social que o constitui e que permite acreditar no controle do que está querendo dizer, na “perfeição” de suas palavras.

A língua recebe uma designação que produz efeitos de sentido conforme o contexto sócio-histórico e econômico em que ela passa a circular. Esta designação, por sua vez, recebe uma descrição, os sujeitos tentam registrar o que compreendem a partir destes efeitos de sentido. Ao descrever uma designação, os sentidos sofrem alterações tendo em vista a interpretação do sujeito que a descreve. Esse movimento permite à língua receber uma definição, ou, em outras palavras, podemos dizer que o sujeito atribui uma designação para a língua segundo o imaginário que constrói sobre ela, fazendo-a circular conforme a descrição deste imaginário, imbricado à história e à cultura, respectivamente.

Ao descrever este imaginário de língua, acredita-se na possibilidade de “estabilizar” o sentido, a interpretação. Este é o processo de definir, registrar oficialmente um nome para a língua. A definição pode ser compreendida a partir dos registros que atribuem um valor de mercado para a língua na forma descritiva. Os dicionários, por exemplo, tratam de uma definição constituída por este movimento de sentidos, não se pode registrar a definição sem que haja este movimento. Inclusive, também pode haver deslizamentos de sentidos, isto é, uma mesma palavra, em nosso caso, a língua, pode sofrer alterações com o decorrer do tempo, se em outros períodos históricos ela era designada como “x”, atualmente ela poderá ser “y”.

A definição propõe tornar objetiva a designação, controlando a produção dos sentidos, regulando a interpretação. “A descrição ‘teoriza’ a objetividade, a nossa capacidade de referirmos a um ser no mundo. Ela trabalha o fato de que a palavra não é a coisa. É uma forma de pôr o sujeito na relação com a objetividade do mundo, o sentido da referência” (ORLANDI, 1989, p. 56). Ao consultarmos o dicionário, podemos notar que a tentativa em definir alguma coisa é própria da ciência, do positivismo, ou seja, definir significa tornar

claro, eliminar qualquer outra possibilidade de interpretação. Houaiss assim apresenta o verbete “definição” em seu dicionário:

**1** ato ou efeito de definir(-se) **2** delimitação exata, estabelecimento de limites **3** significação precisa de; indicação do sentido de **3.1** enunciado que parafraseia a acepção de uma palavra ou locução **4** descrição de (algo ou alguém) por seus caracteres distintos **5** decisão, determinação, resolução **6** manifestação clara; revelação **7** clareza, precisão na reprodução de um som **8** contorno nítido, contraste marcado (de uma imagem) **9** **operação lingüística que busca a determinação clara e precisa de um conceito ou um objeto** (HOUAISS, 2009, p. 606). [grifos nossos]

A partir destas considerações, notamos que a definição é antecipada pela designação, que é de ordem político-ideológica, o político e a ideologia funcionam para que uma palavra seja designada, garantindo, assim, uma materialidade que implica em uma definição. Portanto, a definição de língua é um processo político que permite desenvolver uma política de divulgação linguística regida pela ideologia que lhe subjaz, pela história e cultura. Afinal, qual seria a necessidade de o sujeito definir sua língua? Compreendemos que o sujeito, ao ser tomado por saberes que se inscrevem neste discurso de que não se pode discutir com os métodos científicos, há a ilusão de poder controlar os efeitos de sentido, como se tudo o que fosse registrado em instrumentos midiáticos de divulgação linguística já fosse o suficiente e os sentidos estivessem já-lá. Pela ordem do senso comum, a ciência é a detentora do saber.

No caso de nossas investigações, observamos que o sujeito também pretende o controle sobre a língua ao propor uma definição “x”, apaga-se o equívoco e trabalha-se pela homogeneização. Na definição do verbete “definição”, notamos que há recorrência, várias vezes, à “clareza” pela qual se deve operar na descrição. Por isso, podemos afirmar que no momento em que a língua passa a ocupar um espaço de definição, de registro “concreto”, o objetivo é que esta definição constitua um espaço de memória, como se fosse possível apagar toda e qualquer outra possibilidade de interpretação, instituindo um novo espaço de configuração delimitado pela ciência régia, aquela que se acredita capaz de eliminar a “confusão”, própria à heterogeneidade.

Talvez seja pelo fato deste positivismo estar interpelando o sujeito em todos os campos de saber que a língua também passe a receber várias designações no espaço social em que circula. Os sujeitos a definem para que se institua uma relação de poder, para que se demonstre “concretamente” que a língua funciona de um modo e não de outro. Pelas noções teóricas que sustentam nossas investigações, no viés da AD, compreendemos que a presença

da história e as condições de produção em tal definição podem fazer “surgir” outras interpretações, mas que isso se torna um fato negado em nome da cientificidade.

O que iremos destacar é a movimentação de sentidos com que opera a língua no decorrer de nossas investigações. No arquivo, chama-nos a atenção que a língua inglesa ora é designada como língua ora é designada como idioma, e algumas das demais designações que observamos são: mundial, dos negócios, sucesso, liderança, etc. Já o esperanto recebe as seguintes designações: internacional, auxiliar, neutra, dentre outras. Veremos que cada uma destas designações, pelo dicionário, remete-nos ao capitalismo de um lado, e, de outro, a uma possível universalização da língua. Antes de discutirmos as diferenças e/ou semelhanças entre o que se entende por língua e o que se entende por idioma, o que para nós, é essencial no tocante ao funcionamento ideológico da(s) língua(s), faremos um breve levantamento das demais designações que aparecem de maneira regular no arquivo deste trabalho e que são postas, de modo geral, em circulação na mídia via propagandas públicas, como, por exemplo, *outdoors*, cartazes, jornais de circulação local, etc. Não é nosso objetivo investigar outras formas de circulação midiática, porém não há como deixarmos de referi-las uma vez que observamos repetição dos discursos, ou seja, o que se destaca em *folders* ou na internet pode também estar destacado em outros meios de divulgação.

Dentre as várias designações atribuídas para a língua inglesa, optamos por investigar as seguintes: 1. língua mundial; 2. língua dos negócios; e 3. inglês definitivo. Embora esta última definição esteja relacionada ao idioma e não à língua, explicitaremos que este adjetivo atribuído para o ensino/aprendizagem da língua inglesa está produzindo efeitos quanto à dominação linguístico-cultural e, por isso, aproxima-se das demais definições. Já sobre o esperanto trabalharemos com as seguintes definições: 1. língua internacional; 2. língua auxiliar; 3. língua alternativa. São estas algumas das designações destacadas em nosso arquivo e que nos chamam a atenção pelos efeitos de sentidos que produzem bem como pela frequência com que circulam nas políticas de divulgação linguística.



### 3.3 Designações para a língua inglesa

Sobre a língua inglesa, notamos que as designações que lhes são atribuídas passam a ser descritas numa relação de dominância, o efeito da objetividade que as constitui permite compreender que a língua inglesa é a língua do capitalismo, que movimenta lucros, aquela que deve permitir ao sujeito uma realização plena. O efeito é o de que o estudo do “inglês” possibilitará ao sujeito “crescer na vida”, mas, para isso, ele deve estudar esta língua no curso “x”. O objetivo da divulgação é atrair o sujeito pelo aprendizado de uma língua que é superior às outras.

De acordo com nossas investigações, o ensino/aprendizagem da língua inglesa assume a influência do capitalismo, interpela o sujeito a buscar o aprendizado pelo fato de que o conhecimento da língua poderá abrir novos caminhos à sua formação. Trabalha-se ideologicamente com o apelo capitalista em dois processos: 1º) os cursos de idiomas desejam obter o lucro, oferecem o ensino, mas, em troca, o sujeito paga para aprender; e 2º) os sujeitos aprendizes são tomados pela ilusão de que só aprenderão a língua de fato se a estudarem em um bom curso de idiomas e mais, que esta língua deve ser a língua inglesa, aquela que o tornará “cidadão do mundo”. Nessa perspectiva, Grigoletto (2007, p. 220) salienta que:

O discurso da mídia enfatiza o valor de mercado das línguas, o que faz do inglês a língua com ‘cotação’ mais alta no mundo atual [...] as línguas são mercadorias, cujas características primordiais são seu valor relativo tanto a outras mercadorias quanto à demanda, e como mercadorias valem pela sua utilidade para fins imediatos.

A noção de língua como mercadoria passou a circular no Brasil a partir da década de 1970, quando iniciaram as franquias de ensino para a língua inglesa. De acordo com Souza (2005, p. 170-171), isto ocorreu devido à política da educação pública que não valorizava o ensino de línguas estrangeiras, o qual passou a ser considerado imaginariamente como algo supérfluo, desnecessário. Este descaso com as línguas estrangeiras na escola regular de ensino é próprio do contexto sócio-histórico e econômico em que se encontrava o país, ou seja, o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas não era incentivado devido à política institucional que determinava a grade curricular das escolas.

Entretanto, fatores de ordem socioeconômica demandavam o conhecimento da língua inglesa, tendo em vista o surgimento das empresas multinacionais e, por essa razão, a necessidade do aprendizado contribuiu para que a iniciativa privada tomasse o lugar que deveria ser ocupado pelas escolas, isto é, a abertura dos cursos de idiomas permite que seja constituída uma “memória social que dissociou língua estrangeira e escola pública, ou melhor, estabeleceu um novo sentido para a língua estrangeira na escola pública” (SOUZA, 2005, p. 170-171). Este imaginário relativo ao ensino de língua inglesa instituído desde aquele período é próprio do sistema capitalista, pois os cursos de idiomas de certo modo ajudam a “suprir” as necessidades do mercado de trabalho. A escola regular de ensino perdeu sua credibilidade em detrimento dos cursos de idiomas.

Considerando esta movimentação de sentidos com que opera a língua inglesa, compreendemos que uma das principais razões pelas quais ela circula em função do capitalismo é a partir da divulgação midiática que lhe sustenta. Os discursos que vem à tona, nessas condições de produção atreladas aos cursos de idiomas, produzem efeitos do conhecimento de uma língua estrangeira que perdeu seus sentidos de outros tempos, a elegância, e que hoje, em contrapartida, permite “crescer na vida”. Já não é a personalidade que está em jogo, mas sim o valor financeiro. Interpela-se o sujeito a estudar língua inglesa para compreender a língua do outro, aquela que facilitará a comunicação, a língua que detém o poder.

A primeira definição sobre a língua inglesa, **língua mundial**, permite-nos afirmar que o modo de divulgação está salientando a tomada de posição do sujeito desta língua em relação ao mundo, ao desejo em ocupar toda e qualquer parte. Se consultarmos o dicionário, observaremos que o verbete mundial refere-se ao mundo, a alguma coisa abrangente que vai além das fronteiras de cada povo ou nação. Vejamos: “1 relativo ao mundo como um todo, à terra inteira; geral, universal 2 evento, atividade internacional 2.1 torneio, campeonato do qual várias nações participam, deste mundo terrestre, humano” (HOUAISS, 2009, p. 1331). Assim, também notamos que ao propor a língua como se ela fosse um campeonato ou torneio, há a emergência da competitividade, da luta para ocupar uma posição grandiosa, de destaque. Para a língua inglesa, então, importa ocupar o primeiro lugar. Isso está explicitamente destacado na ilustração que demonstramos na sequência (Ilustração 3):



### INGLÊS PARA TODAS AS IDADES

**Inglês, a língua mundial:** Conheça nossos cursos. A Wizard disponibiliza diversas opções de cursos de inglês.

Certamente, aqui você encontra um curso capaz de atender perfeitamente às suas necessidades.

A revolucionária metodologia de ensino Wizard se fundamenta em avançadas técnicas de neurolinguística, capazes de fornecer toda a base e estímulo para o melhor aprendizado de um idioma. Desde a primeira aula você já tem a experiência de conversação na língua inglesa.

De crianças a profissionais altamente qualificados, a Wizard tem o curso certo para você.

**Ilustração 3:** folder do curso de idioma Wizard.

Fonte: <http://www.araguarionline.com/noticias/function>.

Mais uma vez, notamos a influência de uma forma-sujeito capitalista, onde todos podem resistir a uma determinada ideologia, mas continuam submissos às relações de força e de poder. Em outras palavras, o sujeito pode até resistir à língua inglesa, porém não será totalmente livre para suas escolhas já que a situação econômica determina a língua que deverá predominar. Para que ele alcance uma melhor posição na sociedade que o constitui, é preciso que ele busque o aprendizado da língua oficial do país poderoso, os EUA, a língua inglesa.

Ainda no que tange ao verbete mundial, notamos que o **Dicionário de Linguagem e Linguística** (TRASK, 2008), também aborda a língua inglesa como se ela fosse mundial, comum para todo e qualquer lugar. O que chama-nos a atenção, nesse caso, é que a língua mundial está definida, em um primeiro momento, a partir do verbete “bilinguismo”, o que aponta-nos a hipótese de que um dos efeitos que se produzem diante desta definição é o de que a língua inglesa permite ao sujeito circular entre diferentes nações e culturas, como se o conhecimento desta língua pudesse superar dificuldades de comunicação, que ela seria aceita em qualquer parte, apagando discursivamente não só a resistência de alguns povos a essa língua, mas também a própria língua oficial que se fala em determinado lugar. Vejamos o percurso que toma tal dicionário para chegar à definição de língua mundial:

Bilinguismo: a capacidade de falar duas línguas. Na sociedade ocidental moderna, a capacidade de falar duas línguas é frequentemente considerada um feito notável,

particularmente nos países de língua inglesa [...] há boas razões para acreditar que o bilingüismo ou multilingüismo foram a norma para a maioria dos seres humanos, pelo menos durante os últimos milênios [...] mesmo hoje, muitos milhões de europeus são pelo menos bilíngües, já que falam, além de sua língua materna, a língua nacional do país em que vivem, e muitos deles são capazes de falar além disso uma **língua global** ou **língua mundial** como o inglês ou o francês. (TRASK, 2008, p. 47). [grifos nossos]

A língua mundial é citada dentro destas condições de produção pela emergência do bilinguismo, o qual está produzindo efeitos de que o sujeito só poderá ser bilíngue se souber falar a língua inglesa, ou seja, há a emergência da língua inglesa enquanto a língua que detém o poder, a língua que comanda, como se ela fosse falada por todos e fosse a “primeira opção” a ser aprendida em qualquer parte do mundo. Visualizamos, além disso, que a língua mundial é sinônima de língua global, aliás, global antecede mundial. Na perspectiva deste dicionário que trazemos à baila, tanto a língua global quanto a língua mundial são decorrentes do processo de falar mais de uma língua. Além da língua inglesa, considera-se como língua mundial o francês. Qual seria a aproximação entre as línguas inglesa e francesa? Qual é o efeito em nomeá-las global ou mundial e relacionadas ao sujeito bilíngue? Qual é o fato que determina esta ordem hierárquica de citação que coloca o inglês antes do francês?

Para nós, isso tem relação com o desejo de que somente uma língua detenha o poder sobre as demais, tal como vimos abordando até o presente momento. É a ideologia do poder vinculada ao capital. Considerando-se as condições socioeconômicas mundiais da atualidade, a língua inglesa é a língua oficial dos EUA, o país mais rico do mundo, enquanto que a língua francesa é a língua oficial da França, país que perdeu o seu espaço de poder em relação ao desenvolvimento dos EUA.

Portanto, a língua está materializada pelas relações de força e de poder entre as nações, o que implica na definição da língua. Os sentidos, no entanto, podem mudar de acordo com os objetivos daquilo que se pretende registrar, movimento esse que observamos no mesmo dicionário, no momento em que se toma somente o inglês como língua mundial. Em outras palavras, há outra tomada de posição inscrita para a noção de língua ao se afirmar que:

Na realidade, o inglês se tornou hoje a primeira **língua global** ou **mundial** que o planeta já viu. Isto é, o inglês goza hoje de algum tipo de *status* especial em praticamente todos os países do mundo: o de única língua oficial, língua co-oficial, língua reconhecida como a principal língua estrangeira [...] estima-se que perto de um quarto da população da Terra – algo em torno de um bilhão e meio de pessoas – é hoje proficiente em inglês, e o número cresce cada vez mais. Nada parecido com isso havia acontecido antes (TRASK, 2008, p. 168). [grifo do autor]

Esta referência volta-se apenas à língua inglesa, excluindo a língua francesa, de tal modo que o percurso parece ter modificado a tomada de posição-sujeito sobre as duas línguas. Em primeiro momento, o dicionário fez referência ao fato de os sujeitos falarem duas línguas, ao bilinguismo. Porém, ao definir aquilo que se compreende por língua mundial, o dicionário já se posiciona em outro lugar, levantando apenas a língua inglesa como aquela que seria para o mundo; afinal, mundial também se refere ao mundo, ou ao planeta, conforme a definição do dicionário. Para nós, o termo mundial não poderia estar relacionado ao planeta. Mesmo não nos aprofundando nesta distinção, fazemos referência a ela para demonstrar que há um deslize de sentidos para o mesmo verbete, já que o que anteriormente se aproximava agora se torna distante, em outras condições de produção. Esta movimentação evidencia a dominação linguística e cultural que a língua inglesa vem impondo aos sujeitos de muitas nações.

Quando a divulgação midiática refere-se à língua mundial, há uma aproximação política com o desejo de universalização, com a ilusão de que uma única língua poderia substituir qualquer outra cultura, como se fosse possível apagar as particularidades de cada sujeito. Conforme Gadet & Pêcheux (2004, p. 45), é na perspectiva de defesa da língua que os sujeitos desenvolvem políticas, tornam-se loucos, paranóicos, o que faz o simbólico entrar em funcionamento. Os sujeitos representam esta noção a partir de mitos, trabalham com a historicidade para atribuir um novo significado à sua “tão bela” língua posto que o objetivo seja tornar a sua nação reconhecida, elevá-la a uma posição garantida de poder tanto econômico quanto cultural.

Considerando que a língua também é cultura, podemos dizer que este é o principal aspecto que diferencia a materialidade histórico-discursiva entre uma língua e outra. Talvez seja um dos caminhos pelos quais a língua inglesa tenha avançado, ela desenvolve uma política cultural, observa a necessidade particular de cada sujeito e o convence a adquirir esta cultura. Muitos países até “abrem mão” da sua própria cultura para importar a cultura da língua inglesa que se fala nos EUA, o maior país adepto ao capitalismo do mundo. No tocante a estas relações de poder instituídas pela língua, Orlandi afirma que somos dominados por esta política monolíngue referente ao “inglês”, “porque este tem as reais condições de se impor, de se instrumentar, de circular, de concretizar relações entre os ‘falantes’ de diferentes lugares do mundo” (2009, p. 163). Compreendemos, assim, que a língua inglesa domina em diferentes situações e lugares pelo fato de ser uma língua que se sustenta pelo capital, há investimentos em torno desta divulgação. E, no que se refere aos investimentos, decorre a

importância que os negócios e o mercado de trabalho têm sobre o ensino/aprendizagem de línguas, o movimento de sentidos gira em torno do capital que, por sua vez, remete ao perfil profissional.

Tomando como referência o dicionário, compreendemos que, além de ser uma questão política, a língua também é determinada pela situação econômica do país que a tem como oficial. Isso é explícito quando a divulgação midiática menciona a **língua dos negócios**. Por esse viés, perguntamo-nos o que pode ser um negócio? De que modo esta definição circula, é em todo lugar que esta interpelação ideológica funciona? Observemos a ilustração que segue (Ilustração 4):



**Ilustração 4:** folder do curso de idioma Challenger.  
Fonte: arquivo pessoal.

O verbete negócio está definido pelo seguinte modo: “1 trato mercantil; comércio 2 loja, empresa, casa comercial 3 atividade, ocupação 4 assunto, interesse (empresarial, financeiro, de caráter pessoal etc.) 5 acordo, transação, relação, trato (comercial, profissional, de amizade etc.) 6 empreendimento” (HOUAISS, 2009, p. 1348). Podemos notar que a língua inglesa enquanto a língua dos negócios produz efeitos de que o seu propósito é atender a demanda capitalista. Ela está disponível no mercado de trabalho e, por isso, circula com uma noção de língua que se aproxima da definição de língua franca. Entendemos que a melhor e mais apropriada definição para a língua inglesa no contexto sócio-histórico em que estamos

investigando este funcionamento ideológico seja a de língua franca. A língua dos negócios se desdobra na definição de língua franca. É preciso tratarmos desta última definição para que seja possível observarmos este funcionamento paralelo entre negócios e franquia, ou seja, a língua dos negócios refere-se a investimentos e, nesse sentido, passa a operar como uma língua franca. Portanto, a definição franca remete-nos à designação de franquia.

Neste trabalho, a circulação midiática que gira em torno do ensino/aprendizagem da língua inglesa visa a atrair o sujeito a aprender a língua numa relação de dominância, isto é, instiga a aprender uma língua que possibilitará obter uma posição de comando, que permite aumentar o lucro, o salário, ou seja, as condições financeiras do sujeito. São estas algumas das promessas que os cursos de idiomas fazem circular via divulgação midiática, as quais destacam o sucesso profissional para negócios voltados à definição de língua franca. Vejamos:

1 jargão ou *pidgin* nascido do italiano e do francês meridionais na Idade Média, na região do mar Mediterrâneo, pelo contato de cruzados e mercadores com grupos estrangeiros 2 língua formada de elementos do francês, italiano, espanhol, grego e árabe, e que ainda hoje é falada nos portos do Mediterrâneo para fins de intercomunicação prática e imediata entre falantes de diferentes línguas; sabir 4 qualquer língua de que se servem falantes que não têm uma língua em comum, para facilitar sua comunicação nas relações comerciais ou diplomáticas; língua geral 5 qualquer linguagem, vocabulário, expressão ou conceito us. ou aceito em comum por grupos diferentes (HOUAISS, 2009, p. 1182). [grifo do autor]

De acordo com esta definição, a língua franca já surgiu com o propósito de estabelecer uma relação de dominância, haja vista que os falantes escolhem a língua que irá predominar na comunicação, optando por falar a sua própria língua ou submeter-se à língua do outro. Além de servir para os negócios, a língua franca também estabelece uma relação de poder entre os falantes, pois a escolha de apenas uma língua entre várias já nos indica um caminho de “rivalidade”, o que significa, em outras palavras, que uma determinada língua passa a ser imaginariamente “superior” às demais. Nesse sentido, surgem conflitos entre povos e/ou nações para defender a sua posição perante a língua, pois é ela que lhes representa<sup>40</sup>. Não é apenas o capitalismo e a globalização que permitiram à língua inglesa ocupar uma posição privilegiada. A noção de língua franca também entra em jogo neste processo, importante para compreender o materialismo histórico referente ao posicionamento ideológico da(s) língua(s).

---

<sup>40</sup> Essas considerações foram abordadas no segundo capítulo quando fizemos o levantamento histórico da língua inglesa e, posteriormente, do esperanto. Compreendemos que os conflitos acerca da língua ocorrem devido aos fatores de ordem econômica mundiais.

Se prestarmos atenção na historicidade constitutiva da noção de língua franca, visualizamos que ela emergiu a partir de relações comerciais entre países que se destacavam em cenário mundial numa época não muito distante, até o século XIX. Para que fosse possível a comunicação, os sujeitos deveriam “negociar” sobre qual seria a língua que desempenharia tal função. De acordo com o **Dicionário de Linguística** (DUBOIS, 1973, p. 387), a língua franca é assim definida: “dá-se o nome de língua franca ao sabir falado até o século XIX, nos portos mediterrâneos. Baseada no italiano central compreende diversos elementos das línguas românicas. Chama-se também língua franca toda língua compósita do mesmo tipo”. Portanto, conforme as definições do dicionário, a língua dos negócios é a língua franca, ela surgiu em condições de produção específicas para o comércio.

Essas considerações nos levam a pensar no destaque que os cursos de idiomas conferem à língua inglesa, a qual é voltada para a efetividade dos negócios e ao mercado de trabalho. Há uma aproximação desta divulgação linguístico-midiática com a materialidade sócio-histórica da língua franca; todavia, em outros tempos, observamos que a língua franca não era apenas uma, mas várias línguas que poderiam ser escolhidas entre os falantes. Já na contemporaneidade trata-se de apenas uma língua a ser escolhida, ou melhor, que nos é imposta, a saber, a língua inglesa. As demais línguas são apagadas pelo discurso midiático em detrimento das relações de força e poder sobredeterminadas pelo capitalismo. Nesse sentido é que emergem saberes relacionados ao discurso do mercado de trabalho, no qual se valoriza a língua considerada **mundial dos negócios**, posto que, se o sujeito quiser obter um bom emprego, deverá “saber” a língua inglesa.

Ao se propor uma língua franca para a comunicação está-se institucionalizando o poder, no sentido de que se determina a língua não só numa relação econômica como também pela posição que ocupam os seus falantes. Para melhor compreendermos estas considerações, trazemos à baila a definição proposta por Guimarães (2007, p. 64), na qual o autor pontua que a língua franca é “aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum”. A língua adquire várias definições ao longo da história, os sentidos que lhes são atribuídos têm efeitos de larga escala e são determinados pela tomada de posição dos falantes que a emprega.

No caso da língua inglesa, os falantes acreditam na possibilidade de que ela será aceita justamente pelo funcionamento ideológico com o qual ela opera, o sujeito é tomado por esta ideologia sem se dar conta, são as evidências que o “cegam”. Os discursos midiáticos de valorização do sujeito falante de língua inglesa o fazem crer estar inscrito em uma posição de



*status* tendo em vista a aceitação da língua, fato esse que nos permite observar uma aproximação da língua franca com as relações comerciais entre diferentes nações.

Essa movimentação de sentidos a partir das designações que circulam para a língua inglesa leva o sujeito a acreditar que as línguas podem se “fixar” em diferentes lugares e que estarão sempre no “controle”, ou seja, apaga-se a historicidade e a possibilidade de emergência de uma nova cultura que talvez possa “construir” um novo espaço de dominação político-ideológico, uma vez que estamos trabalhando com a possibilidade de movimentação, de produção dos efeitos de sentido que alteram a historicidade constitutiva da noção de língua vinculada a fatores econômicos. Esse processo é negado pelo objetivo de homogeneizar, as divulgações midiáticas atribuem um espaço imaginário de que a língua inglesa poderá superar toda e qualquer dificuldade. Por esse motivo, os cursos de idiomas fazem circular a designação “**inglês definitivo**”. O que se divulga é o imaginário de que a língua inglesa é “estável”, como se ela não estivesse suscetível a “perder o seu posto” para outras línguas. A ilustração a seguir explicita essa afirmação (Ilustração 5):



**Ilustração 5:** folder do curso de idioma CNA.  
Fonte: arquivo pessoal.

Que inglês definitivo é este? Quais são as aproximações e/ou distanciamentos que o inglês definitivo estabelece com as demais designações que tentamos explicitar nesta dissertação? O que significa divulgar uma língua como definitiva? Quais seriam os efeitos de

sentido produzidos neste espaço político de divulgação linguística? A língua “pode servir à imposição de um domínio político por meio da cultura; ela pode isolar classes sociais e pode perpetuar um poder” (SOUZA, 2001, p. 11-12). Tal afirmação ressalta a importância da língua no sentido do poder por ela representado, haja vista a palavra perpetuar, que nos remete ao efeito de que é a partir da língua que acontecem as dominações de territórios.

Tendo em vista que a língua é importante para a tomada de poder, observamos outra pista emergente em nossas investigações, a qual ilustra explicitamente esta preocupação dos cursos de idiomas em “conquistar” um espaço adequado ao capitalismo, àquele que deve “habituar-se” a estas normas de vender a divulgação linguística com o objetivo de “comprar aprendizes”. Trazemos à baila o equívoco da tentativa de modificar um significado para outro, pois a definição de língua implica um imaginário feminino, inclusive, a própria palavra é de sentido feminino. E, ao se substituir língua inglesa por “inglês definitivo”, compreendemos que este movimento de designação-descrição, está propondo um “olhar” masculino para o ensino/aprendizagem da língua inglesa. Perguntamo-nos, então, qual seria a representação imaginária de língua que se acredita estar divulgando com esta “troca” de significados? Que relações de distanciamento estão destacadas neste processo?

Quando se postula uma língua como “definitiva”, entra em jogo uma relação de força entre duas ou mais línguas, o desejo é que apenas uma, dentre várias, seja a dominante. É interessante pensar esse caminho designativo para a língua inglesa, o modo pelo qual ela é institucionalmente determinada a “fazer política”, passando a ser designada, em um primeiro momento, como **língua mundial**, remetendo-nos à língua que realiza **negócios** com sucesso, aproximando-se da definição de **língua franca** que, por sua vez, aponta para o **inglês definitivo**. Este percurso vai modificando os sentidos da língua de acordo com as condições de produção em que ela circula, condições essas submetidas ao político institucional que “permeia” relações da língua com os cursos de idiomas, responsáveis pelo apelo ideológico de identificação com o ensino/aprendizagem. No entanto, a língua divulgada é aquela que se impõe sem limites, sem espaço de tempo, que o sujeito não questiona, simplesmente aceita e submete-se, processo esse que será retomado e melhor explicitado no próximo tópico. Neste momento, o que é necessário compreendermos é que a divulgação midiática para o ensino/aprendizagem da língua inglesa “desloca” sentidos de língua para alguma coisa que domina, que “não dá tréguas”! A língua passa a ter um outro estatuto.

Consultando a definição do verbete “definitivo” no dicionário (HOUAISS, 2009), compreendemos que o objetivo em designar a língua inglesa como “inglês definitivo” é fazer

a escolha em nome do sujeito, isto é, a escolha que se divulga nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística é uma relação já determinada pela ideologia do capitalismo que se mantém como dominante sobre a língua inglesa. Uma das palavras inscritas nessa definição e que nos permite fazer tal afirmação é “decisiva”, a partir da qual nos deparamos com uma língua que decide em nome de alguém. Vejamos: “1 que define; decisivo, determinante 2 que leva a conclusão; decisivo, cabal 3 que não volta atrás; categórico, inapelável 4 tal como deve permanecer, final, ultimado 5 que não tem mais consenso ou jeito; final, total” (Ibid., p. 606).

Portanto, no que se refere à circulação midiática da língua inglesa, a movimentação de sentidos gira em torno do poder, ela é a língua que decide por todos, instituindo o imaginário de que se o sujeito souber falar o inglês poderá “crescer”, tornar-se um sujeito dos negócios, estando preparado para ingressar ao mercado de trabalho. Esses saberes são próprios do capitalismo; divulga-se a obrigação de aprender esta língua pelas exigências do mercado de trabalho, institui-se um comércio de línguas onde o sujeito, na verdade, é “atraído” não pela língua, mas pelo sucesso que poderá obter a partir da língua. Talvez, seja por essa razão que a procura pelo ensino/aprendizagem da língua inglesa tornou-se uma “obrigação”, já que os discursos operam com as “fragilidades”, com os “defeitos” de quem necessita ingressar numa carreira profissional. É o que se poderia chamar de “o poder do mercado” (cf. SOUSA, 2008, p. 48), no qual a língua inglesa é obrigatória para que o sujeito se torne membro do mundo globalizado.

### **3.4 Designações para o esperanto**

Nossas reflexões em torno do efeito de evidência com o qual circulam as divulgações midiáticas para o ensino/aprendizagem da língua inglesa e/ou do esperanto permitem afirmar que a primeira delas circula como noção de língua capitalista e dominante, enquanto que a segunda funciona pelo viés de língua pacificadora, mas também como aquela que deseja vender um imaginário de internacionalização. O que seria internacionalizar senão uma tentativa de unificar, juntar, diminuir distâncias...? Esta tentativa é decorrente da globalização. Por isso, não há como dizer que as duas línguas têm objetivos tão diferentes embora elas façam circular discursos que operam por caminhos diferentes.

O esperanto divulga o interesse de estar em toda parte, de ser a língua dominante para comunicação entre todos os povos. O que representa, numa perspectiva discursiva, estar presente em qualquer parte? Há, nesse processo, uma aproximação do esperanto com o discurso capitalista. Se as “máscaras” que revestem estas duas línguas se dão por caminhos diferentes, esta é uma tentativa de controlar a produção dos efeitos de sentido. Talvez, seja por essa razão que o esperanto propõe a paz internacional em vez de circular com um discurso explícito de dominação.

Os instrumentos midiáticos de divulgação do esperanto operam politicamente com designações que chamam a atenção pelo modo de representação ilustrativa, ou seja, são designações que destacam o ensino/aprendizagem como se ele fosse “fazer parte” do mundo capitalista. O interlocutor é interpelado a aprender o esperanto de um modo sutil, mas, ao mesmo tempo, a partir de uma “ordem”, de uma imposição. Estamos face ao funcionamento de uma língua de vento<sup>41</sup>, a qual se aproxima da língua inglesa pela fluidez com que a mídia a divulga dominando o sujeito sem “deixar vestígios”, ou seja, o modo de divulgação do esperanto trabalha pela dominação de um mundo capitalista e, no entanto, pelo efeito da evidência, parece que os seus objetivos estão distantes deste posicionamento. É importante salientar que essa relação capitalista do esperanto é observada na parte ocidental do mundo.

Até a própria designação **internacional** remete-nos a um capitalismo linguístico que, por sua vez, movimentava sentidos referentes à língua **universal**. Observamos que o esperanto está tomado pelo desejo de chegar à universalização via um movimento de internacionalização. Noutros termos, estamos afirmando que, ao designar a língua de internacional, o efeito que se produz diz respeito ao capitalismo; de outro modo, ao designar a língua de universal, trabalha-se com um sentido de referência voltado ao comando de todo e qualquer lugar, uma forma de imperialismo linguístico, afinal, não é à toa que em alguns momentos a língua inglesa também recebe esta designação! O capitalismo que gira em torno do esperanto propõe que se trabalhe pela dominação de todas as nações, universalmente, implicando que se produza a designação de língua universal. Na maioria dos casos, dependendo da posição de quem divulga, o esperanto é designado por língua internacional. Já quando a designação se movimentava de internacional à universal, observamos que os efeitos de sentidos se inscrevem em outros campos de significação, que alcançam limites geopolíticos e

---

<sup>41</sup> Estas considerações foram desenvolvidas no primeiro capítulo, no tópico 1.3., de acordo com Gadet & Pêcheux (2004), onde tentamos explicitar as semelhanças e/ou diferenças entre a língua de ferro, a língua de vento e também a língua de madeira.

geográficos enquanto possibilidade de “quebra” de fronteiras. Para discutirmos a respeito dessas designações, vejamos a ilustração 6:



**Ilustração 6:** folder de divulgação do esperanto.  
Fonte: <<http://4.bp.blogspot.com/esperanto>>

Se separarmos o prefixo da palavra (inter + nacional), compreenderemos que há, na língua internacional, sentidos de língua franca, pelo fato de ela nos remeter às relações de comunicação entre diferentes falantes de diferentes nacionalidades, haja vista que “nacional” remete ao país de origem, a algum lugar que deu início a alguma coisa. No momento em que se coloca o prefixo “inter” diante de “nacional”, notamos que há uma tentativa em ampliar o espaço de dominação da língua para além dos limites nacionais, pois “inter” significa estar entre dois espaços, dois domínios de saber diferentes. Essas considerações foram suscitadas pelo modo como o dicionário as define. No primeiro caso, o verbete “inter” é definido como: “no interior de dois; entre; no espaço de” (HOUAISS, 2009, p. 1095). Já o segundo verbete, “nacional”, está registrado por: “1 que pertence a uma nação, por nela ter nascido ou por ter-se naturalizado ou por nela ter sido produzida 2 relativo à nação, que é próprio de uma nação, que a caracteriza, que a distingue das demais 3 que representa uma nação 4 que diz respeito a uma nação em sua totalidade” (Ibid., p. 1338).

A designação língua internacional faz, portanto, com que a língua pressuponha expansão territorial, já que a referência de uma nação também é da ordem espacial, de tamanho. O esperanto desenvolve uma política voltada a este desejo de ampliar “os seus horizontes”, de obter destaque no sentido de aproximar-se da língua inglesa quando se pensa em número de falantes em diferentes nações. Pensando na referência do que significa o verbete “internacional”, o dicionário **Aurélio Online**<sup>42</sup> o define como: “que se realiza, que se passa entre nações, comércio internacional./Que se situa entre duas ou mais nações: ponte internacional”. Tal definição chama-nos a atenção pelo fato de comércio estar relacionado a uma questão internacional, o que retoma o funcionamento da língua franca. Logo, o esperanto é divulgado como uma língua internacional, porém funciona pelo viés de língua franca, de franquia, do capital, etc.

Trazemos à baila outra definição que permite visualizar uma aproximação do esperanto com a política de divulgação da língua inglesa e na qual a língua internacional está voltada ao efeito da evidência, ao empírico sobre a língua. Referimo-nos ao modo pelo qual o **Dicionário de Linguagem e Linguística** (TRASK, 2008) desenvolve a definição língua internacional. Na perspectiva deste dicionário, a língua internacional está movimentando sentidos que permitem chegar à noção de língua mundial. É interessante pensar nesta definição, pois, sendo o esperanto nomeado de língua internacional, embora ele seja uma língua artificial, não há nenhuma referência a ele, mas sim à língua inglesa, ou melhor, a definição volta-se ao sentido do inglês (idioma) e não à língua. Para darmos continuidade a estas reflexões, vejamos uma parte desta definição:

Como consequência de várias circunstâncias políticas e sociais, uma determinada língua pode vir a ser usada extensamente por pessoas que se encontram num certo número de países, muitas das quais falam vários outros idiomas como línguas maternas [...]. Hoje, contudo, o inglês é indubitavelmente a língua internacional mais importante do mundo. O inglês é por toda parte, a primeira língua em áreas como o comércio, a ciência, a tecnologia, as comunicações e a cultura popular (TRASK, 2008, p. 168).

Podemos observar que esta definição está produzindo efeitos de sentido próximos à língua franca, posto que a língua internacional, segundo tal dicionário, seria aquela em que se comunicam falantes de línguas maternas diferentes. Há um “deslize” de sentidos entre língua franca e língua internacional, como se elas não fossem diferentes, parece que tanto uma quanto a outra servem às mesmas propostas. Além disso, esta definição explicita que a língua

---

<sup>42</sup> Fonte: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Internacional>>.

inglesa é a língua internacional mais importante do mundo; isso são pistas de uma tomada de posição que acredita ilusoriamente na identificação plena do sujeito com a língua que o interpela. O destaque está voltado à cientificidade, ou seja, a língua inglesa está em primeiro lugar devido a sua imposição “à força” em domínios de saber e em contextos culturais. Talvez, a noção de língua internacional possa, nesse caso, se sobrepor à de língua franca.

Não queremos agora, aprofundarmos novamente nossa reflexão em torno da língua inglesa, uma vez que já a esboçamos no tópico anterior. O que estamos movimentando neste momento é que o esperanto recebe a designação de língua internacional estabelecendo uma relação de proximidade com o funcionamento de uma língua franca. A divulgação midiática que circula sobre ele deseja torná-lo na língua franca, aquela que irá tomar a posição de outra. Por essa razão, assistimos ao duelo ente língua inglesa x esperanto. Este último é um movimento capitalista “mascarado”, que não deixa tão visível o seu desejo em estar no poder, mas que compete com a língua inglesa para obter o “melhor lugar”. O jogo de forças que emerge face a essa competição é divulgado em instrumentos midiáticos por designações que produzem efeitos de “conquista”, o sujeito é interpelado a aprender o esperanto pelo modo com que as palavras o “seduzem”.

Acerca das designações, chama-nos a atenção outro modo de referência ao ensino/aprendizagem do esperanto, a saber, **língua auxiliar**. Que relações de proximidade e/ou distanciamento se estabelecem entre uma designação e outra? O que significa dizer que o esperanto é uma língua auxiliar? Que efeitos de sentido são produzidos quando se opta por esta designação? Seria uma maneira de modalizar o desejo de estar no poder? Parece-nos que este modo de referir-se ao esperanto também remete à língua franca, aproxima-se do imaginário de que é possível uma referida língua “acabar com barreiras”, facilitar a compreensão ente os interlocutores, excluindo a resistência para que a homogeneização passe a funcionar. Entretanto, o objetivo que se divulga não é de efeito homogeneizador, a evidência trabalha pela continuidade das diferenças, da heterogeneidade linguístico-cultural, pois a língua franca circula “livremente” com a aparência de que não se impõe, como se o sujeito tivesse escolhas. Podemos observar este funcionamento pela ilustração que segue (Ilustração 7):

## ESPERANTO: A LÍNGUA AUXILIAR INTERNACIONAL



O esperanto é a língua planejada mais vastamente falada. Ao contrário da maioria das outras línguas planejadas, o esperanto saiu dos níveis de projeto (publicação de instruções) e semilíngua (uso em algumas poucas esferas da vida social).

Seu iniciador, Ludwik Lejzer Zamenhof, publicou a versão inicial do idioma em 1887, com a intenção de criar uma língua de muito fácil aprendizagem, que servisse como língua franca internacional para toda a população mundial (e não, como muitos supõem, para substituir todas as línguas existentes). O esperanto é empregado em viagens, correspondência, intercâmbio cultural, convenções, literatura, ensino de línguas, televisão e transmissões de rádio. Alguns sistemas estatais de educação oferecem cursos opcionais de esperanto, e há evidências de que auxilia no aprendizado dos demais idiomas.

**Ilustração 7:** folder de divulgação do esperanto.  
Fonte: <[mundovirtualdp.blogspot.com/2010/12/esperanto](http://mundovirtualdp.blogspot.com/2010/12/esperanto)>.

A partir das reflexões suscitadas no decorrer desta dissertação, levantamos a hipótese de que o funcionamento da noção de língua via divulgação midiática está voltada ao objetivo de instituir uma língua franca para comunicação entre povos e/ou nações. O ensino/aprendizagem divulgado em tais instrumentos ressalta a importância do conhecimento de uma língua para fins específicos, seja para obter *status*, seja pela colaboração a um “mundo melhor”. Esse destaque abordado para a língua decorre do imaginário de colonização, ou seja, pretende-se (re)colonizar este espaço de circulação para possibilitar a chegada ao poder tendo em vista que a língua franca, pelo processo sócio-histórico, foi instituída com sucesso nos momentos de colonização. O latim, por exemplo, passou a dominar devido à influência da Igreja no período medieval; a língua francesa, no século XIX, pelo fato de a França ter se



destacado como o país da cultura; e, do século XX em diante, a língua inglesa passou a ocupar o lugar de língua franca, principalmente no continente americano.

Essa retomada permite-nos compreender que o esperanto deseja tornar-se a língua franca do mundo e, por isso, as designações que lhes são atribuídas imaginariamente aproximam-se da historicidade constitutiva das demais línguas que já circularam como as de poder, essenciais para os negócios. É nesse sentido que se juntam as designações auxiliar e internacional de acordo com a própria definição do movimento esperantista, que divulga o esperanto como uma língua auxiliar internacional. Que fatos estariam imbricados ao se reforçar o imaginário de língua internacional, mediada pela noção de auxiliar? Se consultarmos a definição deste verbete no dicionário **Aurélio Online**<sup>43</sup>, deparamo-nos com o seguinte: “que auxilia, que presta ajuda; ajudante”. Isso explicita que um dos possíveis sentidos produzidos para esta designação de língua auxiliar é referente ao funcionamento daquela que se impõe com sutileza, como se não tivesse o desejo de “apagar” as demais línguas para chegar ao poder; “ajudar” implica em uma reflexão de “socorro”, como se o esperanto servisse aos momentos de apuro. Subentende-se que o esperanto é a língua fácil e acessível que socorre quem não sabe a língua inglesa, por exemplo.

Talvez este seja um dos caminhos pelos quais o movimento esperantista acredita ser possível instituir-se oficialmente, ou seja, para que o esperanto possa funcionar como língua franca, é preciso “conquistar” falantes, circular com uma política linguística. Em face disso, a designação língua auxiliar produz efeitos de evidência, “mascara” o desejo de ocupar o espaço atribuído a outras línguas, já que a hipótese deste modo de referência é a de que ele possa superar dificuldades, que seria aceito sem resistência alguma em qualquer lugar. Observamos que o esperanto foi criado com um propósito diferente do que atualmente a mídia tem destacado, os sentidos foram se movimentando de acordo com as condições de produção em que a língua passou a circular. Em um primeiro momento, o esperanto circulava com a proposta de instituir a paz no mundo e, no decorrer da história, a proposta foi-se alterando para a tomada de poder. É interessante pensar neste imaginário de língua auxiliar, na produção dos efeitos de sentido que gira em torno desta designação.

Também notamos que um dos objetivos em afirmar que o esperanto é auxiliar é o de estabelecer uma comparação com a estrutura da língua, no sentido de fazer circular uma noção de que o esperanto é fácil de aprender. Uma das considerações do movimento

---

<sup>43</sup> Fonte: <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>.

esperantista em relação a isso é a de que: “o esperanto é gramaticalmente regular e com relativa facilidade de aprendizado. Foi comprovado cientificamente que aprendê-lo auxilia no aprendizado de outros idiomas”<sup>44</sup>. Nesse caso, o efeito que emerge é o de língua auxiliar no que concerne à estrutura gramatical. Divulga-se não mais uma língua franca, mas sim uma língua cujo objetivo é facilitar o conhecimento. Por esse viés, podemos afirmar que o esperanto é divulgado com dois propósitos diferentes: um se dá pela mídia e o outro, pelo próprio movimento esperantista. Esta comparação com o funcionamento da estrutura de uma língua decorre dos divulgadores do movimento, já a divulgação midiática trabalha pela imposição do esperanto como língua franca. Assim, estamos diante de dois caminhos político-ideológicos diferentes, a mídia e o movimento esperantista.

Embora o esperanto funcione pelo viés de duas correntes discursivas, o objetivo de estar no poder, de tornar-se a língua franca, mundial, é comum a todos os divulgadores do movimento. Tentamos esboçar que os sentidos da noção de língua são produzidos conforme as designações que lhes são atribuídas. Além, disso, que o que está em jogo ao divulgar o ensino/aprendizagem do esperanto é a possibilidade de ele ocupar a posição de língua internacional, ainda que a divulgação se ‘mostre’ preocupada apenas com o rápido e fácil aprendizado. Vale salientar que há uma movimentação de sentidos de internacional a auxiliar, as quais remetem à **língua alternativa**, uma vez que, em alguns dos instrumentos midiáticos de nosso arquivo, o esperanto é referido como língua alternativa. Isso chama a atenção pelo efeito da evidência, pois parece que a língua funciona enquanto opção, como se o sujeito pudesse escolher aprender o esperanto, contudo a divulgação midiática impõe uma ordem: aprenda o esperanto para construir um mundo melhor (cf. FRANCINI, 1976).

Vejamos a próxima ilustração (Ilustração 8):

---

<sup>44</sup> Citação extraída de <[www.esperanto.org.br](http://www.esperanto.org.br)>.

**Ilustração 8:** folder de divulgação do esperanto.  
 Fonte: <<http://www.esperanto.org.br>>.

Qual é o funcionamento que está determinando a designação língua alternativa? O que isso significa? Que relações de aproximação e/ou distanciamento podemos estabelecer nesta esta movimentação de sentidos? Seria um outro modo de divulgação do esperanto como língua franca? Que condições de produção estão determinando que haja esta “modificação”/variação de nomes para uma língua que parece ser a mesma? Será que há emergência de uma nova forma de dominação? Trata-se de uma língua alternativa, alternativa a qual outra língua?

Pela ordem da evidência, quando a língua é “alternativa”, parece que há possibilidade de escolha, como se ela estivesse em qualquer lugar e o sujeito pudesse optar pelo esperanto em detrimento de outra língua, ou entre várias outras línguas. No entanto, será que há escolha quando se divulga uma língua para fins específicos? Se prestarmos atenção na separação desta designação em: alter / nativa, compreenderemos que há certo tom de ironia ao elevar os sentidos do verbete nativo, já que “alter” indica-nos o outro. “Nativa” remete às origens, a uma pátria de nascimento. Assim, o objetivo em designar o esperanto de língua alternativa é o

de elevá-lo discursivamente em relação à outra língua. Há uma ilusão de que ele possa superar todos os obstáculos e chegar à posição de uma língua franca para comunicação.

No dicionário **Houaiss** (2009, p. 1343), observamos que “nativo” é destacado por:

1 que nasceu no país, no lugar em questão 2 relativo ao país ou lugar em que se nasceu; nacional, pátrio 3 nascido em ou oriundo de determinado local; natural 4 relativo, pertencente a, próprio de indígena 5 que existe ou é encontrado na natureza ou em estado puro, não combinado a outros elementos 6 que nasce com a pessoa, não é adquirido; inato.

Qual imaginário estaria em funcionamento ao se designar uma língua relacionada à outra? Que relações são estabelecidas entre “a outra” língua, naturalidade ou origem? Inquietam-nos estas considerações pelo distanciamento que se produz diante das investigações tratadas neste trabalho, até o momento. Ora, vimos abordando a língua como possibilidade de chegar ao poder, vinculada ao processo histórico-capitalista que se sobrepõe ao sujeito e, agora, a hipótese que levantamos é a de língua enquanto “objeto material”, como se ela fosse própria de apenas um lugar, como se a origem do sujeito fosse a língua como “marca registrada”. As condições de produção específicas desta designação remetem a um desejo de superioridade linguística, uma vez que a divulgação do esperanto está propondo que ele seja uma “outra” língua “nativa”.

Ressaltamos que esta atribuição imaginária da língua como alternativa está produzindo efeitos de que o esperanto possa ser “alternado”, como se ele estivesse em funcionamento em toda parte e o sujeito pudesse optar por ele, não levando em conta nem a resistência nem as particularidades de cada nação. Visualizamos que a língua alternativa, ao mesmo tempo em que se aproxima da noção de língua franca, também se aproxima do imaginário de língua oficial, daquela que se registra, que se denomina como a língua que desempenha as funções jurídicas de um Estado. Isso porque a designação de língua nativa remete à designação de língua oficial. Vale observar, no entanto, que nativa é a língua originária de um povo, a qual nasceu em um referido lugar; já a língua oficial está materializada pelo processo de colonização linguística, é instituída para “enriquecer” uma nação sobre a outra, é uma maneira de “marcar” um território pela língua que se “impõe” a partir de registros.

Em torno dessas designações, Guimarães (2007, p. 64) afirma que a língua oficial é “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. Por esse motivo, compreendemos que a língua oficial é aquela que passou a predominar em relação à colonização (cf. MARIANI, 2004). Se há uma língua obrigatória é

pelo fato de ela ter sido “imposta” como tal. O esperanto aproxima-se deste imaginário de colonização linguística, está desenvolvendo uma política com o objetivo de “impor” ao mundo esta língua que foi criada para facilitar a comunicação. Perguntamo-nos, então, como seria o esperanto uma língua oficial se ele é artificial e não possui uma nação própria? Podemos responder a esta pergunta refletindo sobre o fato de que o esperanto divulga a noção de língua franca a fim de chegar à posição de língua oficial em algum momento da história. Chegar ao posto de língua franca, no decorrer dos tempos, torna mais fácil a “conquista” de uma nação e o registro como língua oficial deste lugar.

Sob a perspectiva de língua nativa, o esperanto é aproximado da língua materna, como a primeira língua que sujeito tem contato e aprende a falar (HOUAISS, 2009) e que, por sua vez, “é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes” (GUIMARÃES, 2007). É necessário notar que esta primeira língua que o sujeito aprende a falar nem sempre é a língua oficial do lugar de origem do sujeito, pois ele pode ter nascido em um lugar cuja língua oficial é a portuguesa, por exemplo, mas ter aprendido a falar primeiro a língua espanhola, a francesa, a inglesa, ou qualquer outra que lhe foi apresentada por primeiro.

Se buscarmos a definição somente de alternativa, no dicionário **Houaiss** (2009, p. 103) tal verbete encontra-se assim registrado: “1 sucessão de coisas reciprocamente exclusivas que se repetem com alternância 2 uma de duas ou mais possibilidades pelas quais se pode optar”. Desse modo, a divulgação midiática do esperanto como língua alternativa estaria voltada à escolha, o sujeito escolheria aprender o esperanto entre várias outras possibilidades. O funcionamento ideológico aproxima-se da política de divulgação da língua inglesa, tendo em vista que, na verdade, não há opção de escolha, o sujeito é interpelado a aprender a língua que é escolhida em seu nome. Pelo efeito da evidência, parece que o esperanto não pretende tomar a posição de língua dominante, a maneira sutil com que ele é divulgado leva o sujeito a crer na ilusão de que o esperanto representa a pacificação, a união, de que não almeja lucros, etc.

Portanto, a movimentação de sentidos para o esperanto gira em torno de uma língua que foi se alterando. O propósito inicial de instituição da paz foi sendo substituído, no decorrer do percurso sócio-histórico, pela tomada de posição referente ao capitalismo. A língua passou a representar a possibilidade de chegar ao poder, inclusive quando se trata até de língua artificial! As designações internacional, auxiliar e alternativa explicitam que há esse desejo de comandar, de estar em uma posição privilegiada.

### 3.5 Língua x idioma: questões ideológicas

Pelas considerações desenvolvidas neste trabalho, entendemos que a língua é “preciosa” para as nações, ela serve como “ferramenta” necessária para que objetivos sejam concretizados. Referimo-nos a estas considerações tendo em vista que a noção de língua é perpassada por uma memória discursiva referente aos discursos do poder (Estado jurídico) e aos discursos religiosos (Igreja), os quais implicam as diferentes tomadas de posição-sujeito regulando, então, o modo de tratar a língua, designando-a de um modo e não de outro. Isso porque visualizamos, em alguns momentos, que a língua é designada como idioma.

Nessa perspectiva, é importante registrar que entendemos que há diferenças entre o que se designa por língua e o que se designa por idioma. Ao substituir língua por idioma, somos remetidos a alguma coisa que pode ser “decorada”, que não exige esforço do sujeito aprendiz. Quando o sujeito pode facilmente “decorar” a língua, a referência volta-se à gramática, ao que se acredita ser “certo e errado”. Conforme explicita Haroche (1992), a designação idioma deriva da palavra grega idiotismo. Em um primeiro momento, esta designação referia-se à particularidade e, depois, passou a significar a língua no seu conjunto, como um todo. “O idiota é remetido ao ignorante que fala uma língua inaudível e que não pode compreender a dos outros, enquanto o idioma, o idiotismo torna-se designações mais gerais” (Ibid., p. 224). Observamos que esta designação refere-se a um sujeito que fala uma língua incompreensível para ele mesmo. Ignorante está no sentido de que o sujeito aceita falar tal língua sem refletir sobre aquilo que está aprendendo, ou seja, ele apreende sentidos já dados. Além disso, sequer questiona as razões pelas quais está aprendendo uma língua e não outra, ele é tomado por uma ideologia dominante de que é necessário conhecer um “idioma” para alcançar sucesso, não há escolha para optar aprender línguas, é apenas uma e ponto final. Tal relação é visível, ao menos, no contexto social ao qual estamos direcionando nossas investigações, o que não garante que ela funcione em qualquer lugar. Talvez, por isso, a designação idioma advém do idiotismo, remetendo àquele sujeito que se submete aos discursos de uma ideologia dominante, sem resistência. Esta reflexão foi suscitada pela forma como são designados os cursos que ensinam língua inglesa como língua estrangeira: os cursos de idiomas.

Tendo como base essas considerações, Dias (1996) também esboça esta diferença entre língua e idioma. Para ele, o sujeito é tomado pelo efeito da “idiomaticidade”. Nesse sentido, as divulgações para o ensino/aprendizagem de uma língua voltam-se ao sujeito empírico, pelo modo como ele se relaciona enquanto falante da língua que o domina, nas condições de produção próprias do espaço-tempo que ele está situado. A mídia observa as particularidades que levam o sujeito a necessitar do aprendizado e trabalha muito bem com este jogo discursivo de interpelação ideológica. “É em relação a este sujeito que a língua é percebida como idioma... O idioma é a leitura sumária da forma; uma leitura que torna rarefeita a historicidade dos fatos linguísticos” (Ibid., p. 71-72). Podemos afirmar, assim, que a noção de língua que circula pelo viés de idioma é aquela que a mídia faz circular, estabelecendo uma aproximação com o aprendizado de regras. A ideologia que interpela o sujeito não deseja questionamentos, interpretações. Quando a noção de língua se transforma em idioma, o objetivo é substituir o “difícil” pelo “fácil”, construindo uma nova identidade de sujeito aprendiz de língua(s) voltada ao imaginário do “idiota”. Em outras palavras, divulga-se o ensino/aprendizagem para uma referida língua a partir do imaginário de sujeito que se submete ao que lhe é determinado. Uma das ilustrações que explicita este imaginário é onde se divulga a definição do “inglês definitivo”.

A língua inglesa, nesse caso, designaria o “idiota”, o sujeito que é interpelado pela ideologia dominante dos EUA, pois, conforme temos ressaltado até o presente momento, esta língua é divulgada a partir de uma política de valorização da mídia. No entanto, tal política está materializada na língua a partir da história, ou seja, é o processo sócio-histórico dos EUA que contribuiu para a circulação de uma ideologia dominante de que a língua inglesa é aquela que comanda. E o esperanto vem se aproximando desta ideologia.

Refletindo acerca desta distinção entre língua e idioma, é importante observar outra perspectiva, a diferença tratada por Orlandi (2009) entre a língua fluida e a língua imaginária. Orlandi salienta que as línguas imaginárias são aquelas representadas por normas e sistemas, com uma unidade consistente, são construídas, “sujeitas à sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (Ibid., p. 18). Toda a língua constitui-se em imaginária e fluida: a primeira é o padrão contido nos instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários); a segunda é a falada, presente no cotidiano, na oralidade. Podemos dizer que o esperanto é uma língua imaginária. Por outro lado, ainda com base em Orlandi, a língua fluida “é a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que não tem

limites. Fluida” (Id.Ibid.). Além disso, a língua fluida depende das condições de produção, da historicidade e da ideologia para constituir os sentidos.

Em outras palavras, a língua imaginária exerce um controle sobre a produção dos efeitos de sentido, por isso ela é nomeada de língua imaginária, como uma língua que existe enquanto forma: está na gramática, por exemplo. E a língua fluida funciona de fato, é oral, viva, “escapa” ao controle do sujeito e das instituições, os sentidos se produzem de acordo com a inscrição sócio-histórica do sujeito em um dado momento. Parece-nos que ambas as línguas (que são imaginárias) fazem questão de serem tomadas como línguas fluidas, pois se tal ou tal língua for falada no mundo inteiro, a dominação já terá ocorrido de fato, enquanto a língua imaginária estrutura o todo, sustenta os dizeres.

Perguntamo-nos, então, quais as aproximações ou distanciamentos entre os instrumentos midiáticos de divulgação linguística que determinam ao sujeito que tal língua lhe garante o sucesso? Vale destacar que uma das noções de língua emergentes no arquivo deste trabalho faz referência à língua da globalização, opondo-se aos efeitos de sentido produzidos pela língua universal. Assim, a designação idioma funciona nestes materiais, considerando uma língua a ser vendida, uma língua com o propósito de impor-se ao sujeito, construindo uma memória discursiva que remete a dizeres de que tal língua garante *status*, oferecendo boas oportunidades financeiras. O sujeito é alvo da dominação.

Por um caminho aparentemente diferente, observamos que o esperanto é um movimento que imagina uma língua perfeita, capaz de solucionar os problemas do mundo, já que a sua proposta “não é a de substituir qualquer outra língua nacional, mas complementá-las, sendo assim utilizado como uma língua *neutra* quando falado com alguém que não tenha a mesma língua do interlocutor”<sup>45</sup>. Desse modo, há uma ideologia dominante regulando o imaginário dos sujeitos de que é possível existir uma língua neutra e que os efeitos de sentido podem ser controlados para fazer esquecer as diferenças.

Os discursos que circulam em relação ao ensino/aprendizagem de línguas parecem simplificar as dificuldades que constituem este processo. Isso se torna explícito em relação ao esperanto quando o movimento divulga a língua como “fácil de aprender”, que “exige apenas uma fração do tempo e dinheiro consumidos no aprendizado de um **idioma**<sup>46</sup> estrangeiro”

---

<sup>45</sup> Fonte: <<http://esperanto.org.br>>. [grifo da fonte]

<sup>46</sup> Grifo nosso.



(FRANCINI, 1976, p. 85). Nesse caso, a língua é o idioma, o sujeito não aprende a interpretar, mas a decorar as regras da estrutura da língua. Vale registrar, então, as considerações de Scherer (2003) sobre o ensino/aprendizagem em outras línguas. Para a autora, “é importante pensar que o ensino-aprendizagem de uma língua, qualquer que seja o seu estatuto, não é um processo tão simples como parece. As complexidades estão envolvidas de fatores de ordem simbólica, ideológica, etc” (Ibid., p. 124). Esta possibilidade não é considerada pelo movimento esperantista, haja vista que a dificuldade de aprendizagem é silenciada para que cada vez mais sujeitos sejam tomados pelo desejo de aprender o esperanto.

Mas, qual é o funcionamento que permite a este movimento designar a língua enquanto neutra? Salientamos que diferentemente das designações língua x idioma, agora estamos diante de uma nomeação, pois Guimarães (2005, p. 09), ao diferenciar os termos designação e nomeação, afirma que a nomeação “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Nesse caso, o esperanto recebe a designação “língua neutra” pelos sujeitos inscritos no movimento esperantista, o que permite compreender que a nomeação está implicada ao político da língua que desenvolve uma política de divulgação linguística.

Também compreendemos, a partir destas considerações, que o funcionamento do político é uma tentativa de inclusão a partir da língua daqueles que seriam excluídos. Para tanto, a neutralidade é da ordem do imaginário de uma língua perfeita, a qual pode funcionar sem falhas, todos os sujeitos se compreenderiam em uma única língua, apagando, nesse sentido, as diferenças históricas e linguísticas de cada nação. Isso porque, para se comunicar em uma língua neutra, haveria apenas uma possibilidade de interpretação e isso demonstra a preocupação dos sujeitos em homogeneizar a língua e apagar a história.

Podemos dizer, em outras palavras, que a neutralidade se trata de uma ideologia do “medo”, medo em lidar com o diferente, em aceitar o estranho, e até certa resistência com a língua “forte”, a língua inglesa, aquela que lhe toma o seu espaço (o almejado pelo esperanto). O político que entra em cena no movimento do esperanto é o de que todos os sujeitos são iguais e que a língua pode “apaziguar” o mundo, que ela é “mística”, enfim, que a implantação desta língua para o mundo acabaria com todos os entraves da comunicação, já que seria eliminada toda e qualquer barreira linguística. Em relação ao desejo de acabar com as confusões linguísticas, Gadet & Pêcheux tendo como base a introdução da Revista *Critique*, nº 387-388, a qual aborda o “mito da língua universal”, afirmam a preocupação de se instituir uma língua para todos, pois “ao lado dos projetos histórico-políticos que visam

impor ao universo uma língua dominante”, também há “múltiplas tentativas de instauração de uma língua universal artificial remediando a ‘confusão babélica’ por sua unicidade, sua veracidade e sua adequação” (2004, p. 23). Para nós, que consideramos o ideológico como constitutivo do sujeito e do sentido, não há neutralidade possível, há sempre uma tomada de posição.

Assim como salientam os autores, o desejo de criar uma língua artificial tem o propósito de reconstruir o mito da Torre de Babel para tentar desfazer as confusões. Isto tem relação com a noção de língua que perpassa o movimento do esperanto, tendo em vista que ele é uma língua artificial, foi criado a partir de um imaginário do que se compreendia por língua em uma época específica. Talvez, por isso, este movimento aborde a língua como se ela fosse “um milagre” capaz de solucionar todos os problemas mundiais. “O complexo da Torre de Babel sempre acompanhou o homem. Daí que o esperanto tenha surgido, um dia, como essa tentativa de reorganização, de reconstrução da Torre” (D’ENCARNAÇÃO, 2003, p. 223). O esperanto é um movimento que representa a tentativa de recuperação da língua de origem, ele está tomado pela ilusão de resgate histórico e simbólico deste acontecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a noção de língua que circula nos instrumentos midiáticos de divulgação linguística depende da tomada de posição daqueles que a divulgam, das instituições às quais se filiam. Isto quer dizer que a língua é concebida de um modo e não de outro tendo em vista os discursos que circulam socialmente em relação a ela. O sujeito é interpelado a identificar-se com a ideologia que perpassa estes discursos de valorização da língua.

Nesse sentido, há dois discursos em especial que constituem a noção de língua no contexto em que direcionamos nossas investigações: discursos de ordem da igreja (religiosos) e discursos do Estado jurídico. O primeiro oferece destaque enquanto uma língua comum, como se fosse possível existir uma língua sem falhas ou equívocos, onde todos se entenderiam perfeitamente. Nega-se o efeito da ambiguidade que a língua pode produzir. De modo aparentemente diferente, o discurso de ordem jurídica institui o imaginário de imposição de uma referida língua. Em outras palavras, para que tal língua funcione é necessário apagar as diferenças, homogeneizar os sujeitos, remetendo-nos ao processo de colonização, como se fosse possível (re)colonizar nações e instituir outra língua oficial. O sujeito é assujeitado aos discursos que o interpelam. É somente pelo processo de interpelação-identificação que o sujeito pode tomar posição.

A noção de língua que emerge nos instrumentos midiáticos está materializada pela historicidade que a constitui. A mídia opera para divulgar uma política linguística segundo os interesses de instituições que desejam obter lucro com a venda do ensino/aprendizagem de tal língua. As investigações em torno da produção de possíveis efeitos de sentido que são produzidos na circulação de ilustrações e determinadas designações para o que seja uma língua permitiu-nos observar que a língua é destacada como mercadoria, ou seja, os cursos de idiomas desejam ensinar a língua que vendem. Já o movimento linguístico do esperanto divulga uma língua “neutra”, mas, ao mesmo tempo em que propõem a neutralidade

linguística, há o desejo de que o esperanto se torne a língua franca para o mundo, permitindo-nos compreender que o esperanto também funciona a partir da forma-sujeito capitalista.

Assim, pelo efeito das evidências que se produzem na divulgação midiática do ensino/aprendizagem para ambas as línguas, parece que língua inglesa e esperanto estão distantes uma da outra quando, na verdade, elas estão muito próximas; o que as diferencia é o caminho que elas percorrem para interpelar sujeitos. A divulgação midiática acerca da língua inglesa traz à tona discursos relacionados com o sucesso pessoal e profissional, voltados ao mercado de trabalho, ou seja, trabalha-se com o imaginário de que, se o sujeito aprender o inglês, obterá um bom emprego, o qual lhe pagará muito bem em troca disso. Por outro lado, a divulgação do esperanto funciona com o imaginário de instituir a paz no mundo, propondo-se que se aprenda o esperanto para “construir um mundo melhor”, afinal, ele não é a língua dos negócios, não está sustentado por uma nação capitalista que o promove como a língua essencial ao mercado de trabalho. Nesse caso, a melhor maneira de ele “ganhar espaço” na atualidade é a divulgação midiática que propõe acabar com os conflitos mundiais.

No presente trabalho, foi possível compreender que, para se estudar a noção de língua, é preciso estabelecer um recorte levando em consideração a complexidade da tomada da língua como objeto. São várias as línguas que circulam pelo mundo e cada uma delas está constituída por diferentes ideologias, dependendo do contexto sócio-histórico e econômico pelo qual elas circulam. Por esse viés, optamos por investigar algumas das designações que nos chamaram a atenção em relação à divulgação midiática para o ensino/aprendizagem da língua inglesa e do esperanto. A primeira delas suscitou a curiosidade pelo interesse de negócio, ela é vendida, a interpelação ideológica está marcada pelas exigências do mundo globalizado, no qual há “obrigação” em saber a língua do “mais poderoso”, do país que lidera os negócios ao redor do mundo, daquele que “intervém” em qualquer parte, os Estados Unidos.

No que concerne ao esperanto, despertou-nos o interesse a maneira como a mídia vem destacando-o, pois, embora o foco da divulgação seja a instituição da paz mundial, os discursos que emergem relativos ao ensino/aprendizagem explicitam que há uma política linguística em torno do poder. O objetivo do esperanto também é o de vender uma ilustração de língua que pode permitir ao sujeito alcançar uma posição privilegiada diante do capitalismo. Ressaltamos que esta política de divulgação sobre o esperanto é ainda recente, está começando a circular além dos espaços discursivos religiosos. O mito de Babel emerge no século XXI não para que haja a reconstrução da Torre, mas para que a diferença esteja

funcionando sempre e “impondo” a língua para dominação. Talvez seja nessa direção que a definição do esperanto é de língua internacional e não de língua universal. O objetivo pelo qual ele passou a funcionar numa época passada, quando foi planejado, alterou-se com os acontecimentos sócio-históricos, movimentando os sentidos de uma língua comum a todos, que poderia “apaziguar” as diferenças para a de uma língua franca, capitalista.

Se observarmos o movimento histórico de circulação linguística desde os primórdios, veremos que a língua funciona como “objeto”, ela possibilita a tomada de poder. Em outros tempos, era a filosofia que se preocupava com a língua enquanto uma prática política. Posteriormente, a briga pela posse de territórios durante o processo de colonização determinou que se instituísse no território dominado a língua do dominador, construindo um imaginário de língua como bandeira patriótica, representativa de uma nação, edificada pela força bruta. No decorrer dos tempos, já na atualidade, o que destaca a importância de uma língua em detrimento das demais tem sido a mídia, a dominação se dá de maneira mais sutil, já não é mais necessária a brutalidade, e sim a intelectualidade; o argumento que prevalece diz respeito ao *status*, à posição de privilégio que o sujeito poderá ocupar se souber uma determinada língua, ou especificamente, se souber o **idioma inglês**. É desse modo que o esperanto tenta divulgar o seu aprendizado, aproximando-se da estratégia de divulgação da língua inglesa via instrumentos midiáticos.

O que nos moveu a investigar esta relação entre língua inglesa e esperanto, além das designações que nos remetem a aproximações ou distanciamentos entre as duas, é o fato de a primeira ser uma língua natural, enquanto que a segunda é uma língua artificial. Ao considerarmos esta diferença, perguntamo-nos como poderíamos estabelecer relações entre uma língua dominante natural com uma língua “inventada” para um fim específico? O que estaria determinando este funcionamento entre duas línguas evidentemente diferentes? Podemos afirmar, pelas investigações desenvolvidas, que embora elas apresentem algumas diferenças, é explícito que elas têm algo em comum, ou seja, a luta por uma posição no mundo capitalista globalizado. Nesse sentido, a noção de língua é constituída historicamente e as fronteiras geopolíticas que separam nações umas das outras, na verdade, não passam de limites apenas imaginários. Esse é o efeito da globalização que entra em funcionamento, construindo o imaginário de que não existem fronteiras para a língua, já que ela poderia “ultrapassar” barreiras.

A passagem bíblica da Torre de Babel é uma utopia que sustenta a noção de língua universal, o homem não se contenta com o diferente que também lhe é constitutivo; portanto,

este mito retoma os discursos referentes à diversidade. Agora, porém, em pleno século XXI, o efeito do diferente está materializado em documentos oficiais, em declarações universais que asseguram ao sujeito o direito de “ser diferente”. Em outras palavras, a diversidade que remete ao mito de Babel retoma discursos sobre o direito pela língua, ou seja, pela diversidade linguística, desfazendo o projeto de unificação e homogeneização. O que passa a funcionar é a dominação pela língua que se deseja instituir sem que o sujeito se desligue de suas particularidades, sendo dominado “gentilmente”.

Este objetivo é próprio das instituições que desejam “atrair” sujeitos para manter uma política linguística em funcionamento e aumentar os seus lucros, afinal, quanto mais sujeitos forem interpelados, maior será o grupo dominado e o capital acumulado. Nessa perspectiva, o jogo discursivo político-ideológico que circula diante de tais condições de produção constrói o imaginário de idioma, e não de língua. Isso porque o primeiro está voltado às normas gramaticais, o sujeito aprende decorando regras, não pode haver espaço para questionamentos, a divulgação midiática propõe ao sujeito o fácil aprendizado, como se este processo fosse rápido e simples, algo mecânico. Emergem, nesse contexto, discursos de que a escola não ensina língua(s), desvalorizando-se o contexto escolar para que as instituições privadas sejam favorecidas, o que é explícito no movimento da designação língua inglesa para inglês. Sobre o movimento esperantista, a própria nomeação já está indicando efeitos de sentidos de um idioma, pois não se trata de língua esperanto, e sim, apenas, de esperanto. De acordo com o percurso teórico que tomamos, vimos que abordar a língua é pensar na produção dos efeitos de sentido, ela é plural, está sujeita ao equívoco e não há como ter controle total e absoluto sobre ela, portanto a língua não é tão simplista como é divulgada nos instrumentos midiáticos. Enfim, estudar a noção de língua nos deu a certeza de que ainda há muito para se saber e que a nossa pesquisa deve continuar.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. 3. ed. Traduzido por Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, s.d.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Traduzido por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Traduzido por Mariângela Peccioli Gali Joaquinho. Campinas, SP: RG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da linguagem**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História** (Ensino médio). 1.ed. São Paulo: Ática, 2005.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Traduzido por André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BÍBLIA SAGRADA. **Gênesis, 11, 01-09**. Edições Paulinas, 2002.

\_\_\_\_\_. Primeira Carta aos Coríntios, **1 Co, 14, 09-12**. Edições Paulinas, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Traduzido por Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. (orgs.). **Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos**. I Colóquio Internacional de Análise do Discurso. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 11-19.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. 2.ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS. Traduzido por Liliana M. Gallo. In: OLIVEIRA, Gilvan Muller de. (org.). **Declaração Universal dos Direitos**

**Linguísticos: novas perspectivas em política linguística.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

D'ENCARNAÇÃO, José. Fronteiras linguísticas, fronteiras intelectuais: O testemunho dos monumentos epigráficos da Lusitânia Romana. In: **Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo**. Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas, 15 a 19 de setembro, 2003.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 1996.

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita na cultura européia.** Traduzido por Antônio Angonese. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei nº 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** 2.ed. São Paulo: Parábola, 2010.

FRANCINI, Walter. **Esperanto sem preconceitos.** São Paulo: Associação Paulista de Esperanto, 1976.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Traduzido por Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GRIGOLETTO, Marisa. Língua, discurso e identidade: a língua inglesa no discurso da mídia e a construção identitária de brasileiros. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa.** Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, DLCV/FFLCH-USP, São Paulo, n.9, p. 213-227, 2007.

\_\_\_\_\_. **Língua estrangeira e identidade: discurso sobre as línguas, processos subjetivos e efeitos de fronteira.** Mesa-redonda: Língua materna, língua estrangeira e ensino. ENELIN, agosto de 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os estudos sobre linguagens: uma história das idéias.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm>>. Acesso em: 30.nov.10.

\_\_\_\_\_. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras**, n. 27, PPGL - UFSM, Santa Maria, p. 47-53, jul.-/dez.2003.

\_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 2007.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, Querer dizer.** Traduzido por Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.



IANNI, Octavio. Metáforas da globalização. In: ORLANDI, Eni; LAJOLO, Marisa; IANNI, Octávio. **Sociedade e linguagem**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Sociologia do terrorismo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; ANTAS JR., Ricardo Mendes (orgs.). **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008.

MARIANI, Betânia. **Colonização Linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MATTHIAS, Ulrich. **Esperanto: o novo latim da igreja e do ecumenismo**. Traduzido por Ismael Mattos Andrade Ávila. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. Da conquista da América ao século XIX. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

O'CALLAGHAN, Bryn. **An illustrated history of USA**. 9.ed. UK: Longman, 1998.

ORLANDI, Eni P. A natureza e os dados. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.27, p. 47-57, jul.-/dez.1994.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, p. 52-59, jan.-/mar.1994.

\_\_\_\_\_. Ética e política linguística. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v.1, n. 1, p. 07-16, 1998.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. 2.ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Historicidade, indivíduo e sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discursos sobre a língua e o ensino no Brasil**. Campinas, SP: RG, 2009.

PAGOTTO, Emilio Gozze. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAIM, Zelia Maria Viana. **O movimento dos sentidos**: de utopia à conversão. Tese (Tese de Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras – UFSM. Santa Maria, RS: PPGL, 2009.

PASSINI, José. **Bilinguismo**: utopia ou solução? Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas/SP, UNICAMP/IEL, p. 07-24, jul.-/dez.1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Traduzido por Eni P. Orlandi [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethânia Mariani [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 61-161.

\_\_\_\_\_.; FUCHS, Cathérine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethânia Mariani [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 163-252.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. 2.ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5.ed. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PETRI, Verli. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. Tese (Tese de Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras – UFRGS. Porto Alegre, RS, 2004.

\_\_\_\_\_. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. **Conexão Letras**, Práticas Identitárias. n.4. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2009. [no prelo]

\_\_\_\_\_. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 23/24, , p. 25-35 Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_.; RODRIGUES, Nina Rosa Licht. O funcionamento de dicionários no ensino de Língua Portuguesa. In: PETRI, Verli. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Com a participação de Daiane Siveris, Daiane da Silva Delevati e Nina Rosa Licht Rodrigues. Santa Maria: PPGL, 2010.

\_\_\_\_\_.; SURDI, Márcia Ione. Língua: o “diferente” no interior do mesmo na gramática. In: **Revista de Letras**, n. 12, DACEX/UTFPR. Disponível em: <<http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br>>. Acesso em: 20.nov.2010.

\_\_\_\_\_. De “Garganta do Diabo” para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **Rua (online)**, n. 16, v. 1, 2010, p. 66-82. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua>>. Acesso em 01.nov.2010.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic Imperialism**. New York: Oxford University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. Por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a linguística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo linguístico no Brasil. In: SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **A linguística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Traduzido por Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível**. 2.ed. Traduzido por Mônica Costa Netto. São Paulo: 34, 2009.

RASIA, Gesualda. A ordem do religioso no discurso gramatical. **Letras**, n.37, v.18, Santa Maria/RS, PPGL-UFSM, p. 51-80, jul.-/dez.2008.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas, SP: RG, 2010.

SANTIAGO, Izabel Cristina Oliveira. **O que é esperanto**: a questão da língua internacional. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Milton. Temos tudo para construir uma nova sociedade. **Democracia Viva**, n.2, p. 01-22, fev.-/1998.

SCHERER, Amanda. A constituição de sentido nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória. **Letras**, n.26, Santa Maria-RS, PPGL-UFSM, p. 119-130, jan.-/jun.2003.

\_\_\_\_\_. Tradução/interpretação: versões de um mesmo e (e)terno texto. **Caderno de Tradução da UFSC**, n. 23, Florianópolis/SC, UFSC, p. 201-217, 2009.

SCHILLING, Voltaire. Polônia: a luta pela liberdade. In: SCHILLING, Voltaire; GUSMÃO, Luiz Alberto. **Cadernos de História**. Memorial do RS. 2003. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/polonia.pdf>>. Acesso em: 24.mai.2010.

SOUSA, Greice de Nobrega e. **Entre línguas de negócios e de culturas**: sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola. Dissertação (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2007.

SOUZA, Álvaro José de. **Geografia linguística**: dominação e liberdade. 3.ed., São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **O movimento dos sentidos sobre línguas estrangeiras no Brasil**: Discurso, história e educação. Tese (Tese de doutorado), UNICAMP, Campinas/SP, 2005.

TOURAINÉ, Alan. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3.ed. Traduzido por Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VARGAS, Rejane Maria Arce. Dizeres que não voltam mais??? Questionamentos sobre a questão da filiação dos sentidos. **Letras**, n.37, v.18, PPGL-UFSM, Santa Maria/RS, p. 185-200, jul.-/dez.2008.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: UPF, 2009.

## DICIONÁRIOS

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário do Aurélio Online**. Disponível em: <[www.dicionarioaurelio.com](http://www.dicionarioaurelio.com)>. Acesso em: 22.dez.2010.

DUBOIS, Jean [et.al.]. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. Traduzido por Rodolfo Ilari. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

## PÁGINAS DA INTERNET

<http://esperanto.org.br>. Acesso em: 13.jan.2010

<http://senado.gov.br>. Acesso em 13.jan.2010

<http://comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm>. Acesso em 30.nov.2010

<http://memorial.rs.gov.br/cadernos/polonia.pdf>. Acesso em 24.mai.2010

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua>. Acesso em 01.nov.2010

<http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br>>. Acesso em: 20.nov.2010

<http://4.bp.blogspot.com/> esperanto. Acesso em 05.jun.2010

<http://esperantoforadatoca.blogspot.com>. Acesso em 18.ago.2010

<http://www.araguarionline.com/noticias/function>. Acesso em 15.jan.2011

<http://www.mundovirtualdp.blogspot.com/2010/12/esperanto>. Acesso em 15.jan.2011